

Veículo: Bahia.BA	
Data: 26 a 28.032021	Caderno: Economia

Publicado em 26/03/2021 às 07h32.

Bahia é o segundo estado que mais investe na saúde em todo o país

Somente em 2020, foram investidos mais de R\$ 623 milhões, maior índice do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul

A Bahia investiu em 2020 mais de R\$ 623 milhões em saúde, o maior índice do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. No ranking nacional, a Bahia encontra-se em segundo lugar, atrás apenas do estado de São Paulo, que aplicou R\$ 833 milhões. Os dados são do Sistema de Informações sobre os Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), que está disponível para acesso público.

Além disso, foram aplicados mais de R\$ 7 bilhões entre obras, serviços e recursos humanos na área da saúde em 2020. Este é a terceira maior despesa com saúde do Brasil, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais, o que demonstra um cenário bem diferente de diversos estados do País, onde o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a redução de repasses federais têm provocado desassistência.

Investimentos desde 2015

Os investimentos do Estado em saúde somam R\$ 2,1 bilhões desde 2015. Neste período foram construídos nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde. Foi criada uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que já atua na assistência a vítimas da Covid-19.

As Policlínicas Regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

Sobre desequilíbrios regionais

Analisando-se a distribuição dos gastos entre os estados, constata-se grande desequilíbrio em favor daqueles que, sabidamente, possuem maior PIB per capita e maiores concentrações populacionais. Essa forma de distribuição de recursos traduz uma política de financiamento fortemente baseada na arrecadação tributária e no critério populacional, mas que não consegue ser suficiente na redução das desigualdades regionais.

Apenas para exemplificar, a Bahia ocupa a 20ª posição, entre os estados brasileiros quanto ao PIB per capita, situando-se entre aqueles com as populações mais pobres. Isso significa que qualquer indicador que tome como referência a atividade econômica indexada, seguirá a posição do Estado em nível nacional.

Reforma Tributária não tem data para voltar ser discutida no Congresso; Bahia arrecada mais de R\$ 6 bi em ICMS, nos dois primeiros meses do ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Editor

Fonte: Brasil 61

A reforma tributária é apontada pelo setor produtivo como uma das principais propostas sob análise no parlamento do país, capaz de contribuir para o desenvolvimento da economia, na criação de empregos, nos estados e municípios. As propostas apresentadas na comissão mista do Congresso Nacional podem modernizar as dinâmicas de cobranças dos tributos federais, estaduais e municipais, diminuir a burocracia, a guerra fiscal entre os entes da federação e, além disso, auxiliar no equilíbrio do Custo Brasil.

Apesar disso, a aprovação da reforma tributária no Congresso não será fácil e rápida. A comissão mista

responsável por elaborar as novas regras foi instalada há cerca de um ano e, nesse período, realizou 10 audiências públicas apenas. A última atividade do colegiado foi no dia 5 de outubro de 2020.

Nos corredores próximos aos gabinetes do presidente da comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), e do relator, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), as informações são de que as eleições municipais de outubro do ano passado, o recesso parlamentar e os altos índices da infecção por Covid-19 no país são motivos apontados pelos parlamentares como justificativa para o esvaziamento do colegiado nos últimos meses. A reportagem do Brasil61.com esteve em contato com assessores de Rocha e Ribeiro, e, nenhum deles conseguiu adiantar quando os trabalhos da comissão mista de reforma tributária do Congresso Nacional voltarão.

Em algumas oportunidades usadas para falar sobre a comissão, em 2020, Roberto Rocha acreditava na aprovação do texto até o fim do primeiro semestre de 2021. Na ocasião, comentou sobre a atual burocracia do sistema tributário. 'Você sabe quantas horas por ano se gasta para uma pessoa administrar uma empresa dentro da sua responsabilidade tributária? São duas mil horas. Para as empresas brasileiras, isso gera, no total, uma despesa de R\$ 35 bilhões. O governo, por sua vez, que é sócio dessas empresas, para arrecadar, ele gasta 1% do PIB devido a burocracia tributária', disse em entrevista à TV Senado

Aguinaldo Ribeiro, por sua vez, deve apresentar relatório influenciado pelas propostas previstas na PEC

45/2019, discutida na Câmara dos Deputados, e da PEC 110/2019, apresentada pelos senadores, e ainda terá de aconchegar as sugestões encaminhadas pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. O deputado já demonstrou ter preocupação com a transparência do sistema de cobrança de impostos no país.

'Hoje, você paga por um produto sem saber quanto está embutido de imposto nele. Uma das grandes insatisfações do cidadão é pagar muito imposto e não ter retorno. [Com a reforma], vai ficar mais claro para que o cidadão possa exercer o seu direito de cobrar do poder público sobre o que paga de impostos', afirmou, em entrevista nos corredores da Câmara, ainda em 2020.

Dados de um estudo publicado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), e associações do setor produtivo, apontam que as empresas brasileiras passam por dificuldades, quando comparadas com o mesmo setor de países desenvolvidos. Os impedimentos estão diretamente ligados ao Custo Brasil. Trata-se de um conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas, trabalhistas e tributárias, que travam o crescimento da produção industrial e do comércio, impedindo o desenvolvimento sustentável da economia do País.

A pesquisa, que foi encomendada pelo Ministério da Economia, comparou o Brasil com membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O resultado aponta que as companhias nacionais pagam R\$ 1,5 trilhão a mais para realizarem seus negócios. Esse valor corresponde a 22% do **Produto Interno Bruto (PIB)**.

A complexidade e burocracia do sistema atual contribui

para elevação dos custos de fabricação dos produtos brasileiros, cria insegurança jurídica, diminui a competitividade do país no mercado internacional, promove a fuga de investimentos e aumenta o Custo Brasil.

'A reforma tributária pode contribuir para a redução do Custo Brasil. O Brasil é um País com uma das tributações mais complexas do mundo. A reforma tributária é extremamente importante e urgente, porque equaliza os setores em termos de tributação. Assim, a indústria seria beneficiada com menor tributação relativa ao que é hoje, e sabemos a importância desse setor para a geração de emprego e inovações', avalia Helder Ferreira Filho, especialista em economia.

Enquanto a reforma tributária não for aprovada e o Custo Brasil continuar desfavorável, o país perde força nas negociações internacionais e, por consequência, deixa de lucrar, criar receitas e empregos.

'(Precisamos de) uma reforma tributária que simplifique o processo de apuração e recolhimento de impostos e que isente o investimento e a exportação, vai reduzir o Custo Brasil e, por tanto, ela vai ajudar na competitividade das empresas brasileiras', acredita André Rebelo, diretor de Economia e Estratégia, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Rebelo lembra que as medidas previstas na reforma tributária também precisam modernizar o sistema de **arrecadação** nos estados, por meio de novas regras para o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, o **ICMS**, e acabar com a guerra fiscal.

Tudo isso vale para o **ICMS**. Mas, a parte estadual ainda precisa resolver outro agravante que é a chamada 'guerra fiscal', completa.

Entre janeiro e fevereiro de 2021, a Bahia arrecadou cerca de R\$ 6 bilhão de **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**. No mesmo período de 2020, o total arrecadado foi de R\$ 5.2 bi.

Entre 2019 e 2020, a **arrecadação** do **ICMS** no estado teve saldo negativo de 2%. Em 2019, a Bahia arrecadou R\$ 31 bi. No ano seguinte a **arrecadação** com o **ICMS** foi de R\$ 30 bi. Os dados são do **Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)**, do Ministério da Economia.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - ICMS, CONFAZ, Arrecadação | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - PIB - Produto Interno Bruto | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS, Confaz

Veículo: Gov Bahia	
Data: 25/03/2021	



Bahia é o segundo estado do Brasil que mais aplica recursos na saúde

25 março 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

A Bahia investiu em 2020 mais de R\$ 623 milhões em saúde, o maior índice do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. No ranking nacional, a Bahia encontra-se em segundo lugar, atrás apenas do estado de São Paulo, que aplicou R\$ 833 milhões. Os dados são do Sistema de Informações sobre os Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), que está disponível para acesso público.

Além disso, foram aplicados mais de R\$ 7 bilhões entre obras, serviços e recursos humanos na área da saúde em 2020. Este é a terceira maior despesa com saúde do Brasil, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais, o que demonstra um cenário bem diferente de diversos estados do País, onde o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a redução de repasses federais têm provocado desassistência.

Investimentos desde 2015

Os investimentos do Estado em saúde somam R\$ 2,1 bilhões desde 2015. Neste período foram construídos nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde. Foi criada uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020.

Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacao, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que já atua na assistência a vítimas da Covid-19. As policlínicas regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

Sobre desequilíbrios regionais

Analisando-se a distribuição dos gastos entre os estados, constata-se grande desequilíbrio em favor daqueles que, sabidamente, possuem maior PIB per capita e maiores concentrações populacionais. Essa forma de distribuição de recursos traduz uma política de financiamento fortemente baseada na arrecadação tributária e no critério populacional, mas que não consegue ser suficiente na redução das desigualdades regionais.

Apenas para exemplificar, a Bahia ocupa a 20ª posição, entre os estados brasileiros quanto ao PIB per capita, situando-se entre aqueles com as populações mais pobres. Isso significa que qualquer indicador que tome como referência a atividade econômica indexada, seguirá a posição do Estado em nível nacional.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 27 e 28/03/2021	Página: 06

Tribuna

Venda da RLAM preocupa petroleiros

Transação com a Mubadala Capital custou R\$ 1,65 bi e consequências podem ser desastrosas

LILY MENEZES
ESTAGIARIA

A Petrobras divulgou na última quarta-feira (24) o fechamento do contrato de venda da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), situada em São Francisco do Conde. O controle do equipamento, que completou 70 anos e tem capacidade para produzir 333 mil barris de petróleo por dia, passa a ser da MC Brazil Downstream Participações, empresa do grupo Mubadala Capital. A companhia diz que o funcionamento da RLAM será mantido até o fechamento do contrato, e que continuará

apoiando a Mubadala durante o período de transição. Segundo nota à imprensa, a Petrobras decidiu por vender a refinaria para "otimização do portfólio e à melhora de alocação do capital da companhia". O diretor executivo de Relacionamento e Sustentabilidade da Petrobrás Roberto Ardenghy disse em entrevista que o impacto da transação será positivo para a economia baiana. A RLAM impulsionou a criação do Polo Petroquímico de Camaçari, o primeiro planejado do país e o maior do Hemisfério Sul, e é responsável por gerar 25% do ICMS da Bahia.

AUMENTO

O Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro) lamenta a venda, principalmente com a possibilidade de saída da refinaria da região. "Os baianos serão reféns dessa nova política, além dos prejuízos na redução de empregos, da massa salarial e na compra de bens e serviços", disse a entidade. A RLAM emprega mais de 2000 funcionários, entre próprios e terceirizados. O Sindipetro alertou ainda para o aumento em itens bastante consumidos pelos baianos, como gás de cozinha e combustíveis. "Qualquer especialista no setor afirmaria que a

privatização da RLAM vai gerar aumento nos derivados de petróleo. Não existe no Nordeste, nem no Estado da Bahia, qualquer concorrência com a refinaria. Os preços dos derivados de petróleo, principalmente o gás de cozinha, o diesel e a gasolina, irão aumentar sob o controle da Mubadala". Ardenghy afirmou que "o consumidor sentirá no bolso o impacto da diminuição do preço da gasolina e dos derivados de petróleo".

"CRIME"

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) repudia a transação envolvendo a RLAM. "Infelizmente, a venda

da refinaria é mais um crime cometido contra o Brasil, a economia da região Nordeste e da Bahia". O presidente Deyvid Bacelar afirmou que a entidade permanece em esforços para tentar reverter a venda do equipamento baiano. "A FUP e seus sindicatos continuarão buscando em todas as instâncias a reversão desse processo escuso e imoral. Medidas jurídicas já estão sendo tomadas para responsabilizar a gestão da Petrobrás pelos prejuízos impostos pela venda da refinaria", afirmou. "A Bahia sempre teve na RLAM o seu principal instrumento de industrialização e de desenvolvimento econômico".

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/03/2021	



Governo da Bahia investe mais R\$ 4,5 milhões no programa FazAtleta

26 março 2021



Foto: Divulgação

O investimento de R\$ 4,5 milhões para o apoio a atletas e eventos esportivos baianos no ano de 2021 está assegurado pelo Governo da Bahia, conforme decreto publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) desta sexta-feira (26). Com essa autorização, a Comissão Gerenciadora do Programa faz os ajustes finais na Resolução que irá estabelecer critérios para elaboração, inscrição e avaliação de projetos, orientando atletas sobre prazos e como fazer o encaminhamento de suas propostas.

A importância da publicação do decreto foi destacada pelo titular da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), Davidson Magalhães. “Mesmo em um momento difícil como este que o estado está enfrentando, com queda da arrecadação por conta da pandemia do coronavírus, o Governo da Bahia reafirma seu compromisso com o segmento esportivo, valorizando os inúmeros talentos nas mais diversas modalidades esportivas”, comentou o gestor.

O FazAtleta tem como mecanismo de funcionamento o abatimento no imposto à empresa situada no estado da Bahia que apoiar financeiramente projetos esportivos. O desconto é assegurado por meio de operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

Na opinião do diretor geral da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (autarquia da Setre) e presidente da Comissão Gerenciadora do programa, Vicente Neto, todos ganham com o programa. “O estado, por ter um atleta em treinamento qualificado e continuado; a empresa, que associa sua marca a um projeto de qualidade, e naturalmente o atleta e seu técnico, que podem ter a paz financeira para cuidar da preparação física e ainda participar de provas dentro e fora do estado, melhorando o seu ranking”, afirma Vicente.

Histórico

Criado em 1999, o FazAtleta é destinado a atletas, equipes e eventos. Nessas duas décadas de funcionamento, já foram mais de R\$ 67,4 milhões em incentivo fiscal disponibilizados, totalizando 1.115 projetos esportivos apoiados. O programa é uma parceria entre a Setre e a **Secretaria da Fazenda (Sefaz)**. A Comissão Gerenciadora (Comger) é composta por dez membros, dentre eles, representantes de federações esportivas, universidades públicas, indústria e comércio, paradesporto e o Conselho Regional de Educação Física (Cref-Bahia).

Fonte: Ascom/Sudesb

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 27 e 28/03/2021	Página: 08

Tribuna

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

Esta coluna é publicada no site da TRIBUNA DA BAHIA, Jornal Grande Bahia e Notícias da Bahia, diariamente, e é de propriedade da Editora Feira da Bahia Ltda. ajlarangeira2@hotmail.com

BENEFÍCIOS

O pagamento dos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do Estado será pago antecipadamente no mês de março. Esta é a décima segunda vez em que o Governo do Estado antecipa a rotina, o que vem ocorrendo desde março de 2020, tendo em vista os cuidados especiais com os idosos em meio à pandemia do coronavírus na Bahia. Os proventos estarão disponíveis em conta na terça-feira (30).

Veículo: Gov Bahia	
Data: 25/03/2021	



Benefício de aposentados e pensionistas do Estado será pago na terça-feira

25 março 2021



Foto: Carol Garcia/Arquivo GOVBA

O pagamento dos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do Estado será pago antecipadamente no mês de março. Esta é a décima segunda vez em que o Governo do Estado antecipa a rotina, o que vem ocorrendo desde março de 2020, tendo em vista os cuidados especiais com os idosos em meio à pandemia do coronavírus na Bahia. Os proventos estarão disponíveis em conta na terça-feira (30).

Como em meses anteriores, os proventos foram antecipados em um dia. De acordo com a tabela de pagamentos, divulgada em portaria conjunta pelas **secretarias da Fazenda (Sefaz-BA)** e da Administração (Saeb), a folha do funcionalismo público será paga no dia 31 de março.

Fonte: Ascom/Saeb

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/03/21	



BENEFÍCIO DE APOSENTADOS DO ESTADO SERÁ PAGO NA TERÇA (30)



admin 29 Março, 2021

O pagamento dos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do Estado será pago antecipadamente no mês de março. Esta é a décima segunda vez em que o Governo do Estado antecipa a rotina, o que vem ocorrendo desde março de 2020, tendo em vista os cuidados especiais com os idosos em meio à pandemia do coronavírus na Bahia. Os proventos estarão disponíveis em conta na terça-feira (30).

Como em meses anteriores, os proventos foram antecipados em um dia. De acordo com a tabela de pagamentos, divulgada em portaria conjunta pelas secretarias da Fazenda (Sefaz-BA) e da Administração (Saeb), a folha do funcionalismo público será paga no dia 31 de março.

Foto: Carol Garcia/GOVBA

Governo planeja que ICMS sobre combustíveis considere média de preços anual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Fábio Pupo, Folhapress

O governo planeja que os estados passem a considerar um período de tempo maior para a coleta dos preços médios que embasam a cobrança de **ICMS** sobre combustíveis.

A medida é uma nova tentativa de aceno a caminhoneiros, mas os estados mostram resistência à alteração e questionam sua eficácia.

A ideia avaliada pelo governo federal é que os estados deixem de usar como referência o preço médio verificado nos postos ao longo de 15 dias. Em vez disso, os governadores passariam a considerar a média móvel dos últimos 12 meses.

Além disso, membros do Executivo pretendem que seja modificada a frequência com que os valores são atualizados. Em vez de os números de referência serem alterados a 15 dias, haveria um intervalo maior --que passaria a ser mensal ou até trimestral.

A medida teria como objetivo dar mais estabilidade aos preços e maior previsibilidade à cadeia dependente de combustíveis. No governo federal, as discussões envolvem principalmente Casa Civil e Ministério de Minas e Energia.

Não haveria mudanças nas alíquotas de **ICMS**, que variam dependendo do estado. No caso do diesel, por exemplo, ficam entre 12% e 25%.

As alterações seriam voltadas ao Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (o PMPF), que **embasa** a cobrança final do **ICMS** e é calculado quinzenalmente após pesquisas feitas pelo estado sobre os valores observados em uma amostra de postos.

Após verificar o PMPF, o estado aplica a ele a alíquota de **ICMS** em vigor. Isso resulta em um valor de tributo por litro, que é estendido a todo o estado (ou seja, um aumento no PMPF eleva a cobrança do imposto para todos os postos).

Para alterar as regras, o governo não precisaria de uma nova lei. Bastaria um acordo com os estados por meio do **Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária**, que reúne secretários de Fazenda estaduais e o Ministério da Economia).

André Horta, diretor institucional do **Comsefaz** (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, que reúne apenas os representantes estaduais), afirma que a medida não diminuirá os preços e não trará benefícios.

Ele lembra que uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) já determinou que os estados devolvam o **ICMS** pago pelos postos caso o valor tenha ficado acima do correspondente à alíquota vigente. Isso, no fim das contas, impediria cobranças acima do percentual.

"Caso o preço do posto esteja abaixo da média [verificada no PMPF], o estado terá que pagar a ele por meio de créditos tributários. Por isso, mudar a média não terá efeito nenhum, já que a diferença será acertada lá na frente", afirma. "O que influencia são os preços praticados pela Petrobras", diz.

Paulo Miranda, presidente da Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes, que representa os postos), afirma que o valor para o consumidor final não será alterado com a medida. Para ele, no entanto, as variações seriam mais brandas.

"Não acho que vai baixado o preço, porém vai manter uma parte dele estável por um período maior. Daria mais previsibilidade", afirma Miranda.

A medida continua passando por discussões e, por poder entrar em vigor sem necessidade de projeto de lei, poderia começar a valer antes de uma eventual aprovação da proposta do governo que altera o **ICMS** sobre combustíveis -enviada ao Congresso no mês passado.

Em 12 de fevereiro, Bolsonaro criou um projeto de lei com objetivo de definir um valor fixo por litro, e não mais sobre a média de preços das bombas. O texto ainda estabelece que a cobrança seria feita diretamente nas refinarias, e não nos postos de gasolina.

O governo discute há meses um conjunto mais amplo de ações para caminhoneiros, o que inclui um programa de recompra de veículos, uma "bolsa" para os profissionais, melhorias de infraestrutura nas rodovias, além da criação de um fundo com excedentes de royalties para evitar oscilação nos preços.

Enquanto isso, e fazendo críticas ao aumento de preços dos combustíveis, Bolsonaro anunciou em fevereiro a indicação do general Joaquim Silva e Luna para o comando da Petrobras para o lugar de Roberto Castello Branco.

Em 1º de março, o governo ainda cortou por dois meses

os tributos federais PIS/Pasep e Cofins sobre o diesel, com um impacto de R\$ 3 bilhões (compensado por maiores tributação sobre bancos e diminuição de benefícios tanto para a indústria química como para a compra de veículos por portares de deficiência).

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - CONFAZ | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, Confaz, Comsefaz | SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - Embasa

STF derruba cobrança de ICMS sobre extração de petróleo

Somando as operações da Shell, BG Group, Petrogal, Chevron e Petrobras, impacto de decisão contrária passaria do bilhão de reais

Por **Bárbara Pombo** — De São Paulo

29/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



Dias Toffoli: ICMS só pode ser exigido quando há transferência de titularidade e efetiva circulação da mercadoria — Foto: Divulgação

O Supremo Tribunal Federal (STF) barrou a tentativa isolada do Estado do Rio de Janeiro de exigir ICMS sobre a extração de petróleo. Os ministros derrubaram duas

leis estaduais, uma editada em 2003, que sequer surtiu efeitos, e outra publicada em 2015, que previa a exigência de 18% do imposto estadual sobre o preço do barril do petróleo.

A decisão, tomada na sexta-feira, no Plenário Virtual, passa a valer a partir da publicação da ata de julgamento, o que deve ocorrer ainda em março. Isso significa que o Estado fluminense não precisa devolver o imposto arrecadado desde março de 2016, quando a Lei nº 7.183/2015 passou a valer. O ministro Dias Toffoli, relator da ADI 5481, porém, resguardou os contribuintes que já entraram com ação judicial contra a cobrança.

De acordo com advogados, todas as empresas que exploram petróleo no Rio de Janeiro impugnam a exigência no Judiciário. Liminares foram concedidas e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) foi favorável aos contribuintes. “A vitória é total porque nenhuma empresa recolheu os valores”, diz Donovan Mazza Lessa, sócio do escritório Maneira Advogados.

Apenas para a Shell, BG Group, Petrogal e Chevron a discussão teria um impacto de R\$ 600 milhões, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (ABEP), que ajuizou a ADI 5481. De acordo com informações prestadas no processo, se fossem incluídas as operações da Petrobras - responsável por 90% da produção de petróleo no Rio - a cifra passaria do bilhão de reais.

O ministro Dias Toffoli, relator da ação, justificou a proposta de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade das leis pela situação crítica nas finanças do Estado do Rio de Janeiro. Uma das justificativas para a edição das normas foi “acudir à preservação da economia e das finanças fluminenses”, de acordo com a Assembleia Legislativa do Rio.

“Ponderando os interesses em conflito e prestigiando a segurança jurídica bem como o interesse social, julgo que a ausência de modulação dos efeitos da decisão resultará em mais efeitos negativos nas já combalidas economia e finanças do Estado do Rio de Janeiro, os quais devem, a meu ver, ser evitados”, afirma Toffoli em seu voto. A modulação foi garantida por maioria de votos.

Muito embora o STF tenha legitimidade para avaliar aspectos econômicos e de interesse público para ajustar os efeitos de suas decisões, advogados avaliam negativamente modulações como a feita no caso. “O Supremo acaba premiando legislações inconstitucionais, além de desconsiderar a isonomia porque a crise atinge os Estados e os contribuintes”, afirma o advogado Tiago Conde, sócio do Sacha Calmon Misabel Derzi Consultores e Advogados, escritório que também atuou no caso.

Ao analisar o litígio, o ministro Dias Toffoli reiterou que o ICMS só pode ser exigido quando há transferência de titularidade e efetiva circulação da mercadoria, o que não ocorre entre a extração do petróleo do subsolo e o envio do óleo para as plataformas. Além disso, citou o artigo 26 da Lei do Petróleo (nº 9.478/1997) para ressaltar que quando a União concede as jazidas para exploração por particulares existe uma aquisição originária do petróleo, e não uma espécie de compra e venda.

“Como o primeiro senhor do petróleo extraído é o próprio concessionário ou contratado, nos termos das Leis nº 9.478/97 e 12.351/10, o óleo (petróleo extraído) não muda de titular ao ser incorporado ao patrimônio desse. Se não há transferência de titularidade do petróleo extraído, não há que se falar em circulação de mercadoria, outro pressuposto necessário para a incidência válida do imposto”, afirma.

Mesmo que se admitisse a existência de uma negociação na transferência da propriedade do petróleo da União para os particulares, o contribuinte na operação seria a União. Dessa forma, Toffoli defendeu que o ICMS não poderia ser exigido da mesma forma, por causa da regra da imunidade tributária recíproca. A Constituição veda, no artigo 150, inciso IV, que a União e os entes federados exijam tributos uns dos outros.

Tributaristas ainda levantam um argumento formal, de que a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996) não prevê a extração de petróleo como fato gerador do ICMS. Logo, uma lei estadual não poderia inovar nesse sentido. “Há sinalização do STF nesse sentido e esse argumento vale para qualquer discussão sobre ICMS”, afirma Leonardo Martins, sócio do Machado Meyer Advogados.

Segundo advogados, a decisão do STF encerra uma disputa de quase vinte anos e que representa a tentativa do Rio de Janeiro de manter a tributação do ICMS no Estado produtor de petróleo, e não nos Estados consumidores, como determina a legislação atual.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro informou que considera o tema prioritário e segue mobilizada e com atuação firme perante o Supremo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como ficar à frente de sua concorrência em 2021

IT EXPERIENCE HUB

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Novo Peugeot 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

Promoção VAN de vantagem Sprinter. Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Condições imperdíveis

FAM

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Compra do Big pelo Carrefour é positiva e tem fortes sinergias, diz UBS

STF decide que ICMS não deve ser cobrado na extração do petróleo

Lei é considerada inconstitucional, e recolhimento é mantido sobre combustíveis

CAROLINA BRÍGIDO
carolina@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que é inconstitucional a lei que estabelece a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a extração de petróleo no estado. O pedido foi feito pela Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (Abep). Com isso, a cobrança do imposto continua a ser feita sobre os combustíveis, nos estados compradores, no momento do consumo, e não sobre a extração do óleo.

No processo, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) defendeu a tributação no momento da



Plataforma em Itaguaí. STF destaca impacto do tributo sobre a economia do Rio

exploração, argumentando que o estado passa por regime de recuperação fiscal e tem necessidade de aumentar receitas e diminuir despesas. A Casa alegou que a extração, produção e distribuição de hidrocarbonetos e derivados são atividades econômicas

que devem ser tributadas e afirmou que uma emenda constitucional de 2001 determinou a tributação de derivados de petróleo nos estados consumidores, o que prejudicou a arrecadação do estado.

O impacto da mudança sobre o setor de óleo e gás na eco-

nomia fluminense, no entanto, foi destacado na decisão.

“Conforme exposto, encontra-se no Estado do Rio de Janeiro 81,9% das reservas provadas de petróleo (31/12/14), o que denota que grande parte da produção nacional do petróleo advém desse estado. É fora de dúvidas que a cobrança do imposto (cuja alíquota é de 18%) aumenta os custos da produção do petróleo”, argumentou o relator, ministro Dias Toffoli, no voto.

Toffoli decidiu que a lei é inconstitucional, mas a partir da publicação da ata do julgamento. Na prática, porém, todas as empresas que entraram com ações na Justiça antes disso serão englobadas pela decisão e terão direito, portanto, a não recolher o imposto.

Os ministros Luiz Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e Luiz Fux acompanharam Toffoli. Marco Aurélio Mello e Edson Fachin divergiram parcialmente, por defenderem que a decisão seja válida de forma retroativa, não somente após o julgamento.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

No lockdown o comércio de tecnologia também é essencial

Agro envolve um sistema onde a ciência e a tecnologia definem a produtividade, a qualidade e a rentabilidade da originação.

A "Acavasf" - Associação do Comércio Agropecuário do Vale do São Francisco iniciou uma campanha de informação para a sociedade do norte da Bahia e Petrolina, enfatizando que "o manejo correto da terra e os insumos necessários para produzir alimentos garantem a boa safra". Líderes da região endossam essa afirmação: "No vale São Francisco o maior polo de irrigação do país, produzindo

frutas para o Brasil e o mundo, o agro não pode parar", assim ressalta nos anúncios da entidade a palavra de Guilherme Coelho, presidente da Abrafrutas - Associação Brasileira dos Exportadores de Frutas e Derivados. Da mesma forma Jailson Lira de Paiva, presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Petrolina e diretor da Coopexvale, Cooperativa de Produtores e Exportadores do Vale do São Francisco, reafirma a importância do setor de distribuição, revenda, as lojas agrícolas.

Esse movimento de cons-

cientização importantíssimo no norte da Bahia é válido para todo o estado. E todo o país.

Os insumos, a assistência

técnica da mecanização, a digitalização e os controles estão hoje umbilicalmente conectados ao solo, às plantas, animais, ao meio am-

biente e a um fluxo que precisa ser ininterrupto das fazendas para a distribuição, processamento, e todo varejo brasileiro e mundial.

Assim como supermercados são essenciais, a agroindústria, o transporte, a atividade dos produtores no campo, e os funcionários dos fabricantes de fertilizantes, bioinsumos, químicos, medicamentos e vacinas, igualmente o comércio e os serviços das lojas agrícolas significam hoje muito mais do que transações de produtos. As revendas agropecuárias são legítimas ca-

sas de difusão de conhecimento, e seus técnicos são importantíssimos no apoio e suporte de uma agricultura, a qual sabemos ser essencial e não para, porque a natureza não para.

A "Acavasf", do norte da Bahia e Petrolina, fez uma justa e correta interpretação do essencial. Assim como as flores e plantas também são essenciais, significando um importante alimento da mente.

Saúde para todos é nosso mais forte desejo neste momento brasileiro e mundial. Vamos superar.

As revendas agropecuárias são legítimas casas de difusão de conhecimento

Saúde para todos é nosso mais forte desejo neste momento. Vamos superar

CURTAS

Direito do Agronegócio

O Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA) promove no próximo dia 31 a primeira edição do Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio, na modalidade virtual. O evento vai tratar de quatro desafios ju-

rídicos regulatórios dos sistemas agroindustriais, com o objetivo de trazer avaliações e caminhos que contribuam para o desenvolvimento sustentável do setor e uma maior competitividade global. O congresso te-

rá transmissão gratuita e ao vivo pela internet, por meio do Canal do Youtube do IBDA. Participam especialistas dos segmentos do agronegócio, do direito, da economia e da indústria alimentícia, e representantes de órgãos, universidades, entidades setoriais e institutos de pesquisas.

Nematoides no algodão

Uma parceria entre a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Embrapa e Fundação Bahia está monitorando a incidência de nematoides no algodão no estado. De difícil visualização, os ver-

mes costumam gerar grandes prejuízos, podendo levar a perdas de até 40% no algodoeiro. Técnicos do Programa Fitossanitário da Abapa têm percorrido as regiões e recolhido amostras em lavou-

ras como parte do projeto Sanidade e saúde do solo. Neste mês as amostras foram recolhidas em localidades dos municípios de São Desidério, Baianópolis, Barreiras, Correntina, Jaborandi e Luís Eduardo Magalhães. A Bahia é o segundo maior produtor de algodão do País.

**AQUELE LUGAR
ONDE VOCÊ CHEGA
E JÁ SE SENTE
EM CASA.
A GENTE SABE
BEM O QUE É ISSO.**

A Moura Dubeux parabeniza Salvador pelos seus **472 anos**, sentindo o maior prazer em continuar contribuindo para o desenvolvimento dessa cidade tão repleta de história e encantos.



moura dubeux



ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

INTERNET Leia mais sobre finanças no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

LUIÇA CARVALHO*

Quando se pensa em bancos, as agências e a figura do gerente vêm à mente de forma quase instantânea. Mas para um número crescente de pessoas, o celular se tornou o principal representante dos serviços bancários. Um dos motivos para este novo tipo de relação com as instituições financeiras é a popularização dos bancos digitais. Diferentemente dos bancos convencionais, chamados, por vezes, de bancões, as instituições digitais não têm agências e realizam todas as suas operações de forma online, através de aplicativos.

De acordo com pesquisa encomendada pela empresa de soluções tecnológicas a serviços financeiros Fiserv em 2019, realizada com 600 brasileiros, 18% dos consumidores têm sua principal conta financeira em um banco digital. Com o grande avanço do uso de opções mais tecnológicas neste período de isolamento social, especialistas indicam que o número em 2021 seja ainda maior.

Ao invés de recorrer pessoalmente ao gerente e outros funcionários, seus usuários são atendidos à distância, por meio de chats e ligações telefônicas e sacam seu dinheiro em caixas eletrônicas interbancárias ou em lotéricas. Sem um espaço físico de atendimento, a estrutura dos bancos digitais é menor que a dos convencionais, o que os possibilita oferecer serviços a custos inferiores e sem cobrança de taxas.

Os bancos digitais são mais populares, principalmente, entre os jovens. Segundo a pesquisa, 21% dos consumidores entre 18 e 34 anos optam por esse tipo de serviço. O estudante de engenharia elétrica Caio França, 24, é um deles. Usuário do Inter, ele se interessou por abrir uma conta digital logo que conheceu esse modelo de instituição financeira, se tornando um dos primeiros de seu círculo social a aderir-lá para todas as operações. Os principais atrativos, para ele, foram a isenção de tarifas e a facilidade de atendimento à distância. “Eu prefiro o atendimento remoto. Não sinto falta nenhuma de ter uma agência física e um funcionário para me atender lá a qualquer momento. E no banco digital também tem a facilidade de achar formas de investimento para sua renda na palma da mão”, afirma.

Digital ou tradicional?

Muitas pessoas, como Caio, podem não ter a necessidade de buscar auxílio no contato pessoal com um funcionário, mas há outras que preferem e se sentem mais confortáveis em ter uma referência em um ambiente físico. O economista Lucas Spínola indica que “a escolha entre os bancos digitais ou os ‘bancões’ passa por

FINANÇAS Em 2019, 18% dos brasileiros já tinham principal conta em instituições com operações online

Banco digital ganha mais popularidade durante a pandemia

Bruno Aziz



“A escolha entre digitais ou os ‘bancões’ passa por preferências pessoais”

LUCAS SPÍNOLA, economista



Leopoldo Marinho / Divulgação

“(Os bancos digitais) têm um sistema de segurança bastante forte”

JULIANA BARBOSA, consultora



Arquivo Pessoal

identificação e preferências pessoais”. Ele aponta que alguns podem considerar a usabilidade do banco tradicional melhor em certos aspectos. “Se você quiser, por exemplo, depositar na sua conta de um banco tradicional, é só ir na agência. Já no banco digital você tem que criar um boleto e pagá-lo usando uma agência do banco tradicional ou uma casa lotérica”, diz.

Mesmo com questões como esta, quem prefere ter conta em apenas um banco e se interessa pelo modelo completamente digital não precisa manter ou criar também uma conta complementar nas instituições convencionais. A educadora financeira Juliana Barbosa afirma que atualmente os bancos digitais oferecem todos os serviços que os “bancões” realizam. “Se a pessoa quer fazer investimento no banco digital, ela pode. Se quer crédito, ela tem. Se quer uma conta somente para de-

positar, transferir e pagar boleto, ela também tem”. A segurança dos dados é um dos pontos que causam mais receio nos consumidores, sobre isso a especialista declara: “(Os bancos digitais) têm um sistema de segurança bastante forte. Pode acontecer alguma situação de fraude, como nos bancos tradicionais, mas não é uma coisa recorrente”.

Apesar de convencionalmente ser feita a distinção entre bancos completamente digitais, sem agências, e convencionais, com algum tipo de espaço de atendimento, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) considera que não há, no presente, um banco que não atue fortemente na área digital no país. “Atualmente, praticamente todas as operações bancárias podem ser feitas de forma eletrônica. O que existem são bancos que também ofertam atendimento presencial, que será cada vez mais consultivo e

COMO ESCOLHER BANCO DIGITAL

PESQUISE AS RECLAMAÇÕES

Consultar sites de reclamações contra empresas, como o Reclame Aqui, é uma boa maneira de saber as principais queixas e pedidos relacionados aos bancos e a forma como ela atende seus clientes. Confira a pontuação e a classificação das instituições financeiras e os comentários de outros usuários sobre elas

ANALISE O CUSTO

Muitos bancos digitais não têm qualquer tipo de tarifa, enquanto outros cobram por alguns serviços, como os saques em caixas eletrônicas interbancárias. Alguns também não oferecem cartão de crédito. Pesquise todas as operações e seus custos e pondere a sua necessidade

GARANTIA DO FGC

O Fundo Garantidor de Crédito assegura até R\$ 250 mil aos correntistas e investidores em caso de falência ou liquidação dos bancos. É importante que a instituição financeira esteja enquadrada nesse requisito

FONTES: LUCAS SPÍNOLA E JULIANA BARBOSA, ESPECIALISTAS

menos tradicional”, diz Rodrigo Mulinari, diretor de Tecnologia e Automação Bancária da Febraban.

Digitalização maior

Em 2014, o banco Inter lançou uma das primeiras contas digitais e totalmente isentas de tarifas do Brasil. O que começou atingindo jovens interessados por tecnologia se tornou, com o tempo e a cada vez maior busca por simplificação, uma plataforma ampla e que continua crescendo. No primeiro semestre de 2020, o número de contas abertas foi de 890 mil. Nos três meses iniciais deste ano, a abertura de contas já se aproxima de 1 milhão e meio. A diretora de Marketing do banco digital Priscila Salles observa uma nova mudança entre os consumidores durante a pandemia. “A gente começa a ver pessoas de 40, 50 anos, que lá atrás não eram muito digitalizadas, entrarem nesse mundo”. A ausência de tarifas também é um fator atrativo neste contexto de dificuldades econômicas. Priscila afirma que, no Inter, os clientes economizam, em média, R\$ 800 de tarifas bancárias.

Um dos bancos digitais mais populares do país, o Nubank não cobra tarifas de manutenção da conta e nem de anuidade do cartão, além de oferecer transferências ilimitadas e gratuitas. Os saques, o seguro de vida (Nubank Vida) e a assinatura do programa de benefícios são os únicos serviços com custos adicionais. Em 2021, o banco ultrapassou o número de 35 milhões de clientes no Brasil, marca que representou crescimento superior a 50% em um ano. Segundo o Nubank, seus usuários economizam R\$ 40 por mês usando os serviços de sua conta em comparação aos bancos tradicionais.

O Agibank é um banco digital omnichannel, ou seja, disponível simultaneamente em diversos canais. Mesmo dando grande destaque aos seus serviços digitais, o banco possui cerca de 700 pontos de atendimento em todo o Brasil. A conta corrente é criada gratuitamente, não tem taxa de manutenção e inclui um pacote de serviços gratuitos. Para o diretor de negócios do Agibank Glauber Correa, a popularização dos bancos digitais era apenas questão de tempo. “Em 2020, pela primeira vez, vimos o volume de downloads de apps dos bancos digitais superar as grandes instituições, o que é um indicio de que o comportamento da população está mudando. É fato que a pandemia estimulou a adoção dos canais digitais, mas também impulsionou a experimentação e inovou a cliente que as instituições digitais são igualmente confiáveis, além de mais acessíveis e práticas”.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Duas decisões simples para passar nos concursos (2)



Waldir Santos

Advogado da União, palestrante, professor e autor de livros sobre métodos de estudos para concursos

waldir@waldirsantos.com.br
Instagram e Twitter: @waldirconcursos
Facebook.com/waldirconcursos

Explicamos, na primeira parte, as razões mais comuns para que o concursado fique, ao longo dos anos, recomendo os estudos e desistindo dos concursos. Isso faz a disputa parecer mais difícil

do que de fato é. No texto de hoje iremos aprofundar a análise das duas decisões necessárias para interromper esse desgastante processo e aproximar o concursado da aprovação.

Como já dito aqui, e é percebido na prática por todos que não estão apenas iniciando a vida nos concursos, a desistência temporária é a atitude mais frequente. Isso é facilmente notado na experiência de cada um e na observação do que ocorre com os colegas. Qual a causa desse fenômeno, que além de nos roubar tempo, di-

nheiro e esforço, ainda impede que alcancemos o grande objetivo?

Observe que quem retoma a vida nos concursos sempre

Maior incentivo para dedicação aos estudos é o hábito de participar dos concursos

coloca como principal dificuldade o fato de não seguir estudar, ou aprender, ou obter bons resultados, sejam quais forem as razões. Note também que parece que existe uma lei sagrada que nos proíbe de fazer concursos sem estudar.

Para não sairmos do assunto, não vou discorrer sobre a realidade de quem passa nos concursos sem estudar. Espero, no entanto, que seja fácil para o leitor, ao refletir sobre estas palavras, ficar convencido de que o maior fator de incentivo para a permanência e a dedicação

real aos estudos é o hábito de participar dos concursos. Se isso não está claro ainda, peço que seja feito um pequeno esforço, uma breve tentativa, e garanto que o resultado será promissor. Custa muito pouco, diante do que se pode obter. Mesmo que os resultados iniciais não sejam bons, o progressivo avanço no desempenho, que é fácil de ser constatado, mostrará que este é o melhor caminho. Aliás, as alternativas são três: esperar o milagre que consiste em ter vontade de estudar, seguir repetindo o erro de periodicamente reco-

meçar e desistir, ou, o que eu recomendo, mudar a forma de fazer as coisas e esperar um resultado diferente.

Se a principal dificuldade em retomar os concursos com chances de aprovação está no estudo e no desempenho, é preciso compreender que isso não se resolve pela pressão da necessidade ou pela motivação do desejo de passar.

Se a sua situação se enquadrar na que está sendo descrito, fique atento. Iremos, na sequência, detalhar as duas decisões que vão lhe levar à aprovação.

Honda paralisa produção no Brasil por causa da pandemia de covid-19

MONTADORA A montadora Honda anunciou no último sábado (27) que suspenderá as atividades no Brasil por causa do recrudescimento na pandemia de covid-19. A fabricante torna-se a oitava empresa a paralisar a produção no país nos últimos dias. Segundo a montadora, a interrupção das atividades ocorrerá nas unidades de Itirapina (SP) e de Sumaré (SP) a partir de amanhã (30) até 9 de abril. A produção será retomada no próximo dia 12. “A Honda reforça que as medidas adotadas visam preservar a saúde e segurança das pessoas. Além disso, a empresa segue empenhada em minimizar os impactos da pandemia em sua cadeia de valor, bem como, os inconvenientes ao consumidor”, informou a montadora em comunicado. A compensação das horas não trabalhadas será negociada com o Sindicato dos Metalúrgicos.

EXPORTAÇÕES

US\$ 56,2 BI

foi quanto o Brasil deixou de exportar para a América do Sul nos últimos dez anos. A conclusão consta de um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, a participação do Brasil nas importações dos demais países sul-americanos caiu de 14,5% em 2010 para 10,7% em 2019.

PRAZO DE ANÁLISE DA SPUTNIK É SUSPENSO

FALTA DE DADOS A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suspendeu o prazo de análise de pedido de uso emergencial da vacina Sputnik V, desenvolvida na Rússia, por falta de apresentação de dados. O órgão regulador diz que, apesar da suspensão, continua a análise das demais informações entregues pela União Química, que vai produzir o imunizante no Brasil. Com a decisão, o prazo inicial, de sete dias, só volta a contar depois da entrega da documentação.

Guedes diz que orçamento é insuficiente

CONTAS PÚBLICAS O ministro da Economia, Paulo Guedes, avisou o presidente Jair Bolsonaro que o Orçamento de 2021 ficará “inexequível” com as manobras contábeis aprovadas pelo Congresso para acomodar o festival de emendas parlamentares.

Cálculos da equipe econômica feitos nesta sexta-feira, 25, mostram que a máquina do governo teria que funcionar com apenas R\$ 49,5 bilhões até o final do ano – praticamente a metade do que os especialistas consideram o patamar mínimo para não ter uma paralisação.

Esse é o espaço que sobrá para gastar depois do contingenciamento de despesas que terá que ser feito para o cumprimento do teto de gasto (a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação).

R\$ 49,5Bi

é o que sobrou para fazer a “máquina” do governo funcionar durante todo o ano de 2021

51,3%

é o corte previstos para os ministérios neste ano, para ajustar os gastos à realidade orçamentária

R\$ 16Bi

foi aumento nos recursos destinados às emendas parlamentares

São as despesas discricionárias, justamente a de custeio e investimentos, que garantem o funcionamento da máquina e que o governo têm liberdade para cortar. As outras, como os pagamentos da Previdência e os salários dos servidores, são de pagamento obrigatório e representam cerca de 90% de todo o Orçamento.

Os ministérios deverão ter um corte de 51,3% nas despesas de custeio e investimento. Com esse nível de despesas, o Orçamento de nenhum ministro da Esplanada ficará em pé. A chibadeira será geral.

Esse cenário projeta uma situação de paralisação da máquina, situação que os economistas chamam de “shutdown”. O cenário complicou porque o Congresso aprovou uma ma-

quiagem nas previsões de gastos na Previdência, seguro-desemprego e subsídios para cortar R\$ 26 bilhões em despesas e abrir espaço para um valor gigantesco de emendas parlamentares de quase R\$ 50 bilhões, que é praticamente o mesmo valor que vai sobrar para os ministros tocarem a máquina de governo.

O encontro entre Guedes e Bolsonaro ocorreu ainda na quinta-feira, 25, dia da votação pelo plenário do Congresso. Mas já nesse encontro Guedes comunicou o presidente que teria que fazer um corte dramático nas despesas para não estourar o teto de gastos.

Antes de Guedes, Bolsonaro tinha recebido, no mesmo dia, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

HONDA SUSPENDE PRODUÇÃO DE CARROS NO DIA 30

TEMPORARIAMENTE A Honda anunciou nesta sexta-feira (26) a parada de produção no Brasil devido ao agravamento da pandemia do novo coronavírus. É a oitava montadora a suspender as atividades no país pelo mesmo motivo. Toyota, Nissan, Volkswagen, Mercedes Benz, Renault, Volvo e Scania já anunciaram a paralisação. Segundo a Honda, a paralisação temporária das operações nas unidades de Sumaré e Itirapina, no interior de São Paulo, vai acontecer de 30 de março a 9 de abril. A retomada está prevista para 12 de abril. O formato de compensação das horas não trabalhadas no período está em negociação com o sindicato, segundo a montadora. “A Honda reforça que as medidas adotadas visam preservar a saúde e segurança das pessoas”, informou a montadora através de um comunicado emitido nesta sexta-feira.

INVESTIMENTO

10,845

Bilhões de dólares foi o volume de investimentos estrangeiros recebidos pelo Brasil nos dois primeiros meses deste ano. O volume representa um aumento de 107% na comparação com o mesmo período do ano passado (US\$ 5,235 bilhões). De acordo com números oficiais, o ingresso registrado nos dois primeiros meses deste ano foi o maior para o período desde 2018 (US\$ 14,1 bilhões). De acordo com o BC ainda não é possível saber se esta é uma tendência para todo o ano.

ROMBO NAS CONTAS RECUA NO 1º BIMESTRE

FINANÇAS O rombo das contas externas do Brasil caiu no primeiro bimestre deste ano para R\$ 9,399 bilhões, o menor para este período desde 2017, ou seja, em quatro anos, segundo informou ontem o Banco Central. Apenas em fevereiro, o resultado das transações correntes ficou negativo em US\$ 2,326 bilhões, o menor déficit para meses de fevereiro desde 2019, quando o saldo foi negativo em US\$ 1,739 bilhão.

O déficit em transações correntes, um dos principais sobre o setor externo do País, é formado pela balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior). De acordo com o BC, a melhora no rombo das contas externas na parcial deste ano está relacionada com o déficit menor da conta de serviços, com queda nos gastos no exterior, e também com queda nas re-

messas de lucros e dividendos. Em um cenário de recessão por conta do coronavírus, o déficit das contas externas recuou 75% em 2020, para US\$ 12,517 bilhões. Para todo ano de 2021, a expectativa do BC é de nova melhora nas contas externas, por conta do saldo da balança comercial - graças à valorização do dólar.

A balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 430 milhões em fevereiro, enquanto a conta de serviços ficou negativa em US\$ 1,370 bilhão.

US\$ 306 BIL

é o quanto o Banco Central estima como valor da dívida externa brasileira atualmente. Segundo a instituição, o ano de 2020 terminou com uma dívida de US\$ 310,807 bilhões. A dívida de longo prazo é de US\$ 236,088 bilhões.

24H BRASIL

Bolsonaro assina decreto que libera auxílio a partir de abril

AJUDA O presidente Jair Bolsonaro editou o decreto que regulamenta o pagamento do auxílio emergencial 2021, instituído no último dia 18 de março por meio de Medida Provisória. O texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), dessa sexta-feira (26). O apoio financeiro será pago a trabalhadores informais de baixa renda e aqueles inscritos em programas sociais como o Bolsa Família, caso o novo benefício seja mais vantajoso. A previsão é que os pagamentos comecem a partir do dia 4 ou 5 de abril, segundo informou o próprio presidente em sua live semanal nas redes sociais.

A nova rodada do auxílio pagará quatro

A nova rodada do auxílio emergencial pagará quatro parcelas com valor médio de R\$ 250 cada uma

parcelas com valor médio de R\$ 250 cada uma. Esse valor pode chegar a R\$ 375, no caso de famílias que tenham apenas a mãe como provedora, ou R\$ 150, no caso de família unipessoal (formada por uma única pessoa). Ao longo do ano passado, o auxílio chegou a atingir 68 milhões de pessoas, mas agora o novo programa deve atender, nas projeções do governo, cerca de 45,6 milhões de famílias. Essa redução se dá, segundo o governo, após o cruzamento de dados que concentrou as transferências no público considerado mais vulnerável.

Pelo decreto, as parcelas do auxílio serão pagas independentemente de novo requerimento, desde que o beneficiário atenda aos requisitos estabelecidos na Medida Provisória.

O governo vai usar a mesma base de dados de quem se cadastrou para o progra-

ma no ano passado, pelo aplicativo ou pelo site da Caixa Econômica Federal, além daquelas pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e no Bolsa Família. Uma das novidades é o recebimento do benefício ficar limitado a um beneficiário por família.

Os trabalhadores formais (com carteira assinada e servidores públicos) continuam impedidos de solicitar o auxílio emergencial. Além disso, cidadãos que recebam benefício previdenciário, assistencial ou trabalhista ou de programa de transferência de renda federal, com exceção do Bolsa Família e do PIS/Pasep, não fazem parte do público que receberá as parcelas de R\$ 250.

Para fins de elegibilidade, serão avaliados os critérios com base no mês de dezembro de 2020, informou o governo federal.

PAZUELLO RETORNA AO EXÉRCITO APÓS SER EXONERADO

EX-MINISTRO O Diário Oficial da União (DOU) publicou nessa sexta-feira (26) portaria que oficializa o retorno ao trabalho no Exército do general Eduardo Pazuello, que na terça-feira (23) foi exonerado pelo presidente Jair Bolsonaro do

cargo de ministro da Saúde.

Assinada pelo comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, a portaria "reverte" Pazuello ao "quadro" da Força. General de divisão intendente, Pazuello seguiu como militar da ativa durante sua passagem de

quase um ano pelo ministério da Saúde, como secretário-executivo, ministro interino e ministro titular.

Pazuello estava "agregado", ou seja, cedido ao Ministério da Saúde, desde 28 de abril de 2020, conforme portaria publicada no DOU.

ANVISA RECEBE NOVO PEDIDO DE USO DA SPUTNIK V

IMUNIZANTE O laboratório União Química e o Fundo Soberano da Rússia (RDIF) informaram ter apresentado nessa sexta-feira (26) novo pedido à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de uso emergencial no país da Sputnik V, imunizante desenvolvido na Rússia. Em janeiro, a agência devolveu a solicitação de mesmo teor, sob alegação de que não recebeu dados mínimos para a análise. O laboratório brasileiro afirma, agora, que entregou todas as informações para abrir a avaliação na agência.

"Composto de informações, dados, resultados de testes clínicos, dentre outras informações, este novo pedido de uso emergencial segue rigorosamente as orientações e regras regulatórias da Anvisa, bem como o disposto na LEI Nº 14.124, de 10 de março de 2021", afirma nota da União Química.

O Ministério da Saúde comprou 10 milhões de doses deste imunizante, que começam a chegar ao país no próximo mês. O Consórcio do Nordeste comprou outras 37 milhões de unidades.

O senador Otto Alencar afirmou que vai aguardar o final da pandemia e o cenário político para definir se vai ser mesmo o candidato do PSD ao Governo da Bahia em 2022. "Vou tomar a decisão em março, junto com

Angelo Coronel, com os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e deputados federais e estaduais. Eu disse que vou trabalhar no plural, olhando e ouvindo a todos. Não vou tomar decisão apenas da minha cabeça", ressaltou, em entrevista à Tribuna. Segundo ele, na condição de presidente do partido, um líder "tem que olhar os interesses de todos". Contudo, acredita que ainda não é o momento de se falar em eleição. "Acho uma coisa equivocada ficar tratando de eleição no meio de uma crise sanitária que já levou 300 mil pessoas ao óbito e outras tantas infectadas e com sequelas gravíssimas. Claro, me sinto preparado e disposto do ponto de vista político para disputar qualquer cargo majoritário, inclusive o de governador. Mas eu faço parte de um grupo grande que tem figuras importantes, como o senador Jaques Wagner, o governador Rui Costa e o vice João Leão. Isso dentro do grupo tem que ser analisado para ver qual é a melhor opção", avalia. Ainda no papo, Otto critica a condução do presidente Jair Bolsonaro na Covid-19 e traça um panorama preocupante para a economia: na visão dele, a crise deve se estender pelo menos até 2023.



O SENADOR Otto Alencar afirma que vai aguardar o final da pandemia e o cenário político para definir se vai ser mesmo o candidato do PSD ao Governo da Bahia em 2022

OTTO ALENCAR

ENTREVISTA

“Ainda estaremos lutando contra a Covid em 2022”, diz Otto Alencar

GUILHERME REIS
EDITOR DE POLÍTICA
HENRIQUE BRINCO
REPORTER
PAULO ROBERTO SAMPAIO
DIRETOR DE REDAÇÃO

ribuna - Como o senhor está vendo essas discussões a respeito das eleições para o Governo da Bahia? Vai tentar uma reeleição para o Senado ou vai manter a pré-candidatura ao Palácio de Ondina?

Otto - Não estou vendo eleição agora, porque seria uma coisa até inocente no momento. Tenho dito isso permanentemente. Vou tomar a decisão em março, junto com Angelo Coronel, com os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e deputados federais e estaduais. Eu disse que vou trabalhar no plural, olhando e ouvindo a todos. Não vou tomar decisão apenas da minha cabeça. O meu partido é forte no Estado. Os componentes dele no momento observam e declaram apoio a minha candidatura ao Governo do Estado. Eu acho que é precoce. Vou aguardar. Um líder de um grupo não pode olhar apenas os seus interesses de ordem pessoal. Tem que olhar os interesses de todos. Senão, não pode ser líder. Foi isso que eu falei. A decisão nossa será tomada em março de 2022. Acho uma coisa equivocada ficar tratando de eleição no meio de uma crise sanitária que já levou 300 mil pessoas ao óbito e outras tantas infectadas e com sequelas gravíssimas. Claro, me sinto preparado e disposto do ponto de vista político para disputar qualquer cargo majoritário, inclusive o de governador. Mas eu faço parte de um grupo grande que tem figuras importantes, como o senador Jaques Wagner, o governador Rui Costa e o vice João Leão. Isso dentro do grupo tem que ser analisado para ver qual é a melhor opção.

Tribuna - Nesta semana, o Instituto Paraná Pesquisas divulgou um levantamento que aponta uma suposta ampla vantagem do ex-prefeito ACM Neto contra o senador Jaques Wagner em um cenário virtual de eleição para 2022. O que o senhor está achando dessa disputa já colocada?

Otto - Olha, esse instituto... Eu não conheço direito, mas me informem com alguns amigos, é um instituto muito desqualificado, segundo informações que eu recebi. Mas, de alguma forma, tem dado a lógica dos anos anteriores: o candidato do Demo-

cratas sempre sai na frente. São quatro eleições seguidas. Agora, para chegar na frente é que é complicado. Mas eu não dou nenhuma credibilidade a esse instituto de pesquisa, pelas informações que eu recebi. Não interessa sair na frente. Interessava chegar no dia na frente. Eu, por exemplo, na minha candidatura ao Senado em 2014, no sábado à noite [a eleição seria no domingo] eu estava perdendo para o meu principal opositor [Geddel Vieira Lima]. No dia da eleição, ganhei com 1.730.000 votos de frente. Não serve de parâmetro essa pesquisa. Ela é

O meu partido é forte no Estado. Os componentes dele declaram apoio à minha candidatura ao Governo do Estado.

Tribuna - O vice-governador João Leão sempre diz que o pilar de sustentação hoje do Estado é a aliança PT, PSD e PP. A sua candidatura solo não ameaçaria a força do grupo?

Otto - Qual é o problema de eu me lançar candidato? Há algum problema? O fato de lançar candidato ameaça a força do grupo? Pelo amor de Deus! João Leão foi lançado candidato, Wagner lançado candidato... Por que o PSD não pode lançar candidato? Existe alguma proibição? Não existe. Tenho mundo quer ser candidato. Agora, a arrumação da chapa vai ser em março de 2022, que é quando se senta para resolver quem é que tem possibilidade de ser candidato a governador, senador e por aí vai. O grupo não vai ter nenhuma cisão até agora. O deputado federal Marcelo Nilo se lançou como pré-candidato pelo PSB. Ele tem direito? Tem, claro, todos têm direito. A arrumação do grupo não vai ser agora. A não ser que alguém de forma inconsequente queira fazer, um ano antes de preparar a chapa, fazer reunião para lançar isso agora. Não vejo nenhum problema. Ninguém vai fazer composição agora, faltando um ano para se decidir eleições. Tem três vagas na maioria que serão ocupadas por quem estiver melhor.

Tribuna - Qual seria a chapa ideal para o

Governo do Estado em 2022?

Otto - Não tenho. Só em março de 2022. Como vou falar em chapa ideal agora? Não sou o maior analista de política do Brasil. Seria uma grande infantilidade política. Acho até que falar em política agora, em chapa agora, é um desserviço às ações de combate à pandemia. Não vejo o governador Rui Costa preocupado com chapa. Eu não estou preocupado com chapa. Estou preocupado com a imunização, para que a Bahia consiga conter a doença. Infelizmente, me perguntam mais sobre chapa do que sobre pandemia. Sinceramente, não tenho conversado sobre política. Tenho conversado sobre ações no Senado para controlar a doença. Sou médico de formação e tenho que pensar desta forma.

Tribuna - O senhor chegou a ser ventilado pelo presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, como possível candidato do partido à presidência da República em 2022. Como andam essas conversas?

Otto - Isso foi antes da pandemia, depois parou. Agradeço muito a lembrança do presidente e posso dizer que não me falta preparo para assumir nenhum desses cargos.

Tribuna - O ex-presidente Lula voltou ao noticiário após a anulação das condenações julgadas em Curitiba. Ele será o candidato do PT? Se for, qual será o impacto dele nas eleições da Bahia?

Otto - Tudo é muito incipiente e preliminar. Tenho uma boa amizade com o presidente Lula. É meu amigo e gosto dele. Conversamos recentemente por telefone porque quis prestar minha solidariedade a ele, porque foi preso injustamente por um juiz que afundou a magistratura nacional [Sérgio Moro], aceitando ser ministro de Bolsonaro. Na minha opinião, ele foi preso injustamente. Ele virou um homem forte, uma liderança nacional e internacional também, conhecido no mundo todo. Espero que ele mantenha as condições de manter os seus direitos políticos preservados. E, se ele for candidato, pode ou não impactar aqui lá na frente. Tudo é muito lá, é incipiente e preliminar. Está todo mundo no meio de uma doença gravíssima. Você quer previas agora tem muita possibilidade de estar errando. Agora, é claro que ele é um líder de grande força política

pelo trabalho que ele fez nos oito anos de presidência da República.

Tribuna - O presidente Jair Bolsonaro mudou o tom na semana passada em relação à pandemia, passando a defender a vacinação no pronunciamento que fez em rádio e TV. Ele mudou de opinião?

Otto - Ele não mudou de opinião. Ele fez um ato cênico na televisão e eu esperava que ele confessasse os seus erros. Seria a grandeza. Ele errou em tudo, absolutamente tudo. Foi um ato cênico sem nenhuma convicção. O presidente é chegado a crenças falsas. Ele não tem segurança. Mesmo sabendo que está errado, ele continua persistindo no erro. Depois do pronunciamento, ele disse na live que o tratamento preventivo não vai funcionar. Lamentavelmente, ele vai ficar errando e batendo a cabeça no muro.

Tribuna - O presidente vem perdendo popularidade com a condução da pandemia, de acordo com as pesquisas. Esse cenário é irreversível ou ele pode se recuperar com o auxílio emergencial?

Otto - A rejeição é muito alta. O auxílio emergencial será sempre uma força, porque as pessoas estão passando dificuldades. Trabalhamos no Senado para o auxílio emergencial voltar ao que era no início: R\$ 600. Acho que R\$ 250 é muito pequeno para as necessidades que o povo brasileiro precisa para ter um mínimo de condições e acesso a cesta básica. Ele optou por isso, o ministro da Economia também optou por esse número. Mas, agora, o Paulo Guedes já começou a achar que vai se estender. Sou a favor de que, enquanto existir a doença no país, que ele mantenha o auxílio emergencial. Não pode suspender o auxílio emergencial com a doença nos níveis em que está agora. Já fiz essa manifestação ao ministro da Economia.

Tribuna - Bolsonaro também criou na semana passada um comitê com governadores governistas para discutir as ações da pandemia. Após a reunião, o presidente da Câmara, Arthur Lira, fez um duro discurso que foi interpretado, inclusive, como a possibilidade de um início de um processo de impeachment. Como viu isso?

Otto - O presidente fez um "Petit Comité". Excluiu representantes dos governadores, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde e os representantes dos prefeitos. Foi uma coisa apenas para dar uma satisfação. O Lira tomou essa decisão tarde demais, porque tem vários pedidos de impeachment na Câmara dos Deputados desde a época do Rodrigo Maia. Eles não deram seguimento. É importante definir um desses pedidos de impeachment. A assessoria jurídica da Câmara observar que de acordo com os parâmetros legais, é crime de responsabilidade, que Arthur Lira possa colocar em análise no colegiado.

Tribuna - O ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia, alegava que não havia maioria para aprovar o impeachment. Esse cenário está mudando?

Otto - Na Câmara dos Deputados vejo um movimento muito grande de entender que o presidente deixa muito a desejar em todos os sentidos para seguir sendo presidente do Brasil. Agora, o presidente da Câmara tem que analisar se existe clima de maioria formada. Ele tem que analisar se houve crime ou não. Quer dizer que, quem comete crime agora, fica sujeito à maioria decidir se é contra ou a favor? Se for assim, devo dizer a você que a maioria não está com a virtude. Está com a omissão.

Tribuna - Como viu gesto polêmico do assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Felipe G. Martins, no Senado? Foi um gesto supremacista ou obsceno?

Otto - Ele quis fazer as duas coisas, o gesto obscuro e racista. Ele é da escola do presidente da República, usa palavras duras e chulas. É a mesma coisa. Aquilo é o normal do Bolsonaro: agredir e xingar. O presidente Rodrigo Pacheco tomou uma decisão e mandou fazer uma investigação e eu soube que o Bolsonaro vai demitir. Agora, você sabe que esses assessores todos são de indicação dos filhos do presidente.

Tribuna - Acredita que as pessoas já compreenderam a gravidade da pandemia?

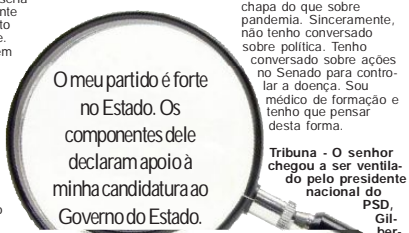
Otto - Me parece que as pessoas ainda não se deram conta da gravidade da doença. Se não for tomada uma providência, ela vai se estender por 2022 e 2023. Já veio a segunda onda e a Europa está vindo a terceira onda. O vírus sofreu mutações, com variantes cada vez mais graves, agressivas, virulentas e letais.

Tribuna - O senhor acha que a sociedade vai voltar a ser o que era antes?

Otto - Não cedo, não. Você está falando muito em eleição no ano que vem. Ano que vem ainda estaremos lutando contra a Covid. Em 2022 vai ter Carnaval? Não, Réveillon? Também não. Tem que se preparar para saber que a vida mudou e que a máscara e o álcool em gel vai ser o novo normal por muitos anos. A gripezinha só existe na cabeça do Bolsonaro. Quem é médico entende que nós vamos conviver muitos anos com o coronavírus. Este ano, ano que vem, 2023... O cenário é o mais sombrio e inseguro possível. O cenário é muito grave. Por isso que eu não preservo muito para falar de política.

Tribuna - A vacinação é o único caminho para retirar o Brasil da crise econômica? Qual seria o modelo de retomada? Há cenário para se discutir uma retomada econômica com crescimento no momento?

Otto - Só pode discutir retomada da economia com crescimento do PIB e a volta do crescimento volta também a absorção da mão de obra - que está na faixa de 14 milhões de desempregados. Nenhuma empresa vai fazer investimentos para ampliar as suas fabricas com risco de vida dos seus trabalhadores. Lamento muito o que está acontecendo no Brasil. Perdemos a Ford, paralização da Mercedes e Nissan. Perdemos Honda, Audi... É uma coisa muito grave o que está acontecendo. É o único caminho que nos temos é imunizar a população. Só que a vacinação está em marcha lenta. Estamos aí com cerca de 7% da população vacinada, a maioria com a primeira dose ainda. E o presidente coloca na mídia que é o quinto país em vacinação no mundo. A população é muito grande e, em vez de colocar percentual de vacinados, coloca o total de vacinados. Tomara que acelere agora. Esperamos que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, tome essa providência de conseguir vacinas.



Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/03/21	



GREVE DE TRANSPORTADORES DE CONTÊINERES CONTINUA E EMPRESAS DO POLO PODEM PARAR POR FALTA DE SUPRIMENTOS



admin 28 Março, 2021

O bloqueio das operações portuárias de contêineres pelos transportadores autônomos em Salvador está gerando enormes problemas para a economia baiana com reflexos em várias empresas. O incidente no Canal de Suez já é um problema grande e junto com a paralisação dos transportadores de contêineres algumas empresas podem parar por falta de suprimentos. Bracell, Engepack, Braskem, Deten, Kordsa, Brisgestone, Pirelli, JBS, Cencosud, Hiperideal, Camil Alimentos e outras já começam a sofrer com a paralisação.

Fontes extra oficiais afirmam que algumas conseguiram furar o bloqueio com o apoio da Polícia Militar, com apoio do comando CIPE POLO, porém houve uma orientação para que cessassem as operações. A Continental Pneus conseguiu retirar insumos vitais para sua produção no Tecon Salvador usando escolta. Mas ao que parece a Codeba – Companhia de Docas da Bahia ordenou que não houvesse mais retirada.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/03/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 29 de Março de 2021 - 08:20

Pandemia derruba lucro de estatais e compromete dividendos

por **Fábio Pupo** | Folhapress

A pandemia derrubou praticamente pela metade o resultado das grandes estatais em 2020, reduzindo os dividendos pagos à União e agravando o cenário de desequilíbrio nas contas públicas. O governo conta com mais recursos das empresas em 2021, ano em que as incertezas permanecem com o avanço da Covid.

Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras e BNDES --que respondem por mais de 90% dos dividendos pagos à União-- terminaram a publicação de seus balanços neste mês e mostraram juntas uma queda de 44% no lucro líquido em 2020, para R\$ 60 bilhões.

Os diferentes efeitos da pandemia fizeram as empresas pagarem 70% menos dividendos à União no ano (R\$ 6,8 bilhões), o menor valor desde 2017 --quando as empresas ainda se recuperavam de perdas de anos anteriores.

A pandemia esteve presente nos balanços de todas elas. As empresas citaram a Covid como causa de quedas de receitas, postergação de investimentos, atrasos em fornecimento e necessidade de reservas para perdas.

A Petrobras teve redução de 13% nas receitas com vendas, impactada pela menor demanda por gasolina e querosene de aviação devido às restrições na mobilidade urbana e no setor aéreo.

A petroleira também viu o valor da commodity sofrer um choque ao se desvalorizar com a redução da atividade econômica global, principalmente no início da pandemia. A empresa ainda foi afetada pela desvalorização do real frente ao dólar e, ao fim do ano, registrou queda de 82% no lucro em 2020 (para R\$ 7,1 bilhões).

Já os bancos públicos tiveram que reservar mais recursos para potenciais empréstimos não pagos --o que afetou diretamente o resultado.

O Banco do Brasil elevou a provisão para créditos de liquidação duvidosa em 47% (para R\$ 22 bilhões ao fim de 2020). Além disso, teve queda em receitas com serviços pela menor procura de clientes. O lucro caiu 30%, para R\$ 12,7 bilhões.

As instituições financeiras, no entanto, foram beneficiadas por medidas anticrise do governo, principalmente os programas de crédito com garantia de recursos do Tesouro (como o Pronampe, voltado a micro e pequenas empresas).

A Caixa, apesar da queda de 37% no resultado, teve o segundo maior lucro da sua história (R\$ 13,2 bilhões, perdendo apenas para o ano de 2019).

O ano do banco foi marcado pelo repasse de quase R\$ 300 bilhões do auxílio emergencial

pagos pelo Tesouro a mais de 60 milhões de pessoas por meio de 535 milhões de movimentações financeiras.

O BNDES foi a única das grandes estatais a apresentar lucro maior em 2020 (crescimento de 17%, para R\$ 20,7 bilhões). A melhora ocorreu sobretudo pela venda de R\$ 45,4 bilhões em ativos em 2020.

No pacote vendido pelo BNDES, estavam ações da Petrobras (R\$ 23 bilhões), da empresa de papel e celulose Suzano (R\$ 6,9 bilhões) e da mineradora Vale (R\$ 12,9 bilhões).

O lucro recorrente do BNDES (que desconta as vendas) foi de R\$ 8,02 bilhões em 2020, leve queda em relação a 2019 (R\$ 8,09 bilhões).

A Eletrobras afirmou a investidores que a Covid gerou atrasos de fornecedores, adiamento de investimentos e queda da demanda.

Em meio à crise, as empresas conseguiram manter o lucro com medidas como o corte de custos. Na Petrobras, por exemplo, só os custos com viagens caíram US\$ 40 milhões (ou R\$ 230 milhões) frente a 2019. Grande parte dessa redução será permanente no mundo pós-Covid, segundo a empresa.

Para a União, a queda do resultado das empresas significa queda nos dividendos. Os recursos entram nos cofres do Tesouro Nacional como receita primária e, por isso, aliviam o cenário das contas públicas.

Após um 2020 de números em baixa, o governo espera recuperação no volume de dividendos em 2021. O Ministério da Economia elevou nos últimos dias em R\$ 6,1 bilhões o valor que as estatais pagarão à União neste ano --para um total de R\$ 15,9 bilhões.

A justificativa para a melhora contra o ano passado decorre de fatores como o bloqueio de dividendos de bancos em grande parte do ano passado. A decisão foi tomada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para direcionar recursos ao sistema financeiro, mas agora os recursos estão liberados.

O Ministério da Economia afirma que a destinação do resultado depende das empresas e das diretrizes do controlador (no caso, a União). Para a pasta, a remuneração proporcionada pelas estatais é algo desejável.

Sérgio Lazzarini, professor do Insper, afirma que não só a crise gerada pela Covid pode prejudicar as estatais em 2021. Para ele, há risco de uma maior intervenção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nas empresas.

"Momentos de crise aguda são uma encrenca para as estatais, porque elas sofrem com essa pressão [política] e tendem a ser afetadas mais negativamente", disse.

Ele lembra as trocas recentes no comando de estatais após insatisfações de Bolsonaro. São eles Roberto Castello Branco (Petrobras), que conduzia uma política de preços alinhada ao mercado global; e André Brandão (Banco do Brasil), que anunciou um plano de fechamento de agências e demissões voluntárias.

Wilson Ferreira Junior também decidiu sair da presidência da Eletrobras neste ano por não acreditar que o plano de privatização da empresa vá ocorrer. Para Lazzarini, as eleições podem agravar o cenário e levar a ações súbitas do presidente como em preços de combustíveis, juros de bancos públicos e até eletricidade. "Estávamos em um processo de reforço da governança das estatais, e eu considero que o Bolsonaro destruiu os avanços recentes", afirma.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 27/03/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 27 de Março de 2021 - 18:20

Orçamento aprovado pelo Congresso é inviável, avalia equipe econômica

por Thiago Rezende | Folhapress



Ao turbinar emendas parlamentares e cortar despesas obrigatórias, o Congresso aprovou um Orçamento para 2021 que, na avaliação da equipe econômica, é inexecutável. Para cumprir o teto de gastos, o governo teria que fazer um congelamento orçamentário que paralisaria a máquina pública.

O teto de gastos é uma regra aprovada pelo Congresso em 2016 para controlar as contas públicas. A norma constitucional impede que as despesas cresçam acima da inflação.

O contingenciamento orçamentário, que pode ficar entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões, precisaria ser nas chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

Um corte desse volume poderia interromper a prestação de alguns serviços públicos, segundo membros da equipe de Paulo Guedes (Economia).

Por isso, a estratégia é tentar convencer parlamentares a trocar a destinação de suas emendas, por exemplo, saindo de uma obra e passando a bancar um gasto obrigatório, como pagamento de aposentadorias e benefícios sociais, ou custeio da máquina pública.

Emenda parlamentar é a forma de um congressista colocar sua digital numa verba para projetos na base eleitoral.

As despesas obrigatórias não podem ser congeladas para viabilizar o cumprimento do teto de gastos. Além disso, a previsão para esse grupo já está subestimada. Ou seja, o governo precisa achar mais dinheiro para evitar uma interrupção no calendário desses pagamentos.

Na quinta (25), o Congresso aprovou o Orçamento após um corte de R\$ 26,5 bilhões na verba para área social (abono salarial e seguro-desemprego), para Previdência Social (que paga aposentadoria, pensões e benefícios como auxílio doença) e subsídios para agricultura familiar. O projeto seguiu para sanção presidencial.

A tesourada permitiu que o volume de emendas parlamentares subisse de R\$ 22 bilhões para R\$ 48,8 bilhões.

A estratégia da equipe de Guedes -usar emendas para bancar despesa obrigatória- deve enfrentar resistência no Congresso. O problema é que essa verba com digital dos parlamentares foi negociada inclusive por interlocutores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para destravar a aprovação do Orçamento de 2021, o que ocorreu com quase três meses de atraso.

Essas emendas dão ganhos políticos para deputados e senadores, de olho nas eleições de 2022. Esse capital eleitoral também atrai o governo, pois, com o desenrolar das obras, a avaliação de Bolsonaro tende a ser mais positiva.

Segundo membros da equipe econômica, para não deixar o teto de gastos estourar, será necessário até contingenciar parte das emendas parlamentares, além de reverter o corte nas despesas obrigatórias.

Na avaliação de membros da equipe econômica, sem as mudanças no Orçamento, os gastos para funcionamento da máquina pública ficariam bem abaixo de R\$ 80 bilhões -patamar considerado mínimo.

Em 2019, por exemplo, o governo iniciou o ano com autorização para gastar cerca de R\$ 130 bilhões com essas despesas não obrigatórias. O fraco desempenho da economia e a frustração nas receitas, porém, levaram a cortes nas verbas de ministérios, levando a cifra a um nível pouco abaixo de R\$ 100 bilhões.

Com esse valor, a gestão pública já começou a ser afetada. Treinamentos, viagens e grupos de investigação da Polícia Federal sofreram restrições. Bolsas de estudos foram cortadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Para economizar despesas, o Exército autorizou corte de expediente de trabalho.

O esmagamento das despesas discricionárias nos últimos anos foi provocado também pelo crescimento dos gastos obrigatórios da União, que não param de subir desde 2014. A fatia obrigatória atualmente é de cerca de 95% do Orçamento.

O discurso a ser usado pela equipe econômica é que, apesar de o Congresso ter agravado o problema do Orçamento em 2021, os parlamentares também serão parte da solução para que os serviços públicos sejam prestados até o fim do ano.

Por ora, a aprovação do projeto libera o governo de amarras nos gastos. Com o atraso na análise das contas de 2021, o Orçamento do governo vem operando em uma espécie de piloto automático há quase três meses. A legislação define que a liberação de recursos deve ser restrita até que haja a aprovação definitiva pelos deputados e senadores.

A sanção do Orçamento vai permitir, por exemplo, que o governo antecipe para abril o início do pagamento da primeira parcela do 13º de aposentados e pensionistas.

Mas o cenário traçado para os próximos meses pela equipe de Guedes é bastante negativo com o formato atual do Orçamento.

Técnicos defendem que o TCU (Tribunal de Contas da União) faça uma rápida análise do texto aprovado pelo Congresso, reforçando que a versão que saiu do Congresso é inviável.

Outros acreditam que, por pressão, os parlamentares vão ceder e desistir de enviar dinheiro para obras diante da perspectiva de paralisação da máquina pública.

O governo conta com instrumentos para ajustar o Orçamento mesmo após a sanção. Para valores elevados, são usados projetos de lei que precisam passar pelo plenário conjunto do Congresso (Câmara e Senado) e podem remanejar verbas públicas previstas para o ano.

Portanto, é possível que para cumprir o teto de gastos neste ano, o governo tenha que enfrentar mais uma votação no Legislativo.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/03/2021	



Hospital Metropolitano abre novos leitos clínicos e de UTI para assistência contra a Covid-19

28 março 2021



Empenhado na abertura de novos leitos para atender a demanda de pacientes que necessitam de assistência contra a Covid-19, o Hospital Metropolitano (HM) abriu, na última sexta-feira (26), 30 leitos clínicos, chegando a um total de 90 em operação.

Continuando a expansão na oferta dos seus serviços, o HM ganhou mais 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), no sábado (27). Assim, o Metropolitano passa a disponibilizar 40 leitos de UTI para atendimento aos casos mais graves da Covid-19. Ao todo, somados os leitos clínicos e de UTI, o hospital conta com 130 leitos.

De acordo com o diretor técnico do HM, Gabriel de Carvalho Cunha, “o Hospital Metropolitano está estruturado de forma a se tornar o equipamento mais completo do Estado quando do seu funcionamento como hospital geral”, passado o período de atendimento exclusivo a pacientes infectados com o novo coronavírus.

Fonte: Ascom/Secretaria de Saúde do Estado (Sesab)

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/03/2021	



Bahia ultrapassa 3 mil leitos dedicados ao atendimento de pacientes com Covid-19

26 março 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Em um esforço contínuo para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes com diagnóstico de Covid-19, a Bahia soma atualmente mais de 3 mil leitos ativos dedicados à doença. Apenas neste ano, houve um incremento de 996 novos leitos, sendo 441 de de terapia intensiva (UTI).

De acordo com o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, mesmo com o empenho do Estado e municípios, a colaboração da população é essencial para redução das taxas de ocupação. “O governador Rui Costa autorizou a abertura do máximo de leitos possíveis, mas há um limite. Enquanto a taxa de transmissão do coronavírus permanecer alta, a necessidade por leitos vai seguir crescendo”, alerta o gestor.

Entre janeiro e março deste ano, foram abertos novos leitos nos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Seabra, Alagoinhas, Guanambi, Caetité, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Senhor do Bonfim, Jacobina, Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro. O número de leitos ativos e a ocupação estão detalhados no [Business Intelligence](#).

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Política Livre	
Data: 29/03/2021	



Congresso rejeita uso de MPs para rever regras do mercado de capitais e de crédito

economia

O Congresso já se mobiliza contra um pacote em preparação pela equipe econômica com medidas para destravar o crédito e aquecer o mercado de capitais.

Estão previstas sete MPs (medidas provisórias). Ao menos duas já são contestadas por líderes partidários da Câmara, que só aceitam as mudanças por meio de projeto de lei.

Caciques do centrão trabalham para o desgaste do ministro da Economia, Paulo Guedes, e miram a divisão de sua pasta. Segundo interlocutores, eles querem nomear um ministro para cuidar da Indústria e do Comércio ou do Trabalho.

Caso as propostas sejam levadas adiante dessa forma, os parlamentares avaliam centrar fogo contra Guedes junto ao presidente Bolsonaro e à ala militar do Planalto. O grupo pretende centrar fogo contra Guedes junto ao presidente Jair Bolsonaro e à ala militar do Planalto.

Na avaliação desses políticos, Bolsonaro passou a tomar as rédeas da área econômica e vem adotando uma postura dúbia em relação a Guedes, colecionando episódios em que desautoriza ou rejeita propostas da Economia.

Desde a eleição nas duas Casas do Congresso, em que o Planalto apoiou Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara, e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o Senado, o governo decidiu colocar Guedes novamente na discussão política dos projetos da pasta.

A Folha teve acesso à minuta das duas principais medidas —uma delas modifica a lei das companhias de capital aberto e a outra cria novas regras de garantias para quem pretende tomar crédito, como a possibilidade de hipotecar aplicações em previdência complementar.

Embora a Casa Civil esteja discutindo essas MPs com a equipe econômica, a SAJ (Subchefia para Assuntos Jurídicos) da Presidência da República ainda não recebeu o pacote oficialmente, o que deve ocorrer nas próximas semanas, segundo pessoas que participam das discussões.

Desde o início dos debates, as duas MPs foram questionadas pelos técnicos do Planalto por modificarem legislações vigentes, com impacto considerável sobre o mercado de crédito e de capitais. Para eles, o ideal seria enviá-las como projeto de lei.

No entanto, ouviram de integrantes da equipe econômica que Guedes pretende reforçar o papel do mercado como propulsor do crédito no momento da pandemia e, para isso, quer efeito imediato, algo que só é possível por MP.

O ministro quer estimular grandes empresas a buscarem crédito com soluções de mercado —captação de recursos via emissão de dívida, por exemplo. Ao mesmo tempo, quer dar aos pequenos e médios empreendedores a chance de conseguir crédito liberando garantias existentes e que hoje estão subutilizadas.

Essa estratégia, segundo assessores do Planalto, está em curso com bancos públicos —Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Ambos estão ampliando aos poucos a oferta de dinheiro novo para pequenas e médias empresas, enquanto as grandes se capitalizam com operações de mercado (lançamento de papéis, por exemplo). Este movimento, no entanto, só ocorreu graças ao socorro do governo, que lançou programas de estímulo como o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

Para isso, a equipe econômica pretende modificar as regras das garantias em operações de crédito. A proposta é criar uma grande central de garantias, uma entidade similar aos birôs de crédito tendo como sócias as próprias instituições financeiras.

Elas depositariam suas garantias na central, que passaria a remanejá-las. Guedes considera que atualmente essas garantias são subutilizadas. Hoje, uma hipoteca de R\$ 100 mil, por exemplo, em um imóvel de R\$ 1 milhão bloqueia a diferença (R\$ 900 mil) para lastrear outros empréstimos. É isso o que a Economia pretende mudar agora.

Com mais recursos e diluindo o risco com um grupo de bancos (na central de garantias), o crédito pode aumentar e seu custo cair.

Outra inovação será a possibilidade de hipotecar aplicações de previdência complementar e seguros de vida na hora de tomar financiamentos — modelo vigente nos EUA e que atende aos interesses de bancos.

Outra medida provisória pretende dar mais poder aos acionistas das empresas de capital aberto. A ideia é modificar a Lei das S.A.s e permitir que assuntos hoje tratados pelo conselho de administração (comitê que decide os rumos da empresa a serem implementados pelo presidente e seus diretores) sejam decididos pela assembleia geral de acionistas.

Dentre eles, estão a venda de ativos (quando o negócio representar mais da metade dos ativos) e as transações com partes relacionadas.

No mercado financeiro também houve críticas, principalmente à mudança na lei das empresas de capital aberto. O assunto foi discutido recentemente em videoconferência entre representantes do governo, investidores e operadores do mercado.

A proposta da Economia foi questionada por advogados que representam as grandes corporações (todas com ações em Bolsa) porque, segundo eles, ela enfraquece a governança das empresas que hoje separam o comando operacional (feito pela diretoria) do comando estratégico (pelo conselho de administração) — forma de blindar a companhia de conflitos de interesse ou de abuso de poder de acionista controlador.

Uma das mudanças que mais gerou desconfiança é a que abre uma exceção para que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) autorize empresas com faturamento anual acima de R\$ 500 milhões a concentrarem no presidente a função de gestão operacional e, ao mesmo tempo, a chefia do conselho de administração.

A avaliação é de que essa flexibilização gera problemas, especialmente em estatais onde, recentemente, o presidente Jair Bolsonaro interferiu indicando aliados para o comando.

Foi assim na escolha do presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, e no Banco do Brasil, com a indicação de Fausto Ribeiro.

Em ambos os casos, o governo queria ditar regras para a condução das empresas. No caso da petroleira, usar o caixa da companhia para amenizar os impactos dos aumentos de preços dos combustíveis. No BB, Bolsonaro foi contra o programa de demissões voluntárias no momento em que o desemprego está em alta.

Para a equipe econômica, essa MP irá fortalecer o papel do acionista nessas empresas no momento em que a Bolsa quase dobrou o número de investidores, chegando a 3,3 milhões neste ano.

Procurada, a CVM não respondeu aos questionamentos da reportagem. Por meio de nota, disse que “acompanha as discussões existentes envolvendo possíveis aprimoramentos na legislação que disciplina o mercado de capitais brasileiro e, na medida do necessário, ajusta sua regulação de forma a refletir os impactos de alterações legislativas”.

O Ministério da Economia disse que não comenta medidas não anunciadas.

Julio Wiziack/Folhapress

Veículo: G1	
Data: 29/03/21	



Mercado eleva previsão de inflação para 4,81% em 2021 e vê alta menor do PIB

Esta foi a décima segunda alta seguida na expectativa de inflação medida pelo boletim Focus. Economistas reduziram para 3,18% estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto. Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

29/03/2021 08h33 Atualizado há 15 minutos

Os analistas do mercado financeiro elevaram a estimativa de inflação para 2021 pela décima segunda semana seguida e também passaram a projetar um crescimento menor do Produto Interno Bruto (PIB).

As informações estão no boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (29) pelo **Banco Central** (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para o **Índice de Preços ao Consumidor Amplo** (IPCA), a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano passou de 4,71% para 4,81%.

Com o novo aumento, a expectativa de inflação do mercado continua acima da meta central deste ano, de 3,75%. Pelo sistema de metas, não

haverá descumprimento se a inflação oscilar entre 2,25% e 5,25% em 2021.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional** (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Em 2020, pressionado pelos preços dos alimentos, o **IPCA ficou em 4,52%**, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior inflação anual desde 2016.

Para 2022, o mercado financeiro manteve em 3,51% a previsão de inflação. No ano que vem, **a meta central de inflação é de 3,50%** e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2% a 5%.

Expansão da economia

Sobre o comportamento da economia brasileira em 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa para a alta do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,22% para 3,18% na semana passada. Foi a quarta queda seguida do indicador.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Para 2022, o mercado baixou de 2,39% para 2,34% a estimativa de expansão do PIB.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia de Covid-19, que tem afetado o nível de atividade da economia mundial.

Taxa básica de juros

O mercado financeiro também manteve em 5% ao ano a previsão para a taxa básica de juros, a Selic, no fim de 2021. Com isso, o mercado segue prevendo alta dos juros no decorrer de 2021.

Na semana retrasada, na primeira elevação em quase seis anos, **a taxa básica da economia foi aumentada pelo BC para 2,75% ao ano.**

Para o fechamento de 2022, os economistas do mercado financeiro mantiveram expectativa para a taxa Selic em 6% ao ano, o que pressupõe alta do juro básico também no próximo ano.

Outras estimativas

- **Dólar:** a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2021 subiu de R\$ 5,30 para R\$ 5,33. Para o fechamento de 2022, avançou de R\$ 5,25 para R\$ 5,26 por dólar.
- **Balança comercial:** para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2021

permaneceu em US\$ 55 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado avançou de US\$ 50 bilhões para US\$ 50,5 bilhões de superávit.

- **Investimento estrangeiro:** a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil neste ano permaneceu em US\$ 55 bilhões. Para 2022, a estimativa subiu de US\$ 60 bilhões para US\$ 64,4 bilhões.

Orçamento aprovado pelo Congresso é inviável, avalia equipe econômica

Corte de gastos para cumprir teto, que pode ser de R\$ 30 bi a R\$ 40 bi, paralisaria a máquina pública

Thiago Rezende

BRASÍLIA Ao turbinar emendas parlamentares e cortar despesas obrigatórias, o Congresso aprovou um Orçamento para 2021 que, na avaliação da equipe econômica, é inexecutável. Para cumprir o teto de gastos, o governo teria que fazer um congelamento orçamentário que paralisaria a máquina pública.

O teto de gastos é uma regra aprovada pelo Congresso em 2016 para controlar as contas públicas. A norma constitucional impede que as despesas cresçam acima da inflação.

O contingenciamento orçamentário, que pode ficar entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões, precisaria ser nas chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

Um corte desse volume poderia interromper a prestação de alguns serviços públicos, segundo membros da equipe de Paulo Guedes (Economia).

Por isso, a estratégia é tentar convencer parlamentares a trocar a destinação de suas emendas, por exemplo, saindo de uma obra e passando a bancar um gasto obrigatório, como pagamento de aposentadorias e benefícios sociais, ou custeio da máquina pública.

Emenda parlamentar é a forma de um congressista pôr sua digital numa verba para projetos na base eleitoral.

As despesas obrigatórias não podem ser congeladas para viabilizar o cumprimento do teto de gastos. Além disso, a previsão para esse grupo já está subestimada. Ou seja, o governo precisa achar mais dinheiro ou para evitar uma interrupção no calendário desses pagamentos.

Na quinta (25), o Congresso aprovou o Orçamento após um corte de R\$ 26,5 bilhões na verba para área social (abono salarial e seguro-desemprego), para Previdência Social (que paga aposentadorias, pensões e benefícios como auxílio-doença) e subsídios para agricultura familiar. O projeto seguiu para sanção presidencial.

A tesouraria permitiu que o volume de emendas parlamentares subisse de R\$ 22 bilhões para R\$ 48,8 bilhões.

A estratégia da equipe de Guedes — usar emendas para bancar despesa obrigatória — deve enfrentar resistência no Congresso. O problema é que essa verba com digital



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Raul Spinasse - 25.mar.21/Folhapress

dos parlamentares foi negociada inclusive por interlocutores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para destravar a aprovação do Orçamento de 2021, o que ocorreu com quase três meses de atraso.

Essas emendas dão ganhos políticos para deputados e senadores, de olho nas eleições de 2022. Esse capital eleitoral também atrai o governo, pois, com o desenrolar das obras, a avaliação de Bolsonaro tende a ser mais positiva.

Segundo membros da equipe econômica, para não deixar o teto de gastos estourar, será

necessário até contingenciar parte das emendas parlamentares, além de reverter o corte nas despesas obrigatórias.

Na avaliação de membros da equipe econômica, sem as mudanças no Orçamento, os gastos para funcionamento da máquina pública ficarão bem abaixo de R\$ 80 bilhões — patamar considerado mínimo.

Em 2019, por exemplo, o governo iniciou o ano com autorização para gastar cerca de R\$ 130 bilhões com essas despesas não obrigatórias. O fraco desempenho da economia e a frustração nas receitas, porém, provocaram cortes nas verbas de ministérios, levando a cifra a um nível pouco abaixo de R\$ 100 bilhões.

Com esse valor, a gestão pública já começou a ser afetada. Treinamentos, viagens e grupos de investigação da Polícia Federal sofreram restrições. Bolsas de estudos foram cortadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Para economizar despesas, o Exército autorizou corte de expediente de trabalho.

O esmagamento das despesas discricionárias nos últimos anos foi provocado também pelo crescimento dos gastos obrigatórios da União, que não pararam de subir desde 2014. A fatia obrigatória atualmente é de cerca de 95% do Orçamento.

O discurso a ser usado pela equipe econômica é que, apesar de o Congresso ter agravado o problema do Orçamento em 2021, os parlamentares também serão parte da solução para que os serviços públicos sejam prestados até o fim do ano.

Por ora, a aprovação do projeto libera o governo de amarras nos gastos. Com o atraso na análise das contas de 2021, o Orçamento do governo vem operando em uma espécie de piloto automático há quase três meses. A legislação define que a liberação de recursos deve ser restrita até que haja a aprovação definitiva pelos deputados e senadores.

A sanção do Orçamento vai permitir, por exemplo, que o governo antecipe para abril o início do pagamento da primeira parcela do 13º de aposentados e pensionistas. Mas o cenário traçado para os próximos meses pela equipe de Guedes é bastante negativo com o formato atual do Orçamento.

Técnicos defendem que o TCU (Tribunal de Contas da União) faça uma rápida análise do texto aprovado pelo Congresso, reforçando que a versão que saiu do Congresso é inviável.

Outros acreditam que, por pressão, os parlamentares vão ceder e desistir de enviar dinheiro para obras diante da perspectiva de paralisação da

máquina pública.

O governo conta com instrumentos para ajustar o Orçamento mesmo após a sanção. Para valores elevados, são usados projetos de lei que precisam passar pelo plenário conjunto do Congresso (Câmara e Senado) e podem permanecer verbas públicas previstas para o ano.

Portanto, é possível que, para cumprir o teto de gastos neste ano, o governo tenha que enfrentar mais uma votação no Legislativo.

Analistas veem maquiagem em manobras por emenda

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Congresso aprovou nesta quinta-feira (25) o projeto de Orçamento de 2021 com cortes em diversas despesas classificadas como obrigatórias para destinar recursos para emendas parlamentares. Entre as despesas com as quais os parlamentares passaram a prever gastos menores estão seguro-desemprego, abono salarial e Previdência.

Essa revisão para baixo, de quase R\$ 30 bilhões, foi feita sem o aval do Ministério da Economia e conta com algumas medidas de economia

que ainda não foram aprovadas pelo Congresso. Por isso, a reestimativa é considerada por especialistas como uma maquiagem orçamentária.

Os parlamentares também ignoraram a informação divulgada pela equipe econômica de que a despesa prevista na proposta inicial do Orçamento sujeita ao teto de gastos já estava subestimada em R\$ 17,6 bilhões. Principalmente porque a peça orçamentária considerava um valor menor para o reajuste do salário mínimo.

Com essas manobras, o Congresso ampliou de R\$ 20 bilhões para quase R\$ 49 bilhões o valor das emendas. Também foram garantidos recursos para os militares, incluindo aumento de investimentos e reajuste de vencimentos.

O especialista em contas públicas Raul Velloso, consultor econômico e ex-secretário do Ministério do Planejamento, calcula que, mesmo que os R\$ 30 bilhões da revisão orçamentária feita pelo Congresso se confirmem, ainda haverá um buraco de ao menos R\$ 10 bilhões para ser fechado via corte de investimentos ou novas manobras para manter de pé o teto de gastos.

Esses R\$ 30 bilhões são, no mínimo, discutíveis. Para os R\$ 10 bilhões da reestimativa do impacto do salário mínimo, ainda não há solução. A solução é cortar no Orçamento o gasto discricionário [não obrigatório]. Por exemplo, puseram R\$ 8 bilhões de investimentos no Ministério da Defesa. Vão ter coragem de retirar ao longo do ano? Isso é indicio de falência generalizada do Orçamento", afirma Velloso.

A IFI (Instituição Fiscal Independente) informou que a análise do Orçamento de 2021 requer avaliação dos cancelamentos e rearranjos de fontes feitos pelos parlamentares, para comparação com o cenário traçado pela instituição e verificação se as estimativas estão ou não subestimadas.

Desde que foi instituída a regra constitucional do teto de gastos, que limita as despesas ao valor do ano anterior corrigido pela inflação, a única forma de elevar a previsão com emendas passou a ser a alteração na previsão de despesas.

Como as despesas não obrigatórias, como investimentos e gastos para manutenção da máquina, já estão próximas do mínimo necessário para o funcionamento do governo, restou aos parlamentares mexer nas previsões de gastos obrigatórios.

Essas previsões são calculadas pela Economia e enviadas ao Congresso na proposta de Orçamento. Os parlamentares, no entanto, alteraram as estimativas sem consultar a equipe econômica.

Se o gasto efetivo no ano se mostrar maior que o previsto pelos parlamentares, o governo terá de cortar despesas não obrigatórias, sob risco de estourar o teto de gastos ou paralisar suas atividades.

Leia mais sobre Orçamento nas págs. A21 e A25

Após corte na verba do Censo, presidente do IBGE deixará o cargo

Sheyla Santos

BRASÍLIA O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) anunciou nesta sexta-feira (26) que a presidente da instituição, Susana Cordeiro Guerra, pediu exoneração do cargo por motivos pessoais e familiares. Ela continuará no cargo até a transição para o novo presidente.

O anúncio da saída de Guerra foi realizado um dia após o corte de quase 90% no orçamento destinado ao Censo demográfico 2021. Ela estava no cargo desde fevereiro de 2019.

Guerra é a segunda mulher a presidir a instituição e a pessoa mais jovem a ocupar o posto. Antes, trabalhou como economista no Banco Mundial. Desde que assumiu a presidência, sua gestão concentrou

esforços na preparação para o Censo Demográfico, que foi adiado em 2022. A economista também defendia a modernização do órgão e geriu a cooperação com instituições multilaterais antes e durante a pandemia.

Também nesta sexta, antes do anúncio da exoneração, o IBGE havia divulgado que pediria orientações ao Ministério da Economia sobre a operação da pesquisa após redução da verba. Em nota, a instituição afirmou que a lei 8.184, de 1991, impõe a realização do Censo a cada dez anos.

Na quinta (25), a CMO (Comissão Mista de Orçamento) e o Congresso Nacional concluíram a votação do Orçamento para o exercício de 2021.

O corte na previsão de gastos com o Censo, proposto



Susana Cordeiro Guerra, do IBGE, que alegou motivos pessoais e familiares para pedir exoneração. 22.fev.19/Agência IBGE Notícias

pelo relator-geral da comissão, Márcio Bittar (MDB-AC), representa redução de quase 90% do orçamento de R\$ 2 bilhões previsto no Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) encaminhado pelo governo ao Congresso em agosto.

Na segunda (22), o IBGE havia afirmado que a proposta de corte no orçamento do Censo inviabilizaria a pesquisa, que seria realizada em 2020 mas foi adiada para 2021 por causa da pandemia.

Em carta, ex-presidentes do instituto também alegaram que um novo adiamento da pesquisa deixaria "o país às cegas". Em dezembro, funcionários do IBGE se mobilizaram para defender verba para a pesquisa. Hoje, no entanto, os servidores são hoje contrários à realização na pandemia.

No mesmo dia em que aprovou o projeto de Orçamento de 2021, o Congresso chanceou a decisão de Bittar de retirar R\$ 26,5 bilhões dos recursos do seguro-desemprego, do abono salarial e da Previdência Social para bancar obras.

Em contrapartida, foram preservados os recursos para o aumento salarial de militares — única categoria beneficiada com reajuste. Os demais servidores seguem com ganhos congelados.

Para destravar a votação, interlocutores do governo e o relator discutiram a ampliação de verba destinada a obras e projetos de bases de congressistas. O Congresso ampliou de R\$ 20 bilhões para quase R\$ 49 bilhões a fatia do Orçamento aplicada com base em critérios de parlamentares.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Pedalada 2.0

Manobras do Congresso para inclusão de emendas aviltam Orçamento e põem contas em risco

Mais uma vez o que se observou no processo de definição do Orçamento federal foi desordem e falta de compromisso com a transparência e a responsabilidade fiscal. Além do atraso de vários meses na tramitação da peça que disciplina os gastos, acumulam-se sinais de degradação institucional.

Com demandas em todas as áreas e faturas vencendo como no centro, o governo Jair Bolsonaro aceitou um jogo político novo. No passado, o Congresso costumava inflar as projeções de arrecadação para incluir no texto orçamentário suas emendas, que depois seriam objeto de barganha com o Executivo. Agora, a estratégia mudou.

Na vigência do teto de gastos inscrito na Constituição, a manobra de calcular uma receita maior, mesmo irrealista, deixou de ser efetiva — dado que o limite para a despesa total não se altera.

A saída, então, foi inventar outros tipos de ilusionismo, como reduzir artificialmente a previsão de parte dos gastos obrigatórios programadas para este ano.

Os valores desse malabarismo inconsistente impressionam. O relator do projeto, o senador Marcelo Bitar (MDB-AC), cortou — numa espécie de passe de mágica contábil — nada menos que R\$ 26,5 bilhões nos gastos obrigatórios, entre eles R\$ 13,5 bilhões em Previdência Social, R\$ 7,4 bilhões do abono salarial e R\$ 2,6 bilhões do seguro-desemprego.

No caso da Previdência, em particular, nada garante que haverá essa queda em relação à despesa ori-

ginalmente projetada. Tampouco se vê alguma base técnica para que se prevejam menos pagamentos do seguro-desemprego em um momento de dificuldade econômica. O efeito prático de tais manobras, claro, é abrir espaço no teto para outros gastos — e evitar cortes politicamente incômodos, como na ganstança militar sob Bolsonaro.

Não é surpreendente constatar que os mesmos R\$ 26,5 bilhões em despesas recalculadas foram parar na rubrica de emendas do relator. Essa modalidade de emenda dá ao parlamentar encarregado de formular o texto orçamentário poderes para definir o destino de montantes gigantescos de recursos.

O principal agraciado foi o Ministério do Desenvolvimento Regional, um depositário de obras de interesse de deputados e senadores em suas bases eleitorais. Tais investimentos, ainda que possam reunir relevância em contextos regionais, não podem ser consideradas prioridades na atual conjuntura.

Trata-se de um Orçamento que prevê déficit federal de desconjuntados R\$ 247 bilhões neste 2021, sem contar os encargos com juros, num contexto de dívida pública exacerbada pelo efeito da pandemia.

Se as despesas obrigatórias revistas pelo Congresso se mostrarem subestimadas, o que não é nada improvável, será necessário cortar em outros setores, com impacto na prestação de serviços públicos. Ainda vivendo as consequências calamitosas da irresponsabilidade orçamentária, o país não deveria repetir os mesmos erros.

Injúria racial e racismo

Em decisão rara, réu é condenado por ofensa à vítima e também à coletividade de negros

"Achei esse escravo aqui no fumódromo! Quem for o dono avisa!"

Por esta mensagem em um grupo de WhatsApp, denunciada em março de 2018, Gustavo Metropolo, então aluno da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, foi condenado pela Justiça de São Paulo pelos crimes de racismo e injúria racial. A postagem fora acompanhada da foto do seu colega de faculdade João Gilberto Lima, que é negro.

Metropolo foi condenado em primeira instância a dois anos e quatro meses de reclusão, convertidos em serviços comunitários e multa, além de pagamento de cinco salários mínimos à vítima. A decisão é rara por condenar o réu por dois crimes, racismo e injúria racial, pelo mesmo ato.

Um dos entraves jurídicos para punir atos racistas é, justamente, definir se o caso em questão se trata de uma ofensa direcionada à vítima em razão de sua cor (injúria racial) ou à toda a coletividade de pessoas negras (racismo).

No caso do ex-aluno da FGV, a juíza Paloma Carvalho, decidiu que "a conduta do réu se dirigiu tanto à coletividade quanto à vítima".

Fazê-lo em outros casos é possível juridicamente, a depender da situação concreta, mas esbarra em interpretações restritivas. Não é incomum o Judiciário desconsiderar o aspecto racial de ofensas, seja qualificando-as como meras piadas, seja minimizando-as como palavras proferidas no calor do debate sem intuito ofensivo.

No Supremo Tribunal Federal se discute hoje a equiparação ou não do crime de injúria racial ao crime de racismo — em especial se a primeira seria imprescritível ou não. A Constituição determina que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível". Suspenso por um pedido de vistas em dezembro de 2020, o julgamento teve apenas os votos do ministro Edson Fachin, a favor da equiparação, e de Kassio Nunes, contra.

Não cabe esperar que a lei penal seja capaz, sozinha, de coibir o racismo. Isso requer desde educação contra práticas discriminatórias a canais de denúncia em múltiplas instâncias da sociedade, passando pelo devido rigor judicial. Ao fim e ao cabo, todos devem aprender que não há escravos no país.



As palavras de um santo

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO "Quando o que é ordenado por uma autoridade se opõe ao objetivo para o qual foi constituída essa autoridade [...], não só não há obrigação de obedecer à autoridade, mas se é obrigado a desobedecer-lá [...]". "Aquele que liberta o seu país matando um tirano" pode ser "elogiado e recompensado".

Antes que o doutor Mendonça, no afã de balar o chefe, acione de novo a Polícia Federal contra mim por violação à LSN, esclareço que essas palavras não são minhas, mas de um santo. Quem as escreveu foi Tomás de Aquino (1225-1274), um dos mais importantes teólogos da Igreja Católica, também conhecido como "doctor Angelicus", canonizado em 1231.

Não vejo como rejeitar a primeira parte do argumento. Como bom aristotélico, Aquino entende que o objetivo principal de qualquer governo é promover o bem comum. E, como bom lógico, considera que, quando a autoridade passa a agir contra esse propósito, os governados têm o dever moral de resistir a ela.

E não consigo nem imaginar

exemplo melhor de agir contra o bem comum do que contribuir, com ações e omissões, para que um vírus letal se espalhe, instalando um caos sanitário que faz com que as pessoas morram sufocadas sem direito a tratamento médico. Quando a autoridade o faz com vistas a um objetivo mesquinho, como ganhar pontos na corrida eleitoral, a indecência é multiplicada.

Faço, porém, objeções à segunda parte do raciocínio. Pelo menos no contexto de tensão sectária em que vivemos, um assassinato político, ainda que conte com o aval moral de um santo da santa Igreja Católica, tende a desencadear um ciclo de violência que pode se tornar incontrolável. Tudo o que não precisamos é de uma guerra civil em cima da pandemia. Como veem, eu, em meu consequencialismo, acabo sendo mais benevolente do que o santo em relação a nosso presidente. Não, não estou requerendo minha canonização, mas, se quiserem discutir a possibilidade...

heio@uol.com.br

Até a próxima crise

Bruno Boghossian

BRASÍLIA No fim do primeiro ano de governo, Jair Bolsonaro fez um desabafo. Durante um evento no TCU, ele disse que tinha "dificuldades seríssimas em muitas áreas" e que era "praticamente impossível" tomar pé de tudo o que acontece no governo. A pandemia ainda nem tinha começado, mas o presidente já mostrava que não tinha condições de estar ali.

Em pouco tempo, Bolsonaro provou ser o governante errado tanto em tempos de calma como em momentos de crise. Quando o coronavírus chegou, o presidente manipulou o significado de uma decisão do STF para fugir do combate à Covid-19. Quando descobriu que as finanças do país estavam no vermelho, disse que o Brasil estava quebrado e que não conseguia "fazer nada".

A criação de um comitê para dar rumo ao país na fase aguda da pandemia é o atestado definitivo da incompetência bolsonarista na hora da emergência. Foi preciso chamar parlamentares e governadores para tomar decisões importantes e conter os delírios do presidente da República, esvaziando seus poderes.

Na prática, o Congresso e outros governantes decidiram que Bolsonaro não tem capacidade de comandar o país na crise. O próprio presidente admitiu isso, de forma indireta, ao abrir o Palácio da Alvorada para um grupo que terá que fazer o trabalho que ele recusou — por incompetência ou por falta de vontade.

A certidão de desconfaça emitida por empresários, que passaram a fazer pressão para que Bolsonaro abandonasse o programa de sabotagem aos esforços de contenção do vírus, e pela população, que deu ao presidente uma reprovação recorde de 54% na gestão da pandemia.

Apesar de ter amplificado a tragédia, o presidente acredita que conseguirá preservar apoio no Congresso, animar investidores e recuperar popularidade a tempo de concorrer à reeleição em 2022. Bolsonaro pode até enganar alguém se a pandemia arrefecer e a economia se recuperar. Políticos, empresários e eleitores terão que decidir se querem que ele esteja no Planalto na próxima crise.

Paixão pela titia

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Livros sobre a antiga Hollywood falam de uma visita do escritor William Faulkner à MGM em 1934, a convite de um produtor que o admirava e achava que ele se daria bem como roteirista de cinema. Ao conduzi-lo pelo estúdio, o sujeito apresentou-o a Clark Gable, sem dizer suas ocupações. Nem precisava — Faulkner, aos 37 anos, era o autor dos explosivos romances "O Som e a Fúria" (1929), "Santuarário" (1931) e "Luz em Agosto" (1932); Gable, aos 33, acabara de estrelar "Terra de Paixões", com Jean Harlow, "Amor de Dançarina", com Joan Crawford, e "Aconteceu Naquela Noite", com Claudette Colbert, que lhe daria o Oscar.

Nenhum dos dois, como se vê, anônimo. Mas, depois de trocarem amenidades, Gable perguntou: "Qual é o seu ramo, Sr. Faulkner?". Faulkner respondeu com naturalidade: "Sou escritor, Sr. Gable. E o senhor?" — o que fez Gable cair de um 1,85 m. Mas é possível que Faulkner nunca tivesse mesmo ouvido falar dele. Sua cul-

tura de artistas de cinema estacionara em 1918, tempos de Tom Mix, Theda Bara e Elmo ("Tarzan") Lincoln, heróis de sua juventude.

A minha também — não em 1918, mas na década de 1980, quando me convenci de que, com o cinema entregue a George Lucas, Steven Spielberg e James Cameron, eu estourara o limite de idade de 13 anos exigido pelos filmes deles. Os anos seguintes, dominados por rambos, robocops e homens-aranhas, me levaram a ficar em casa, assistindo aos clássicos em VHS, laser disc e DVD. Cinco mil clássicos depois — aos olhos de hoje, qualquer filme de 1895 a 1980 é um clássico —, não me arrependo.

Significa que, se me apresentarem a George Clooney e não me disserem que é o próprio, ameaço, como Faulkner, dar vexame.

Nunca vi um filme de George, mas sei muito bem quem é. É sobrinho da cantora Rosemary Clooney (1928-2002), de quem tenho uns 20 LPs e CDs. Ele talvez gostasse de me ouvir sobre minha paixão pela titia.

Casa tomada

Marcos Lisboa

Presidente do Inspec, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

Em "Casa Tomada", Julio Cortázar escreve sobre um casal de irmãos que percebe sua imensa moradia sendo lentamente invadida. Os estranhos, já-mais visíveis, mas sabidos pelos seus sons, aos poucos vão ocupando os cômodos enquanto o narrador e sua irmã se refugiam nos espaços que conseguem preservar.

Mal saído da adolescência, li como em uma sala de espera. Ao meu lado, um senhor, que descobri ser argentino, dirigiu-se a mim e disse: essa é história do peronismo no meu país.

O realismo fantástico, que se tornaria algo cansativo nos anos seguintes, decorreu do encantamento com a literatura que privilegiava as ideias a vez das personagens e seus dilemas. Havia, por exemplo, a influência de Edgar Allan Poe e seus contos mirabolantes, como "A Queda da Casa de Usher", em que a leitura atenta revela as causas sutis do que parecia sobrenatural.

Borges talvez tenha sido o mestre dos argumentos desconcertantes, por vezes decorrentes de temas da ciência ou da filosofia. Com elegância e concisão, ele os transformava em histórias surpreendentes, como nos melhores contos policiais. Mais tarde, muitos, incluindo Cortázar, ampliaram esse exercício em romances intrincados. Engenharia em vez de literatura.

Contudo, naquele seu primeiro conto, concebido antes da posse de Perón, Cortázar experimentou outra arte, a da revelação. A lenta ocupação da casa, a progressiva corrosão das regras em meio a moradores assombrados. A virulência dos debates atuais reflete a tragédia que enfrentamos. Há demasiados mortos. Há também demasiadas vítimas das intervenções autoritárias de um Estado ora a servir a um senhor, ora a servir a outro. Aos poucos, as instituições são corroídas.

A precariedade do Palácio do Planalto torna o desvario da política externa culpa exclusiva do ministro responsável pelo Itamaraty. Em um estranho jogo de cena, o presidente do Senado assume o ônus da negociação com estados, ainda que a cenefa continue com o Executivo.

O Legislativo se refastela frente ao governo que se esfacela. Aprovou-se um Orçamento que revela um Congresso cioso de furar a fila para pegar o bote salva-vidas em um Titanic abaloado contra um iceberg.

Despesas obrigatórias foram grosseiramente subestimadas para viabilizar emendas parlamentares. Aumentaram-se os gastos com militares, ainda que não se saiba bem o que fazem. Muitos recursos foram destinados para obras parciais, nem tanto para a saúde pública, como sintetizou Marcos Mendes na Folha neste sábado (27).

O Orçamento deste ano parece obra do realismo fantástico. A ver quem arriscará seu CPF para executá-lo. Lentamente, a nossa casa vai sendo tomada.

Elite não faz oposição a Bolsonaro

Medo da morte, de Lula e o desgoverno não criam confronto ou alternativa

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A ideia de que seria preciso tutelar Jair Bolsonaro se disseminou entre os donos do poder e do dinheiro pelo menos desde março de 2019. Desde então, a elite inventa geringonças político-jurídicas a fim de coabitar com esse presidente que ajudou a eleger, com mais ou menos gosto, mas de modo decidido.

Ainda há coabitação, muita vez colaboracionismo. Mas os adeptos da tutela mudaram de tom e modos. Sobreveio o medo da morte. Talvez até os ricos sufoquem sem UTL. Espa-

lhou-se a ansiedade do colapso sanitário e socioeconômico. Aconteceu a ressuscitação político-jurídica de Lula da Silva. O centrão viu que seu arranjo de poder com Bolsonaro poderia ir à breca mesmo antes de começar. Etc.

Foram tentativas de tutela parlamentarismo branco de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Câmara ou as reações e inquirições do Supremo, para ficar em exemplos óbvios e maiores. Ontem ou hoje, essas tentativas de tutela serviram para evitar qualquer es-

forço de oposição (afora na esquerda parlamentar, praticamente irrelevante).

Agora é a vez de o centrão tentar tutelar Bolsonaro, um plano que vinha sendo articulado desde o início de março. Era preciso evitar que o presidente destruísse também o arranjo que deu ao centrão o comando do Congresso e ofertas de capitania no governo. O "comitê nacional" de combate à Covid-19 é parte dessa estratégia de tutela cômplix.

De modo improvisado ou acidental, o movimento da "carta"

de economistas, financistas e empresários e a manobra do centrão confluíram. Por afinidades eletivas, como diria um velho sociólogo, criou-se uma reação maior a Bolsonaro. Em português menos castiço, o barata avoa da crise de morte pela qual passa o país criou a oportunidade de articulações entre a política partidária e a elite "cartista".

O risco de botarem de novo o retrato do velho, Lula, no mesmo lugar, contribuiu para o atropelo com que agora nos vemos respeitáveis da elite eco-

nômica procuram uma "alternativa de centro". Mais importante, permanece a ilusão (ou cinismo) de que é possível guardar o pudim e comê-lo, contemporizar com Bolsonaro e se livrar dele.

Uma candidatura qualquer, no centro ou da direita ou no vazio de projeto da esquerda, precisa apresentar uma alternativa ao país (isso, ao povo) ou encampar um movimento social de mudança (ora inexistente). Em outras palavras, precisa fazer oposição, negar "isso que está aí".

Os adeptos dos planos semifracassados de tutela de Bolsonaro jamais fizeram oposição. "Tutela" tinha e tem sentidos variados, a depender do interesse do freguês. Para alguns, Bolsonaro era um preço que valeria pagar (pelas "reformas", por exemplo). Para outros, confrontá-lo de modo decisivo (CPLs, obstrução, proces-

so) ou decapitá-lo implicaria um custo muito alto em termos de incerteza, do desconhecido que sucede o tumulto político (sempre daninho para os negócios, de resto). Além do mais, seria um projeto de risco, pois o presidente jamais deixou de ter 30% de apoio, no Datafolha (embora quase sempre sua rejeição tenha sido maior do que esses 30%).

Quem pariu e embalou Messias que o agente. A tutela pouco limita seu poder de destruição e seu projeto de tirania; sem oposição não se cria alternativa de poder.

É incerto se mais duzentos mil mortos e outro semestre de crise econômica fca, pelo menos, causem revolta a ponto de poupar o trabalho de fazer oposição organizada. O sujeito quer dizer: líderes, confrontos, articulações sociais, ideias.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Aperto nas contas trava programas de emprego do governo

Iniciativa emergencial para empresa e trabalhador atrasa, e medidas permanentes para contratações estão na gaveta

Bernardo Caram

BRASÍLIA A crise fiscal do país travou os planos do governo voltados à retomada do emprego — e no pior momento. A taxa de desocupação, que chegou a 13,5% em 2020, maior na média histórica, segundo dados do IBGE, não dá sinais de que irá arrefecer.

Também aumenta a pressão de empresários por iniciativas capazes de reduzir os custos operacionais, pressionados inclusive pelo aumento no número de cidades que adotam o distanciamento social para evitar a aceleração de contágios e mortes na pandemia do novo coronavírus.

A limitação no Orçamento não só atrasou a apresentação de ações emergenciais para mitigar os efeitos da crise na economia como também prejudicou as propostas para estimular contratações de forma permanente. A equipe econômica tem quatro planos prioritários para evitar cortes de vagas e estimular contratações: o programa que permite suspensão de contratos e corte de jornadas e salários, com compensação paga ao trabalhador pelo governo, a carteira verde e amarela, o imposto de Renda negativo e a redução linear de encargos trabalhistas.

Essas medidas estão atrasadas ou totalmente travadas por causa de dificuldades orçamentárias. No plano emergencial, o governo está há quase três meses se preparando para relançar o programa que permitiu corte de jornadas e salários e suspensão de contratos.

No ano passado, sob vigência do estado de calamidade pública e com a retirada de amarras do Orçamento, foram liberados quase R\$ 52 bilhões para essa finalidade, dos quais R\$ 33,5 bilhões foram efetivamente gastos.

A equipe do ministro Paulo Guedes chegou a estudar uma reformulação do programa. Para compensar os gastos, a ideia era reduzir pagamentos do seguro-desemprego e usar recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), mas o plano foi barrado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Agora, a equipe econômica retoma a ideia de custear o programa com recursos do Tesouro. Como a margem é baixa e há disputa por recursos — o estado de calamidade não foi residiado em 2021, tornando o Orçamento para o ano enxuto —, uma opção levantada é a de usar créditos extraordinários, autorizados em situações de comprovada urgência e que não são contabilizados no teto de gastos (regra que limita a despesa do governo à variação de inflação).

A pasta aguardava a votação do Orçamento de 2021 no Congresso para avaliar a forma de financiamento. Como os parlamentares aprovaram o texto na quinta-feira (25), é possível que uma medida provisória com o programa seja apresentada nesta próxima semana.

O presidente-executivo da Abrasel — entidade que representa bares e restaurantes, duas das atividades mais atingidas pela crise —, Paulo Solmucci, afirma que o setor aguarda a rejeição do programa desde janeiro, quando se reuniu com Bolsonaro e Guedes.

"Naquela reunião, o presidente saiu com o compromisso de entregar a solução em 15 dias, mas já se passaram dois meses e ela [a MP] ainda não saiu. Muitas empresas que fecharam em março poderiam estar funcionando se tivessem soltado a medida no tempo prometido", disse.

Segundo ele, a situação do setor é tão complicada que uma grande parcela das empresas não conseguirá pagar salários a partir de abril, nem terá dinheiro para pagar rescisões.

Para o pesquisador Bruno Ottoni, do IDados e do Ibré/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a rejeição do programa é bem-vinda, mas o atraso deve fazer com que haja uma maior destruição de vagas formais em março do que aquilo que seria observado se a medida já estivesse em vigor.

"Faltou ao governo um esforço maior no fim do ano passado para já aprovar o Orçamento deixando espaço para eventuais necessidades que surgissem ao longo des-

te ano", diz.

Em relação aos programas permanentes, a avaliação de técnicos do governo é que não há recursos disponíveis para bancar as ações. Continua na gaveta, por exemplo, a carteira de trabalho verde e amarela. O modelo prevê a flexibilização de contratos trabalhistas e redução de custos com tributos para faixas salariais mais baixas com o objetivo de incentivar a inclusão de informais no mercado de trabalho.

Para viabilizar a medida, o governo precisa encontrar uma fonte de recurso que compense a perda de receita com o corte de encargos.

O programa chegou a ser lançado em 2019, visando jovens de 18 a 29 anos em primeiro emprego, mas a MP que o instituiu foi derrubada pelo Congresso durante uma fase de atrito com o Palácio do Planalto. Para bancar o programa, o governo previa cobrar contribuição previdenciária sobre o seguro-desemprego, o que também gerou críticas.

Com a carteira verde e amarela, o trabalhador teria contrato mais flexível e poderia prestar serviços por hora, com salário proporcional ao período trabalhado.

Haveria a exigência de um piso a ser pago pela hora, mas, no fim do mês, a remuneração dessa pessoa poderia ser inferior a um salário mínimo.

Um dos modelos em estudo pelo Ministério da Economia prevê uma interligação do programa a outra iniciativa que também está travada por falta de recursos: o Imposto de Renda negativo.

A iniciativa, que seria batizada de BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), alcançaria beneficiários de programas sociais e seria vinculada a cursos de qualificação. No início do ano, Guedes chegou a afirmar a interlocutores que o BIP seria o substituto do auxílio emergencial, mas depois recuou.

A medida seria uma forma de complementar os ganhos de pessoas mais pobres. Como forma de formalizar trabalhadores, o governo se comprometeria a complementar essas remunerações.

Servidores e deputados manifestam-se contra manobras fiscais no Orçamento

Thiago Resende

BRASÍLIA Após a equipe econômica alertar que o Orçamento de 2021 é inviável, servidores da pasta do ministro Paulo Guedes (Economia) divulgaram uma nota pública neste sábado (27) criticando as manobras aprovadas pelo Congresso e afirmando que não admitem "que os profissionais de planejamento e Orçamento sejam responsabilizados por essas transgressões e por suas consequências".

O documento foi assinado pela Assecor (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento), que representa analistas e técnicos da área.

Funcionários da pasta de Guedes relataram recibo de assinar documentos e atos do Poder Executivo que possam estar em desacordo com as regras orçamentárias e, com isso, serem punidos futuramente.

Nesta quinta-feira (25), o Congresso aprovou o Orçamento após um corte em despesas obrigatórias, como a verba para aposentadorias e pensões, que passou a ficar subestimada na previsão de gastos de 2021.

A manobra, que teve o aval de aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), foi para abrir espaço no Orçamento para mais emendas parlamentares — forma de um congressista colocar sua digital num a verba para projetos na base eleitoral, especialmente obras.

Ao turbinar emendas e reduzir os recursos para despe-

sas obrigatórias (que não podem ser adiadas), o Congresso aprovou um Orçamento para 2021 que, na avaliação da equipe econômica, é inexecutável. O alerta foi dado a Bolsonaro.

Para cumprir o teto de gastos, o governo teria que fazer um congelamento orçamentário que paralisaria a máquina pública. O teto de gastos é uma regra aprovada pelo Congresso em 2016 para controlar as contas públicas. A norma constitucional impede que as despesas cresçam acima da inflação.

O contingenciamento orçamentário, que pode ficar entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões, precisaria ser nas chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

As despesas discricionárias cairiam, então, para um patamar próximo a R\$ 50 bilhões

para todo o ano — bem abaixo do mínimo, que é de aproximadamente R\$ 80 bilhões.

Na nota pública, a Assecor destaca problemas no Orçamento, como a possibilidade de interrupção de serviços públicos. A entidade também defende a flexibilização de regras fiscais.

"A obsessão pela redução dos gastos públicos e a priorização do cumprimento de metas fiscais de curtíssimo prazo, insensíveis aos ciclos econômicos e às necessidades sociais, estão impedindo o Estado brasileiro de cumprir adequadamente com suas atribuições constitucionais, o que acaba se refletindo nos leis orçamentárias", diz o documento.

Além do alerta da equipe econômica, um grupo de 20 deputados enviou uma carta a Bolsonaro cobrando explicações sobre como o governo vai cumprir o teto de gastos sem cometer crime de responsabilidade, como "pedaladas fiscais". Ex-presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) é um dos signatários.

"O ato [aprovação do Orçamento] foi de grande irresponsabilidade com as contas públicas do país, produzindo um Orçamento que não condiz com a realidade e não tem como prioridade a saúde pública ou qualquer medida relacionada à pandemia da Covid-19", afirmam os deputados. O documento enviado não representa um requerimento de informação formal da Câmara. Portanto, o governo não tem a obrigação de responder ao questionamento.

“O ato [aprovação do Orçamento] foi de grande irresponsabilidade com as contas públicas do país

Deputados federais em nota enviada ao presidente Jair Bolsonaro

MATERIAL PUBLICITÁRIO

JÁ PENSOU EM INVESTIR EM BIOTECNOLOGIA?

INVISTA NA BLAU.

Saiba mais: ri.blau.com.br

IPO DA BLAU FARMACÊUTICA

LEIA O PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO FATORES DE RISCO.

Blau FARMACÊUTICA

Investimentos de Risco para o Futuro



IFI calcula bloqueio de R\$ 31,9 bilhões para Orçamento não estourar teto de gastos

Instituição faz uma análise detalhada do Orçamento aprovado na semana passada e diz que a elevação das despesas discricionárias para o patamar de R\$ 139,1 bilhões levam ao estouro do teto

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

29 de março de 2021 | 10h00

BRASÍLIA - A **Instituição Fiscal Independente (IFI)** do **Senado** calcula a necessidade de um corte de R\$ 31,9 bilhões no **Orçamento** deste ano para evitar o rompimento do teto de gastos, a regra prevista na **Constituição** que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**.

No primeiro relatório depois das críticas feitas ao trabalho do comando da IFI pelo ministro da **Economia, Paulo Guedes**, a instituição faz uma análise detalhada do Orçamento aprovado na semana passada e diz que a elevação das despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias e por isso podem ser bloqueadas pelo governo) para o patamar de R\$ 139,1 bilhões levam ao estouro do teto de gastos em R\$ 31,9 bilhões.

Pelos números da IFI, o teto de gastos permitiria despesas discricionárias (que incluem o custeio da máquina e investimentos) de, no máximo, R\$ 107,2 bilhões em 2021.

“Preocupa que o contingenciamento, sozinho, pode não resolver o problema”, disse ao Estadão o diretor da IFI, **Felipe Salto**. “Se for preciso suplementar despesas obrigatórias no Orçamento, será necessário lei para autorizar eventual cancelamento de emendas. Não é automático”, acrescenta.

Salto alerta que o corte ainda manteria a despesa discricionária em um nível superior ao mínimo necessário para o funcionamento da máquina pública, em torno de R\$ 100 bilhões.

O Congresso cortou despesas obrigatórias para acomodar mais emendas parlamentares. Dessa forma, aumentou as discricionárias para R\$ 139,1 bilhões. “Sem contingenciamento e com os créditos extraordinários esperados para o ano, incluindo o auxílio emergencial, o déficit primário poderia chegar a 282 bilhões. Mas o teto obrigará o corte, sob pena de não se cumprir a Constituição”, disse o diretor-executivo da IFI.

As regras atuais permitem contingenciar as emendas parlamentares individuais e de bancada marcadas no Orçamento como impositivas, mas apenas até a proporção do bloqueio sobre o conjunto das demais despesas discricionárias. Já as emendas de comissão permanente e do relator podem ser contingenciadas normalmente.

A composição do corte será, prevê a IFI, um ponto adicional a ser acompanhado ao longo do ano. A IFI ressalta no relatório que o contexto fiscal de 2021 é marcado pela incerteza associada à evolução da covid-19. A necessidade de estender a segunda rodada do auxílio emergencial, prevista para acabar em julho, implicará em gastos novos, afetando o resultado primário e a dívida pública, mas não as regras fiscais - o auxílio é pago por crédito extraordinário.

Para a IFI, em razão desse afastamento temporário das regras fiscais, efeitos adicionais serão sentidos nos indicadores fiscais, mas não impactarão o cumprimento dessas três regras fiscais (teto de gastos, meta fiscal e regra de ouro, que impede o governo de se financiar para bancar despesas correntes).

A IFI diz ainda que as diferenças nas projeções de receitas são expressivas e que há elevada incerteza a respeito do quadro econômico, em 2021, o que poderá alterar as projeções de arrecadação.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 26 a 28/03/2021	Caderno: Economia



Orçamento 'maquiado' deve ir ao TCU

Grupo de parlamentares pretende apresentar ainda hoje representação ao Tribunal para que avalie o corte de despesas obrigatórias

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

29 de março de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O impasse em torno da “pedalada” nas despesas obrigatórias na [votação do Orçamento de 2021](#) pelo Congresso deve ser judicializado no Tribunal de Contas da União (TCU). Grupo de parlamentares se movimenta para apresentar ainda nesta segunda-feira representação na Corte de Contas para obter posicionamento sobre a legalidade da manobra feita para turbinar emendas parlamentares.

Na contramão das projeções oficiais do governo, que indicavam a necessidade de revisar esses gastos para cima, o Congresso cortou despesas obrigatórias para abrir espaço artificialmente e incluir a demanda de emendas parlamentares. O foco central é saber se a execução do Orçamento pelo presidente Jair Bolsonaro se configurará em crime fiscal. Nesse caso, o presidente teria de vetar o Orçamento para ajustar as despesas às projeções do Ministério da Economia.

A [manobra nas despesas obrigatórias](#) foi feita para acomodar R\$ 26 bilhões de emendas do relator geral, senador Márcio Bittar (MDB-AC), que elevou o valor total das emendas parlamentares para R\$ 51,6 bilhões (o maior nível histórico), de acordo com levantamento mais recente da lei orçamentária aprovada na quinta-feira.

Com a ação no TCU, o grupo quer barrar também o discurso de que a responsabilidade pela aprovação do Orçamento é do Congresso. Dessa forma, o que se quer evitar é que, no futuro, o presidente Bolsonaro diga que não tem culpa de que os congressistas tenham aprovado uma lei orçamentária irresponsável. Há uma pressão política para o

veto do presidente como medida corretiva. Se o presidente não vetar, terá de sustentar as razões pelas quais tomou essa decisão.

O mesmo grupo já enviou carta ao presidente Bolsonaro, na sexta-feira, cobrando explicações sobre como o governo vai cumprir o teto de gastos, regra constitucional que limita o avanço das despesas à inflação, sem recorrer à “pedalada fiscal”, que resultaria em crime de responsabilidade, passível de impeachment.

Para o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), o que se espera é que o TCU dê uma saída para a revisão do Orçamento. “Se o Orçamento continuar assim, vai dar tudo errado”, previu. O Tribunal já determinou, no passado recente, que algumas despesas não fossem pagas.

Segundo o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a representação cobra uma posição sobre as despesas obrigatórias, já que o Tribunal teve posição decisiva nas “pedaladas” do governo Dilma Rousseff. O ex-presidente da Câmara ressaltou que o TCU precisa deixar claro que está ocorrendo o retorno do orçamento criativo.

O deputado Vinicius Poit (Novo-SP), que assinou a carta ao presidente, informou que o partido terá uma reunião hoje para decidir se vai entrar com o pedido no TCU.

Ministério da Economia cogita recorrer à Corte de Contas

Escaldados pelo processo que condenou as “pedaladas fiscais” cometidas no governo Dilma Rousseff – e que acabaram resultando no impeachment –, a área técnica do **Ministério da Economia** também cogita recorrer ao Tribunal de Contas da União (TCU) no episódio do Orçamento de 2021. Os gestores não querem ser responsabilizados e já falam internamente no risco de “apagão das canetas” (quando ninguém quer assinar um documento com medo de ser responsabilizado), segundo apurou o **Estadão/Broadcast**.

Há um acórdão do TCU que determina que conste no Orçamento o quanto será gasto em cada operação. Uma das alternativas apontadas pelos técnicos do governo é que haja determinação de que certas despesas obrigatórias não possam ser modificadas.

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento, que representa Analistas e Técnicos de Planejamento e Orçamento (Assecor), se antecipou ao problema. Em nota pública, diz que admitirá que os profissionais de planejamento e orçamento sejam responsabilizados pelas manobras contábeis feitas na lei orçamentária de 2021. A categoria diz que a forma como a lei foi aprovada representou um verdadeiro “acinte à transparência no trato da coisa pública”.

Levantamento mostra que os investimentos para o Ministério do Desenvolvimento (MDR), do ministro Rogério Marinho, com as novas emendas, triplicaram para R\$ 16,1 bilhões, passando para o topo da lista, atrás do Ministério da Defesa com R\$ 8,8 bilhões, que na votação ainda conseguiu abocanhar mais R\$ 644 milhões.

Já o **Ministério da Saúde**, mesmo com a pandemia da covid-19, ficou com R\$ 4 bilhões em investimentos, um quarto do orçamento de Marinho. As emendas do relator elevaram para R\$ 52,5 bilhões a dotação de investimentos.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 26 a 28/03/2021	Caderno: Economia



Tributação do pecado

Michel Haber e Victoria Mendonça*

29 de março de 2021 | 07h00

Nos últimos anos, o debate acerca da tributação do pecado vem ganhando espaço no Brasil. A criação de um imposto incidente sobre o consumo de produtos que tragam malefícios para a saúde pública entrou de vez na agenda da reforma tributária brasileira. O principal exemplo é a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, que criou um imposto seletivo, cobrado mediante alíquota adicional ao Imposto sobre Bens e Serviços, incidente sobre o consumo de produtos como cigarro, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas.

O imposto sobre o pecado (conhecido na literatura internacional como *sin tax*) tem o papel de desincentivar condutas nocivas à saúde da população. Querendo com isso evitar externalidades negativas, haja visto que o consumo de certos produtos deteriora a saúde da população, que recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS), gerando custos ao Estado. Há dados empíricos que demonstram que grande parte das mortes no Brasil decorrem de doenças crônicas não transmissíveis, potencializadas por hábitos alimentares e vícios em produtos insalubres.

Em tempos de pandemia, fica ainda mais clara a importância de se evitar doenças que sobrecarreguem os serviços públicos de saúde, gerando ainda mais custos ao já convalido orçamento do SUS. De certa forma, ainda que o objetivo extrafiscal de inibir condutas não seja atingido, pode-se afirmar que, na pior das hipóteses, a exação levaria mais recursos ao orçamento do SUS, considerando que parte da arrecadação dos impostos é vinculada aos gastos com saúde pública.

Modelo de privatização da Eletrobras deve ser mantido

*Relator do projeto na Câmara
atrasa operação ao admitir fatiar a
empresa ou vendê-la integralmente*

Relator da medida provisória enviada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso para a privatização da Eletrobras, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) avalia trocar o modelo de privatização do controle da holding do setor elétrico pelo fatiamento da estatal, com sua venda em partes ou mesmo em bloco. É a receita perfeita para atrasar ainda mais uma operação que já não conta com muita simpatia no Congresso.

Para ganhar tempo, o projeto deveria ser aprovado sem alteração: mantendo a venda da empresa numa operação de capitalização da companhia, em que a União não subscreverá sua parte do aumento de capital, diluindo no mercado o controle acionário entre grupos privados. As duas ideias aventadas pelo relator alteram esse modelo. A primeira prevê que subsidiárias como Furnas, Eletronorte ou Chesf sejam vendidas separadamente. A outra sugestão é privatizar a empresa toda, sem preservar nenhuma participação do Estado.

Ambas são problemáticas. Nasci-

mento argumenta que a venda em fatias a “investidores estratégicos” arrecadará centenas de bilhões de reais. Técnicos do setor discordam, pois consideram mais atraente uma holding com seus ativos. Na segunda alternativa, o problema seria outro. De acordo com o professor da UFRJ Nivaldo de Castro, apenas estatais chinesas estariam em condição de encarar o negócio no atual cenário, e a venda em bloco criaria inevitavelmente um problema de concentração de mercado.

Tal questão terá de ser enfrentada qualquer que seja o modelo adotado. De acordo com a economista Elena Landau, que já presidiu o Conselho de Administração da Eletrobras, é fundamental garantir que, depois da venda, seja implementada uma regulação robusta do setor, capaz de fomentar a concorrência. É a isso que o Congresso deveria dedicar energia, em vez de fazer mudanças radicais no projeto.

O relator, na verdade, cria uma confusão desnecessária, que só favorece os interessados em que não haja privatização nenhuma. Já existe um modelo de-

finido — semelhante ao usado pela Petrobras na venda da BR Distribuidora —, e o BNDES realiza estudos sobre a operação. Não faz sentido mudar de rumo a esta altura. Trata-se de uma privatização-chave, pois a empresa precisa fazer investimentos crescentes, impossíveis se mantida sob controle do Estado. O plano estratégico para os próximos 15 anos estima serem necessários R\$ 6 bilhões anuais. Com a privatização, eles dobrariam para R\$ 12 bilhões.

A MP de Bolsonaro mantém o modelo original do projeto de 2018 do governo Michel Temer e cria uma estatal para participar de Itaipu e controlar as usinas nucleares, que não podem ser privatizadas. Do total arrecadado, R\$ 25 bilhões iriam para o Tesouro. Igual quantia se destinaria a reduzir o valor da conta de luz. Para vencer resistências no Congresso, é garantida a transferência, por dez anos, de R\$ 8,75 bilhões para Amazônia e bacias do Rio São Francisco e outras da região de Furnas. O projeto já avançou muito para recomençar do zero. As mudanças sugeridas pelo relator devem ser esquecidas.

Economia



IMPOSTO DE RENDA 2021

Como declarar a aposentadoria

Em vídeo, especialista explica como tratar indenizações recebidas [globo/3w9KZRB](#)

ORÇAMENTO EM XEQUE

TCU deve alertar Bolsonaro de risco de crime fiscal se não houver vetos

A MATEMÁTICA CRIATIVA DO CONGRESSO

Alterações no Orçamento

DESPESAS ARTIFICIALMENTE CORTADAS

$$R\$ 17,57 \text{ bilhões} + R\$ 26,46 \text{ bilhões} = R\$ 44 \text{ bilhões}$$

Valor total de despesas subestimadas no texto que foi à votação, segundo alerta do pela própria equipe econômica

Corte feito nas despesas obrigatórias pelo relator do projeto, senador Márcio Bittar (MDB-AC), para reduzir recursos a emendas parlamentares e ministérios

Valor total que deveria ser contingenciado

BLOQUEIO NECESSÁRIO

$$R\$ 36,6 \text{ bilhões}$$

Como o Congresso aprovou o adiamento de parte do abono salarial num valor de R\$ 7,4 bilhões para 2022, dos R\$ 44 bilhões originais, restam R\$ 36,6 bilhões que precisam ser contingenciados para cumprir o Orçamento

SEM DINHEIRO PARA O BÁSICO

$$R\$ 92,05 \text{ bilhões} - R\$ 36,6 \text{ bilhões} = R\$ 55,45 \text{ bilhões}$$

Valor mínimo para investimentos e custeio da máquina pública, proposto pelo governo, dentro do limite do teto de gastos

Valor que precisaria ser contingenciado segundo o Orçamento aprovado

Montante que ficaria disponível, insuficiente para o funcionamento da máquina pública, o que levaria a um shutdown, ou paralisação nos serviços básicos

— Não há nenhuma ilegalidade, nenhuma inconstitucionalidade no parecer do relator Márcio Bittar. Eventual distorção que haja é plenamente possível de ser corrigida, e nós não mediremos esforços para poder corrigir o que precisar ser feito.

O governo tem sua parcela de responsabilidade ao ter se omitido e não enviado uma peça para atualizar os valores dos benefícios vinculados à inflação. Quando fez a proposta, considerou uma inflação de 2%, mas o INPC fechou 2020 em 5,26%. Só isso já gerou um buraco de R\$ 8,5 bilhões na Previdência, agravado pelo corte de R\$ 13,5 bilhões feito pelo relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

'TETO É NOS SA ANCORAS'

Para Margarida Gutierrez, professora da UFRJ, este Orçamento pode comprometer a recuperação da economia e a geração de empregos nos próximos anos. Na prática, diz, ele significa o fim do teto de gastos, o que levaria o dólar a superar os R\$ 6:

— Derrubar o teto é o pior que pode acontecer com a gente, é a nossa única âncora fiscal. A aprovação do Orçamento desta maneira é um golpe comparável às "pautas-bomba" que a Câmara fez na gestão de Eduardo Cunha no governo de Dilma Rousseff.

Ela alerta que o Orçamento, se executado, pode levar à paralisação total do governo, o shutdown, além de representar crime de responsabilidade fiscal.

— Deixar restes a pagar de um ano para outro, usar créditos extraordinários para despesas que não são extraordinárias, são subterfúgios para furar o teto, e isso reduz a credibilidade do governo — alerta o economista-sênior da Prospectiva Consultoria, Adriano Laureno.

Já o especialista em contas públicas Raul Velloso defende discutir o teto de gastos, já que os parlamentares do centrão não devem voltar atrás nas emendas:

— O governo vendeu a alma para o centrão e agora não sabe o que fazer.

O Orçamento aprovado prevê R\$ 26 bilhões a mais para emendas parlamentares. Para isso, foram cortados recursos de áreas como a Previdência e gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com seguro-desemprego e abono salarial.

Além disso, algumas pastas tiveram incrementos polpudos. Um dos maiores acréscimos foi do Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho: passou de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 16 bilhões.

Algumas pastas ganharam mais recursos



Erros em série

1 Inflação subestimada

A proposta enviada pelo governo se baseava em uma projeção de inflação de 2%, mas o INPC (que corrigi salário mínimo e benefícios) fechou 2020 em 5,26%. Como o governo não enviou ao Congresso o ajuste de atualização, a Previdência ficou com desajuste de R\$ 8,5 bilhões.

2 Corte nas despesas obrigatórias feito pelo relator, sem critérios

Previdência: -R\$ 13,5 bilhões

Seguro-desemprego: -R\$ 2,6 bilhões

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: -R\$ 1,35 bilhão

Fonte: PLOA

Editoria de Arte

FERNANDA TEIXEIRA, GERAS DA DOCA, ELIANE OLIVEIRA E RENANQUE GOMES BATISTA [reportagem@oglobo.com.br](#) [matéria@oglobo.com.br](#)

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve aprovar um parecer para alertar o presidente Jair Bolsonaro sobre crime de responsabilidade fiscal, caso ele sancione o projeto de Orçamento para 2021 tal como foi aprovado pelo Congresso. O ideal seria vetar trechos do texto. Segundo um integrante da Corte, os parlamentares têm inviolabilidade no discurso e no voto e, por isso, podem aprovar uma peça orçamentária irreel. Contudo, o chefe do Executivo precisa zelar pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, sendo assim, ele terá de avaliar o texto aprovado à luz desse fato para não ser acusado de crime fiscal.

Um grupo de deputados, que já enviou uma carta alertando o presidente sobre o risco fiscal do Orçamento, prepara-se para acionar o TCU.

— Estamos estudando essa matéria para poder recorrer

ao TCU e aprofundar os dados do Orçamento. Estou esperando o retorno dos técnicos para podermos fazer uma representação — explicou o deputado Vinicius Pott (SP), líder do Novo.

O recurso dos parlamentares deve ser avaliado no TCU pela Secretaria de Macroavaliação Governamental, que julga as contas do presidente da República. Foi este órgão técnico que baseou a condenação da gestão Dilma Rousseff pelas chamadas pedadas fiscais. Esse parecer técnico deve dar sustentação à decisão a ser tomada pelos ministros no plenário da Corte.

Diante da repercussão negativa sobre o Orçamento aprovado pelo Congresso, que cortou despesas obrigatórias destinadas para aumentar as emendas de interesse dos parlamentares, é provável que Bolsonaro aguarde o parecer do TCU para sancionar o projeto.

A avaliação de integrantes do governo que acompanham as negociações é que não há uma solução simples. A peça não sustentada forma como

Problemas no texto aprovado do Orçamento

> **Gastos subestimados:** O Congresso ignorou o Relatório trimestral de Avaliação de Receitas e Despesas que apontou que a projeção de gastos, como o pagamento de benefícios previdenciários, já estava subestimada em R\$ 176 bilhões.

foi aprovada, e resolver o problema demanda cooperação entre Executivo e Congresso.

O Ministério da Economia diz que ainda aguarda o Autógrafo da Lei Orçamentária, a ser encaminhado pelo Congresso, para conhecer oficialmente os valores e termos finais aprovados e, então, discutir alternativas para solucionar os problemas do Orçamento.

As possibilidades analisadas são vetos em trechos do Orçamento, combinados com a apresentação de projetos para

> **Corte sem critérios:** Redução de despesas, pelo Congresso, no total de R\$ 26,5 bilhões, sem nenhuma base válida. Os recursos foram transferidos para emendas parlamentares. E pastas tiveram reforço de verbas.

> **Risco de crime fiscal:** Com as mudanças no Orçamento, o governo terá só R\$ 55 bilhões para custeio e despesas obrigatórias.

Se não honrar pagamentos obrigatórios, como aposentadoria, e governo incorre em crime de responsabilidade. Se liberar mais dinheiro, também, porque fura o teto de gastos.

O remanejamento dos recursos via um relatório temporário de receitas e

que também gera crime de responsabilidade ao presidente da República. Em todos os cenários, deve haver piora na percepção de risco do Brasil pelos investidores, com alta do dólar e dos juros, aumento da inflação e redução da atividade econômica e dos empregos, diz a professora da UFRJ Margarida Gutierrez.

> **Paralisação:** Risco de shutdown do governo. Como a Constituição impede isso, abre-se a possibilidade de desrespeito ao teto dos gastos, o

despesas também tem entraves. Essa revisão só é possível se houver descumprimento da meta fiscal, o que ainda não ocorreu. A equipe econômica também busca opções para corte de recursos, mas estas são restritas. Obter R\$ 20 bilhões nesse processo tornaria a situação menos penosa, mas ainda difícil.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), em entrevista ontem a [GlobeNews](#), mostrou disposição para negociar:

Vitórias parciais mantêm Guedes como âncora fiscal, mas agenda frustra

Entre avanços e derrotas no Congresso e dentro do próprio governo, ministro da Economia joga na defensiva em Brasília

MANOEL VENTURA, JOÃO SORIMA NETO E NATÁLIA PORTINARI
escritores @globo.com.br
mvt@uol.com.br

A lçado ao cargo ainda durante a campanha presidencial como titular de "superministro" e com carta branca para tocar a agenda econômica, Paulo Guedes chega ao seu terceiro ano à frente da pasta precisando se equilibrar entre derrotas e vitórias para justificar sua permanência no cargo e em busca de deixar o que considerase um legado para o país. Depois de ter a imagem de "posto Ipitanga" desgastada por episódios em que foi desautorizado pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, Guedes ganhou uma sobrevida com a aprovação da proposta que permite o controle de despesas e fixou um limite para o auxílio emergencial.

Mas sofreu outro baque depois de o Congresso aprovar o Orçamento de 2021 com cortes artificiais nas despesas obrigatórias, a fim de elevar os recursos para emendas parlamentares, de olho nas eleições de 2022. Técnicos da equipe econômica alertaram que o Orçamento, como está, é inexecutável, e o próprio Guedes foi falar com Bolsonaro na sexta-feira. Na prática, as mudanças neutralizam os gatilhos fiscais previstos na proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial.

Este é mais um episódio da gangorra em que Guedes tem vivido. Recentemente, viu auxiliares serem fritos por Bolsonaro, caso das presidentes da Petrobras, Roberto Castello Branco, e do Banco do Brasil, André Brandão. Em contrapartida, considera uma vitória o aval do Congresso à PEC Emergencial, que chamou de maior reforma fiscal em 22 anos, mesmo que o texto tenha sido desidratado no Legislativo e seja considerado de impacto tímido. Durante a tramitação da proposta, por pelo menos duas vezes Guedes foi surpreendido por articulações patrocinadas pelo presidente para atenuar a medida. Uma delas acabou vingando. Partiu do presidente a ideia de permitir a progressão automática de policiais mesmo durante as crises — a autorização foi estendida a todos os servidores.

Outra estratégia do ministro para se fortalecer em meio à turbulência foi chamar para si a bandeira da vacinação contra a Covid-19. Ciente de que a economia não irá se recuperar de verdade enquanto a pandemia não for controlada, Guedes adotou como mantra a vacinação em massa — ele ontem se vacinou publicamente — e mergulhou nas negociações para a compra de imunizantes. Antes, ele e seus auxiliares chegaram a negar que o Brasil enfrentaria uma segun-

da onda da pandemia.

Nessa balança entre avanços e frustrações, empresários e o mercado financeiro não escondem a decepção com o comportamento de Bolsonaro no combate à pandemia e com seus arrebos intervencionistas. No entanto, o sentimento em relação a Guedes ainda é positivo. Mesmo estando cada vez mais isolado, o chefe da equipe econômica ainda é considerado uma espécie de âncora fiscal do governo.

Um economista de uma grande corretora, que pediu para não ser identificado, brinca e diz que "agradece a Deus" todos os dias por Guedes permanecer no ministério. Sem ele, diz o especialista, o câmbio já teria explodido e a situação fiscal, com as pressões por gastos trazidas pela pandemia, estaria muito pior.

PROMESSAS DE CAMPANHA

Um empresário que defende ideias liberais como as de Guedes avalia que o ministro mostrou-se mais um teórico que um executor. E isso acabou prejudicando a agenda econômica que ele mesmo defendia. O executivo reconhece que a pandemia tem peso no quadro. Por isso, não há expectativa de andamento, no curto prazo, de propostas como uma reforma do sistema tributário, diante do frágil quadro fiscal do país. Essa leitura é compar-



Corrente. Para especialistas, mesmo com parte da agenda parada, presença de Guedes impede piora do quadro fiscal

tilhada por outros empresários ouvidos pelo GLOBO: ninguém espera grandes avanços na agenda liberal.

Ainda assim, alguns economistas e empresários consultados pelo GLOBO avaliam que, no balanço da Era Guedes, até o momento, é possível encontrar pontos positivos, como a reforma da Previdência e a aprovação da autonomia do Banco Central. Para Luciano Rostagno, estrategista-chefe do banco japonês Mizuho no Brasil, a saída de Guedes teria efeito semelhante ao de quando Joaquim Levy deixou o comando da equipe econômica de Dilma Rousseff: — Haveria muito estresse no mercado. O risco fiscal é crescente, mas o que segura a confiança do mercado é o Paulo Guedes estar lá.

Jogar na defensiva tem um custo: patinar nas promessas de campanha. As privatiza-

ções são, de longe, a maior frustração de Guedes no governo. Até agora, a venda das estatais ficou concentrada nas subsidiárias, como a BR. Na tentativa de sinalizar o destaque dessa agenda, o governo enviou ao Congresso duas privatizações — a da Eletrobras (dessa vez por medida provisória) e a dos Correios — e colocou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no programa de venda de ativos.

Guedes também tem pela frente um ambiente com mais pressões políticas. Nas últimas semanas, líderes do centrão voltaram a pressionar Bolsonaro para encontrar um substituto para chefiar a Economia. A insatisfação dos parlamentares ficou evidente nas negociações da PEC do auxílio emergencial, quando deputados e senadores manifestaram a percepção de que o Palácio do Planalto bate cabeça com a

equipe econômica e que o ministro não tem disposição para fazer política.

O presidente já comunicou a líderes do Centrão que, enquanto Guedes estiver no cargo, não conseguirá promover um fatiamento do ministério para atender aliados, desmembrando Planejamento e Indústria e Comércio. Alguém sem ligação explícita com o Centrão, com disposição para dialogar com a classe política e que agrade ao emp resariado, teria o perfil. Um nome de ampla aceitação pelo Centrão seria Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central. Ele tem algo que, segundo a classe política, falta a Guedes: objetividade e habilidade de dialogar. Com a aprovação da autonomia do BC, porém, o governo entende que o nome está fora do jogo. Os predicados, porém, seriam os mesmos: perfil técnico e traquejo.

O QUE ESTÁ TRAVADO

Agenda de privatizações

De longe, é a pauta que menos avançou sob a gestão de Paulo Guedes. Desde que assumiu, o programa de desestatização se concentrou na venda de subsidiárias. Apenas este ano o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso propostas para privatizar a Eletrobras e os Correios. Ao mesmo tempo, a saída tumultuada do presidente do Banco do Brasil, André Brandão, indica que a venda em substituição, defendida pelo ministro, está distante.

Reforma tributária

A proposta para mexer no sistema de impostos não decolou, interdita por divergências entre o Executivo e as duas Casas do Congresso. Guedes é favorável à ideia de criar um imposto sobre transações financeiras para financiar a desoneração da folha de pagamento, mas o projeto sequer foi enviado. Com dois textos no Legislativo, o governo chegou a enviar um projeto para unificar parte dos impostos federais, mas a ideia não avançou.

Abertura comercial

O próprio ministro já reconheceu que medidas para ampliar a integração do Brasil no comércio global pouco avançaram. O acordo entre Mercosul e União Europeia, apontado como vitória quando de sua aprovação, em 2019, hoje corre o risco de não entrar em vigor, devido às críticas de vários países europeus à política ambiental brasileira. Em outra frente, o governo enfrentou resistências quando propôs reduzir tarifas de importação de alguns produtos.

O QUE AVANÇOU

Marco do Saneamento

Aprovado no ano passado, o novo marco legal do saneamento é apressado por Guedes como um dos principais trunfos da agenda de incentivo a investimentos privados no país. A medida facilita a entrada de empresas na prestação de serviços de água e esgoto, hoje administrados principalmente por estatais. O texto corria o risco de ser fortemente alterado caso um veto presidencial fosse derrubado no Congresso, mas a decisão foi mantida.

Autonomia do Banco Central

Negociado há 30 anos, o projeto foi aprovado no início do ano e serviu de vitrine para mostrar o alinhamento dos novos presidentes da Câmara e do Senado à agenda liberal. O texto prevê que o presidente do BC e a diretoria da autoridade monetária terão mandatos fixos, o que diminuiria o risco de interferência política. Alguns pontos do texto foram criticados, como a previsão de que o órgão terá dupla função: além de inflação e fomento ao emprego.

PEC com ajuste fiscal

Embora tenha sido desidratada, a chamada PEC Emergencial é vista como vitória pela equipe econômica. A regra prevê que União, estados e municípios poderão acionar medidas de ajuste em caso de crise fiscal e traz pontos técnicos, como a criação de uma meta para a dívida pública. O Ministério da Economia classificou o texto de maior reforma fiscal em 22 anos. Há um ano, no entanto, Guedes prometia um big bang nas contas públicas.

Governadores cobram defesa de isolamento social

Na primeira reunião com o presidente do Senado para tratar da pandemia, chefes dos executivos estaduais pediram uma posição clara do governo federal a favor de medidas de restrição. Eles também querem uma meta de vacinação diária

BRUNO GÔES E DANIEL GULLINO
 @bruno.goes
 @danielgullino

Na primeira reunião com governadores para tratar do combate à pandemia, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que assumiu a função de interlocutor dos estados junto ao presidente Jair Bolsonaro, ouviu cobranças para que o governo federal adote uma posição clara em defesa de medidas de restrição. Os governadores também insistiram na necessidade de uma meta de vacinação diária no país: um a dois milhões de pessoas imunizadas. Já prometida pelo novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a meta depende, no entanto, de o país ter capacidade de produção de vacinas e também dos estoques negociados com laboratórios estrangeiros serem entregues.

Pacheco levará as reivindicações dos governadores para o comitê criado por Bolsonaro. Até agora, o presidente da República tem se mostrado refratário a qualquer medida de limitação de circulação de pessoas ou fechamento de estabelecimentos no combate à pandemia de Covid-19. No encontro, foi discutida a veiculação de ampla campanha nacional pelos meios de comunicação. Governadores

querem incentivar a vacinação, o uso da máscara, distanciamento e higienização das mãos. Além disso, pedem restrições mais fortes até o próximo domingo de Páscoa para conter a disseminação do vírus.

Outra sugestão é reforçar o diálogo com o governo dos Estados Unidos para a ajuda com cota de doses excedentes naquele país, além de tratar com a China de cota extra de entrega de vacinas. Também foi sugerido agendar reunião com o Fundo Soberano Russo, o laboratório União Química, o Ministério da Economia e a Anvisa para aceitar condições de autorização e entrega da vacina Sputnik.

ENCONTRO DO COMITÊ

Pacheco informou que o primeiro encontro do comitê — que conta também com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) — será na próxima segunda-feira e que ele vai levar as reivindicações dos governadores:

— Eu vou fazer questão de levar, para essa reunião de segunda-feira, essa compilação das reivindicações de governadores, que são muitas, são diversas. Sinteticamente, é essa, da necessidade de coordenação, da necessidade de ouvi-los.

Bolsonaro se encontrou



Ponte. Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco assumiu a função de interlocutor dos estados junto a Bolsonaro

com o presidente do Senado após a reunião. Pacheco disse que o presidente "recebeu muito bem" as reivindicações, mas não entrou em detalhes:

— Eu participei a ele alguns pontos que os governadores já externaram, de reivindicações. Ele recebeu muito bem, com muita tranquilidade esses pontos.

A cobrança pelo calendário de importação de insumos e

vacinas foi objeto de debate. Foi sugerida uma reunião com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o português António Guterres, com a participação da diplomacia brasileira. Segundo fonte próxima ao presidente do Senado, Pacheco já tem um documento pronto para enviar a Guterres. O objetivo da iniciativa é abrir um diálogo e antecipar doses con-

tratadas junto ao consórcio Covax Facility. No Senado, parlamentares avaliam que a pauta "antiglobalista" promovida pelo ministro Ernesto Araújo (Relações Exteriores) fechou as portas para o diálogo do Brasil na ONU.

Governador do Piauí e representante do Fórum de Governadores, Wellington Dias (PT) disse ainda que há uma demanda por mais es-

paço no Orçamento na área da Saúde. Segundo ele, a proposta que chegou ao Congresso tem R\$ 43 bilhões a menos para o setor.

Dias disse, porém, que o mais importante é o esforço conjunto pela vacinação:

— Acertamos uma pauta importante: vacina como ponto estratégico para ajudar o Brasil neste instante. Estamos pedindo uma agenda com a ONU, a OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), Ministério da Saúde, diálogo com Reino Unido, Índia, China, com a Rússia, acompanhando a todos, com o Congresso junto.

Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) disse que é preciso ter uma articulação para que o distanciamento social seja uma prática bem-sucedida no país.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), criticou o fato de estados e municípios terem sido excluídos formalmente do comitê. "Em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, registrei que o Decreto 10.659 não criou coordenação nacional, na medida em que exclui estados e municípios. Propus que o Senado tenha um verdadeiro comitê nacional, inclusive com especialistas da área de saúde", escreveu Dino em uma rede social.

Guedes vai a Bolsonaro após Orçamento 'inexequível'

Técnicos da equipe econômica já sugerem enviar projeto para modificar a proposta aprovada no Congresso. Risco é provocar paralisação de serviços

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Aprovado na quinta-feira pelo Congresso, o Orçamento de 2021 está sendo considerado "inexequível" pela equipe econômica. Integrantes do time do ministro Paulo Guedes afirmam que os gastos apontados pelos parlamentares para a manutenção da máquina pública não dão conta de pagar tudo até o fim do ano, e que é alto o risco de um *shutdown* —paralisação de serviços do governo. Diante da situação, técnicos já sugerem enviar ao Legislativo um projeto para modificar a proposta orçamentária.

A situação foi levada ao Palácio do Planalto por Guedes, que conversou com o presidente Jair Bolsonaro sobre o assunto. O ministro, de acordo com relatos, disse a Bolsonaro que o Orçamento aprovado pelos parlamentares não fica em pé, e é preciso encontrar uma solução para não paralisar o governo.

Técnicos da pasta passaram o dia ontem em reuniões. Eles apresentaram o diagnóstico de que o Orçamento de 2021, que ainda não foi sancionado, não é realista e está "maquiado". A intenção é buscar uma solução conjunta com a área política do governo e também com o Congresso.

O Orçamento aprovado pelo Congresso garantiu R\$ 48,8 bilhões em emendas para os parlamentares. Por outro lado, são apenas R\$ 49,5 bilhões para o custeio do governo, segundo técnicos. O valor é muito abaixo do necessário para rodar a máquina pública, algo próximo de R\$ 90 bilhões.

Para conseguir garantir o valor alto para as emendas, o relator do Orça-



Entrave. Proposta da equipe de Guedes é buscar solução com o Congresso e a ala política do governo

mento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cancelou R\$ 26,5 bilhões em despesas do governo. O movimento aumenta os recursos para obras e projetos de interesse eleitoral. A tesourada maior foi feita nas despesas obrigatórias de Previdência Social, no valor de R\$ 13,5 bilhões. Também houve cortes no seguro-desemprego e no abono salarial.

AUXÍLIO NO DIA 16 PARA BOLSA FAMÍLIA

O problema é que essas despesas são obrigatórias, e os valores programados pelo Congresso estão abaixo do necessário para pagar principalmente as aposentadorias. Com isso, a equipe econômica tem duas questões principais para resolver: as despesas para a manutenção da máquina estão baixas, e o total destinado a aposentadorias está subestimado.

Por isso, os técnicos já calculam ser

necessário um contingenciamento (bloqueio de recursos) de pelo menos R\$ 30 bilhões, colocando em risco a execução dos gastos do governo.

Um técnico experiente da equipe econômica classificou a situação como "caótica" e "horível". A avaliação é que deputados e senadores resolveram a demanda deles de aumentar emendas cortando gastos obrigatórios sem qualquer justificativa. É preciso cortar uma despesa para aumentar outra por conta do teto de gastos — regra que impede o crescimento das despesas da União acima da inflação.

A corrida para ajustar o Orçamento ocorreu no mesmo dia em que o governo editou decreto que regulamenta as regras do pagamento do auxílio emergencial. Ao mesmo tempo, portaria do Ministério da Cidadania confirmou que o benefício começará a ser pago no dia 16 a atendidos pelo Bolsa Família.

ADRIANO MACHADO/REUTERS/12-8-2020

BNDES vai devolver R\$ 116,2 bi até o fim de 2022 ao Tesouro

Recursos devem ser usados na gestão da dívida pública, que aumentou durante a pandemia

GLAUCE CAVALCANTI
glauce@oglobo.com.br

O BNDES deve antecipar R\$ 62 bilhões em devoluções de recursos ao Tesouro Nacional até dezembro deste ano e outros R\$ 54,2 bilhões até o fim de 2022. Os valores constam de um acordo assinado entre o banco de fomento e o Ministério da Economia. O documento foi encaminhado ontem para apreciação pelo Tribunal de Contas da União. Ao todo, o banco tem um salto em dívidas de R\$ 116,2 bilhões a restituir ao Tesouro. Serão descontados deste valor os R\$ 38 bilhões pagos antecipadamente neste mês.

Desde dezembro de 2015, o BNDES tem feito devoluções antecipadas de contratos de empréstimos fechados entre o banco e a União. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, o caixa da instituição era complementado com recursos do Tesouro, em contratos com prazos a perder de vista, para serem emprestados em operações de crédito ou participações societárias.

R\$ 409 BI JÁ RETORNARAM

Com o colapso fiscal do país, essas entradas passaram a ser devolvidas antecipadamente. Em 2019, foram retornados R\$ 123 bilhões

ao Tesouro, sendo R\$ 100 bilhões em empréstimos antecipados. No total, houve devolução de R\$ 409 bilhões. Em 2020, com a pandemia, o BNDES suspendeu esses repasses ao Tesouro sob a justificativa de voltar esforços para medidas de combate aos efeitos da Covid-19.

Os recursos devolvidos à União são importantes para a gestão da dívida pública, que disparou no ano passado por causa das ações emergenciais contra a doença. Em 2020, a relação entre endividamento bruto e o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 89,3% — o maior patamar da série histórica. No início do ano passado, esse percentual era de 74,6%.

VERBA DE FUNDOS PÚBLICOS

Em outra frente, o Tesouro também conta com recursos parados de fundos públicos para ajudar na gestão do endividamento. A medida foi possível após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que liberou o auxílio emergencial e estabeleceu medidas de controle fiscal como contrapartida. Nesta semana, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) concretizou essa estratégia, ao editar portaria em que remaneja R\$ 140,8 bilhões desses fundos para ajudar na gestão da dívida.

A irresponsabilidade orçamentária instalada

Ao projetar despesas obrigatórias subestimadas, o Orçamento cria insegurança jurídica e pode paralisar a administração federal

29/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Foram tantas as decisões absurdas tomadas pelo governo e pelos parlamentares na elaboração e votação do Orçamento deste ano que o espaço deste editorial é insuficiente para detalhar todas elas. Há muito tempo não se via tamanha falta de sensatez, coordenação e de desrespeito à legislação em vigor. O que terminou sendo produzido não é um Orçamento, mas um monstro que vai paralisar o governo, pois é uma lei orçamentária inexecutável.

Alguém, em sã consciência, acha que faz sentido estimar a despesa com benefícios previdenciários e assistenciais para este ano tomando como base um salário mínimo de R\$ 1.067, quando está em vigor um piso salarial de R\$ 1.100? Pois foi o que aconteceu. Todos sabem que o salário mínimo é o menor valor dos benefícios e, portanto, quanto maior ele for, maior será a despesa do governo.

O relator-geral do Orçamento deste ano, senador Márcio Bittar (MDB-AC), simplesmente manteve as projeções para as despesas previdenciárias, assistenciais, para o seguro desemprego e o abono salarial que estavam projetadas na proposta orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso em agosto do ano passado. Aquela mesma que foi elaborada com o salário mínimo de R\$ 1.067. E com a inflação para 2020, medida pelo INPC, de 2,09%. O INPC corrige o valor de todos os benefícios. Ele ficou em 5,45%. Portanto, bem maior do que o estimado em agosto.

Na segunda-feira da semana passada, no mesmo dia em que Bittar divulgou o seu parecer final sobre o Orçamento, o Ministério da Economia informou, por meio do

relatório de avaliação de receitas e despesas relativo ao primeiro bimestre, que as despesas obrigatórias da proposta orçamentária encaminhada em agosto estavam subestimadas em R\$ 17,6 bilhões.

A primeira decisão absurda foi tomada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Até agora, Guedes não explicou porque não pediu ao presidente Jair Bolsonaro que encaminhasse ao Congresso uma mensagem modificativa da proposta orçamentária, com as estimativas para as despesas com o valor atual do salário mínimo e com o INPC de 5,45% de 2020. Não o fez, embora tivesse tempo suficiente para isso. O ministro deve esta explicação ao país.

Como Guedes não pediu mudanças e não comunicou formalmente que a proposta orçamentária estava com despesas obrigatórias subestimadas, o senador Bittar a manteve. A decisão do relator também foi absurda, pois o Congresso possui um corpo técnico da mais alta qualidade, com capacidade suficiente para refazer as projeções de despesa e de receita com os novos parâmetros macroeconômicos. Ele não o fez. Bittar também deve uma explicação ao país.

O relator foi mais longe. Pressionado por seus pares, apresentou um complemento ao seu parecer em que cortou em R\$ 26,5 bilhões as despesas obrigatórias colocadas na proposta pelo Executivo. Com isso, ele abriu espaço no teto de gastos para aumentar as emendas parlamentares ao Orçamento. No total, as emendas passaram para R\$ 48 bilhões, quando na proposta de agosto elas estavam em R\$ 16,3 bilhões.

Há quem diga que o astronômico valor das emendas é uma espécie de contrapartida ao apoio dado pelo chamado “centrão” à aprovação da PEC Emergencial, que era tão cara ao ministro da Economia, mas que não economiza um centavo sequer neste ano.

A decisão de Bittar de cortar despesas obrigatórias é outro absurdo, que pode ser considerada inconstitucional, pois somente se ele tivesse identificado erro na projeção do governo poderia ter feito o que fez. Não cabe ao Congresso projetar despesas obrigatórias, atribuição privativa do Executivo.

Para justificar o corte, o relator alegou que as despesas vão diminuir porque o governo vai editar uma medida provisória antifraude nos benefícios previdenciários e mudar o pagamento do auxílio-doença. Ele cortou também a despesa com seguro desemprego no momento em que mais trabalhadores perdem emprego em virtude da segunda onda da covid-19.

Tudo isso o relator fez para abrir espaço no teto de gastos para acomodar as emendas parlamentares. O teto é o mecanismo constitucional que limita os gastos da União ao montante autorizado no ano anterior corrigido pela inflação. A mudança feita pelo relator e aprovada pelos deputados e senadores mostra que o próprio Legislativo não respeita o teto de gastos. Ao projetar despesas obrigatórias subestimadas, o Orçamento cria insegurança jurídica e pode paralisar a administração federal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como ficar à frente de sua concorrência em 2021

IT EXPERIENCE HUB

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Novo Peugeot 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

Com cenário propício à exportação, analistas esperam saldo ‘robusto’

Projeções para superávit giram em torno de US\$ 55 bilhões e podem chegar a US\$ 96 bi

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

29/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Sergio Vale, da MB: alta de commodities, câmbio e recuperação de China e EUA favorecem mais a exportação — Foto: Claudio Belli/Valor

Com a perspectiva de um cenário que se mostra muito mais favorável às exportações do que às importações, as projeções de analistas apontam para um superávit da balança comercial robusto neste ano, que ultrapassa os US\$ 50,9

bilhões do ano passado. Em alguns casos as estimativas foram elevadas de fevereiro para março.

A MB Associados subiu sua projeção de US\$ 46,6 bilhões para US\$ 54,6 bilhões nesse período. A Tendências elevou de US\$ 52,1 bilhões para US\$ 53,8 bilhões. A AC Pastore estima saldo de US\$ 96 bilhões, valor acima da média do mercado. A mediana de 14 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Data no início de março indicava superávit de US\$ 55,25 bilhões para este ano. A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) baixou a projeção de superávit que tinha ao início do ano, mas ela continua acima da mediana, em US\$ 64 bilhões.

A combinação de real desvalorizado, preços de commodities em alta e recuperação do comércio mundial, com perspectiva de crescimento acima de 6% nos Estados e na China, principais destinos da exportação brasileira, tornam o cenário muito mais favorável para os embarques brasileiros do que para as importações, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Silvio Campos Neto, economista da Tendências, tem análise semelhante em relação ao impulso que o crescimento americano e chinês pode dar aos embarques brasileiros. Ele explica que o aumento de US\$ 1,7 bilhão na expectativa de superávit comercial para 2021 da consultoria decorre da revisão das projeções para crescimento mundial neste ano, puxada pela melhora das expectativas para a economia americana - crescimento esperado de 6% - com a retomada já em curso sendo intensificada pelo novo pacote de estímulo fiscal. “A projeção para a China permanece em 8,3%, suficiente para sustentar os preços das commodities elevados, ainda que alguma correção seja esperada para o segundo semestre conforme as condições de oferta forem sendo normalizadas”, destaca.

É possível que o superávit seja ainda maior, indica Campos Neto, tendo em vista a possibilidade ainda de “surpresas positivas”, como o maior crescimento e maior fôlego das commodities e a provável estabilização do câmbio em patamares mais elevados que o esperado.

Ao mesmo tempo as importações, indica Vale, não devem crescer em ritmo acelerado, em consonância com as perspectivas da recuperação mais lenta da economia, sujeita aos efeitos de uma pandemia mais agressiva. “A expectativa de

depreciação cambial mais intensa ajuda na composição de mais exportação e menos importação. Já achávamos que as importações teriam um crescimento baixo porque projetamos atividade fraca, com crescimento de 2,6% do PIB em 2021. Mas podemos ter importação ainda pior, a depender do encaminhamento mais agressivo da pandemia.”

A projeção da AC Pastore, de superávit próximo aos US\$ 100 bilhões, está acima da mediana de consultores e bancos, mas baseia-se também nos efeitos sobre as importações do baixo crescimento de PIB e na combinação de câmbio real depreciado e preços de commodities em alta com a recuperação do comércio mundial. A consultoria prevê também superávit de US\$ 56 bilhões (3,8% do PIB) nas contas correntes.

A AEB tem atualmente projeção de saldo positivo de US\$ 64 bilhões, mas sua estimativa ao início do ano era maior, de US\$ 69 bilhões. José Augusto de Castro, presidente da AEB, diz que a projeção caiu em razão da alteração na expectativa de importações e do efeito plataformas de petróleo. O valor estimado para desembarques aumentou US\$ 5 bilhões como resultado líquido entre a expectativa de importação maior de plataformas de petróleo e a projeção de importação menor dos demais bens. A estimativa para a exportação foi mantida com crescimento de 13% em relação ao ano passado.

A substituição de importações, fenômeno que surgiu no segundo semestre do ano passado, conforme detectado em estudo do economista Livio Ribeiro, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), tem origem, evolução e impacto ainda considerados incertos. Para analistas, a demanda doméstica fraca e também o desabastecimento de insumos são obstáculos a um avanço mais sustentado desse processo.

“Com o câmbio depreciado, importar fica mais caro, mas isso não significa necessariamente que a produção poderá ser feita internamente porque os preços internos também estão pressionados”, diz Vale. Ele lembra que há um desabastecimento na cadeia mundial que tem impactado a produção industrial como um todo e também teria efeitos em algum processo de substituição, que tende a ser pontual.

Corte de Imposto de Importação favorece China, aponta CNI

Medida afeta 924 produtos de bens de capital e de informática e telecomunicações, diz entidade

Por Edna Simão — De Brasília

29/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Transparência em baixa

Publicação de informações em negociações comerciais em oito economias

Prática	União Europeia	Reino Unido	Japão	EUA	Canadá	Peru	Chile	Brasil
Estudo de viabilidade	✓		✓			✓		
Diretrizes de negociação	✓	✓		✓				
Minutas de regras (durante as negociações)	✓							
Resumos de rodadas de negociação	✓		✓	✓		✓	✓	
Resultado de consulta pública	✓	✓		✓	✓			
Análises de impacto	✓	✓		✓	✓			
Relatórios de aproveitamento	✓			✓	✓	✓	✓	
Resumo de reuniões de comitês do acordo	✓		✓		✓	✓		

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI) a partir das práticas de transparência adotadas nos países

A redução em 10% do Imposto de Importação de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicações (BIT), anunciada recentemente pelo governo, atingirá o equivalente a 15% das importações totais brasileiras e beneficiará, sobretudo, a China, segundo levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e repassado ao **Valor**.

Segundo a CNI, a medida vai afetar 924 produtos desses dois segmentos. Em 2020, eles responderam por US\$ 24 bilhões ou 15% das importações brasileiras. Na média, a tarifa de importação para eles cairá de 13,6% para 12,2%. O Ministério da

Economia diz que a medida tem aplicação a todas as importações dos itens considerados.

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, disse a que a indústria fez um pleito ao secretário especial de Comercio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt, para de adiamento da redução até que o Mercosul chegue a um consenso sobre queda linear da Tarifa Externa Comum (TEC), que teria um impacto direto na diminuição dos custos dos insumos. "Mas ainda não tivemos uma resposta." Com a baixa do Imposto de Importação, a expectativa é de que agora o pedido dificilmente será atendido.

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, ressaltou que a medida vai tirar a competitividade brasileira pois não houve da tributação dos redução dos insumos, o que seria possível com a queda linear da TEC.

Os números levantados pela CNI mostram que a China é a principal origem das importações desses produtos, respondendo por US\$ 7,5 milhões ou 31% das compras brasileiras de bens de capital e de produtos do setor de informática e telecomunicações. Em seguida aparecem União Europeia (US\$ 2,9 bilhões, 12%), Estados Unidos (US\$ 2,3 bilhões, 10%), Japão (US\$ 934 milhões, 4%), Vietnã (US\$ 774 milhões, 3%) e Coreia do Sul (US\$ 692 milhões, 3%).

Estão entre os setores mais afetados os de embarcações e estruturas flutuantes; máquinas e aparelhos mecânicos; e máquinas e aparelhos elétricos. Entre os produtos, destacam-se plataformas de perfuração ou exploração, barcos-faróis e guindastes; e outras partes para aparelhos de telefonia e telegrafia.

Para o superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, João Emilio Gonçalves, paralelamente ao enfraquecimento do sistema de defesa comercial brasileiro, essa redução do imposto de importação pode caracterizar mais um capítulo da abertura comercial unilateral e sem contrapartidas realizada pelo governo.

A indústria ainda reclama que a medida foi adotada pelo governo sem a realização de consulta pública descumprindo compromisso da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia com o setor produtivo. Também não apresentou análise de impacto regulatório que demonstrasse a metodologia e os principais efeitos estimados da redução tarifária para a economia do Brasil, já tão afetada neste momento de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

O Ministério da Economia informou que a medida tomada alinha-se, assim, à melhor evidência empírica e às melhores práticas internacionais. Além disso, ressalta que a iniciativa constava, desde 2019, do plano de ação divulgado pelo governo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Novo Peugeot 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Chegou a hora de você se inscrever no processo seletivo 2021.1!

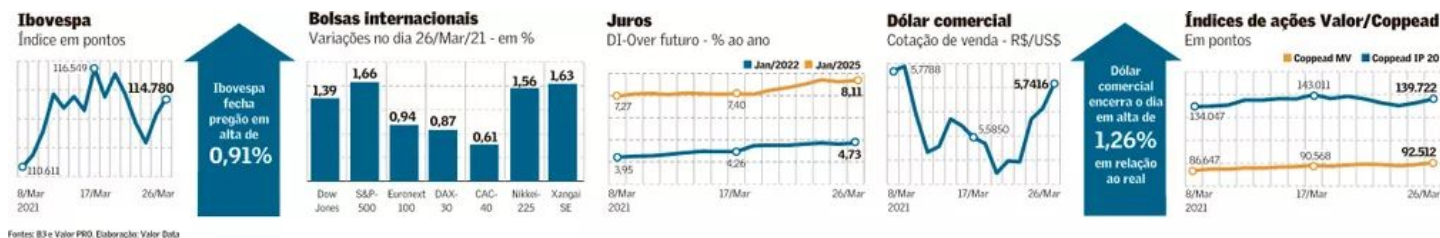
FAM

Crise de confiança gera descompasso entre ações da Petrobras e petróleo

Enquanto petróleo sobe mais de 24% no ano, papéis da estatal sofrem duras perdas

Por Lucas Hirata e Olívia Bulla — De São Paulo

29/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



A crise de confiança detonada pela interferência do governo na Petrobras prejudicou a correlação entre as ações da estatal e os preços de seu principal produto de exportação, o petróleo. Apesar do cenário quase ideal para qualquer outra petroleira no mundo - de câmbio depreciado e commodities em alta -, analistas afirmam que os movimentos de mercado da Petrobras são direcionados em grande medida pelo vaivém em Brasília. Dessa forma, o risco é de que o descompasso continue e possa até emendar com o início do ciclo eleitoral.

Neste ano, as ações da Petrobras acabam perdendo a oportunidade de aproveitar o rali dos preços de petróleo. Enquanto as ações ordinárias da estatal acumulam desvalorização de 27,78% em dólares e 19,24% em reais, os contratos futuros de petróleo estão em caminho quase oposto. Uma das referências no mercado internacional, o barril de Brent registra valorização de 24,65% neste ano, cotado a US\$ 64,57.

Desvio de rota?

Cotação mês a mês do petróleo no exterior e da ação de Petrobras



“Até o começo do ano, as ações da Petrobras vinham se comportando como o esperado em um cenário de alta de commodities e se valorizavam de acordo com as mudanças na curva dos contratos futuros de petróleo. Mas, com a crise, a política de preços de combustíveis da Petrobras passou a ter um efeito muito maior na cotação”, explica William Leite, sócio-fundador da Helius Capital.

O desgaste em torno da Petrobras começou na virada entre janeiro e fevereiro com críticas de parte do mercado sobre a defasagem entre os preços de combustíveis aplicados pela estatal no Brasil e as cotações do petróleo no mercado internacional. Vale lembrar que a Petrobras não é apenas exportadora de petróleo, mas também importa parte do insumo para a demanda interna. Logo, suas margens de receita tendem a ficar prejudicadas quando a empresa não repassa os preços internacionais ao mercado local.

O problema é que o ajuste nos preços de combustíveis também gera atritos internos, como as ameaças de novas greves de caminhoneiros. Não à toa, o “dilema do diesel” ganhou proporções ainda maiores quando a companhia anunciou uma série de ajustes nos preços, elevando os valores de combustíveis no país. O presidente Jair Bolsonaro fez críticas públicas sobre as decisões da estatal e, em

seguida, indicou um novo CEO para substituir Roberto Castello Branco no comando da empresa.

“A maneira como a troca de gestão ocorreu não nos permite diminuir a percepção de risco em torno de possíveis mudanças na Petrobras. Será uma surpresa se tudo ficar como estava”, alerta Gabriel Fonseca, analista de energia e petróleo e gás na XP Investimentos, que segue com recomendação de “venda” para as ações.

Para ele, as ações da Petrobras devem ter um desempenho mais fraco que o do petróleo enquanto houver dúvidas sobre a política de preços da companhia - algo que só deve começar a ser enfrentado com a mudança de administração sob a tutela de Joaquim Silva e Luna, indicado por Bolsonaro para o comando da estatal.

“Desde o fim de fevereiro, a Petrobras até aplicou novos ajustes nos preços de combustíveis, mas o mercado não está levando em consideração o que está sendo feito agora enquanto a gestão atual continua. O que importa é a próxima direção”, explica.

A cautela segue em voga mesmo entre alguns analistas que mantêm recomendação de compras das ações da estatal. O Goldman Sachs, por exemplo, reiterou recentemente que segue vendo preços atrativos das ações da Petrobras. “No entanto, o risco para o cenário base aumentou significativamente ao longo dos últimos meses como resultado do descontentamento declarado do governo federal com a política de preços de combustíveis”, diz o banco, ao reiterar que é justamente a política de preços que faria a Petrobras se beneficiar dos preços de petróleo.

Logo, a incerteza pode continuar até que o novo CEO tome posse e anuncie seus planos sobre política de preços, processo de venda da refinaria, alocação de capital, entre outros temas.

William Leite, da Heliuss, acredita que a Petrobras não deve enfrentar uma mudança na política de preços, como temido por grande parte do mercado, e as ações estão até baratas neste momento. No entanto, ele reconhece que a cotação só voltará a operar com base em fundamentos quando houver uma melhora de credibilidade. Por isso, ele ainda recomenda cautela na hora de apostar na Petrobras.

A Helius, por exemplo, tinha uma participação relevante na Petrobras até o estouro da crise, mas reduziu sua exposição a quase zero. Só mais recentemente, a gestora voltou a recompor uma posição embora o tamanho de sua exposição seja médio, diz Leite. “A queda foi muito exagerada - quando foi anunciada a troca de CEO - e agora tem muita notícia ruim no preço, mas a ação só retoma o terreno pedido se a nova administração não algo errado”, diz.

O timing para recuperar a credibilidade, entretanto, não está muito a favor da Petrobras. O risco de uma antecipação da disputa presidencial de 2022 também deve afetar as ações da Petrobras. “Eleições sempre trazem à tona o risco de direção das estatais. E agora a Petrobras está no centro das atenções e isso deve continuar no debate político. Todo esse ruído de natureza política e de governança prejudica uma boa oportunidade para as ações”, diz um analista, que preferiu não ser identificado.

Apesar de o governo ter afirmado que não haverá mudanças na política de preços da Petrobras e que a disciplina fiscal segue sendo prioridade, um histórico recente do país, em 2013, quando houve intervenção do governo Dilma sobre os preços da energia elétrica, segue vivo na memória e os investidores também tentam avaliar quais podem ser as consequências de tais medidas.

“Esse cenário é avaliado com cautela”, diz o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez. Para ele, Bolsonaro se mostrou “nitidamente incomodado” com os reajustes da estatal petrolífera sobre os combustíveis e essa lógica intervencionista remete a um passado em que eram cometidas grandes interferências nos comandos e política de preços das empresas estatais, gerando grandes prejuízos.

Por isso, o mercado se prepara para um cenário desafiador até o fim do mandato do presidente e ajusta os preços dos ativos às expectativas menos positivas para a Petrobras. “O pesadelo no Brasil é o cenário político”, afirma a economista da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack.

Ela explica que empresas que importam insumos e têm endividamento em dólar, como é o caso da Petrobras, ficam ainda mais vulneráveis aos problemas internos, em torno da crise de saúde e ao risco fiscal, diante da maior demanda por prêmio

de risco. “E não conseguem surfar na onda [da alta das commodities], por causa desse problema que ainda está imperando no país. Se isso for superado, aí consegue tirar proveito”, conclui.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como ficar à frente de sua concorrência em 2021

IT EXPERIENCE HUB

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só em outubro!

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Chegou a hora de você se inscrever no processo seletivo 2021.1!

FAM

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

O que são NFTs e como ganhar dinheiro com isso?

VALOR INVESTE

Ação da JBS sobe, em reação positiva ao balanço, na contramão das concorrentes



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... [ver mais](#)

Não houve a esperada contração expansionista

Banco Central aperta forte a Selic e colhe alta no juro de mercado

29/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O Banco Central deu uma firme puxada na meta de taxa Selic, de 1,5 ponto percentual, dividida em duas prestações, uma em março e outra em maio. Mas não colheu os efeitos tranquilizadores no dólar e nos juros negociados no mercado financeiro que muitos previam. O que aconteceu?

Antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), os contratos com prazo de dez anos, com vencimento em 2031, eram negociados com juros de 8,5% ao ano. No fechamento da semana passada, já estavam em 9,1% ao ano. O dólar caiu abaixo do patamar de R\$ 5,50 depois que o BC agiu, mas subiu de novo.

BC aperta forte a Selic e colhe alta no juro de mercado

O resumo da história é que, hoje, as condições financeiras e monetárias são mais restritivas. Não houve o efeito positivo que muitos analistas econômicos esperavam do BC conservador, uma espécie de contração monetária expansionista.

Isso não significa que o forte aperto monetário feito pelo Banco Central será em vão. Ele ajuda a atingir o objetivo da política monetária de garantir o cumprimento da meta de inflação. Pela comunicação do BC depois da decisão, verifica-se que a autoridade monetária não comprou a tese defendida por setores do mercado.

Pode-se discutir se, com a economia muito fraca, o BC exagerou na dose. Isso ficará claro mais adiante, no ano que vem, se a inflação for muito baixa ou se o preço pago em termos de atividade econômica for exageradamente alto.

Bruno Coutinho, co-fundador e CEO da Mar Asset, é dos que andavam incomodados com as afirmações comuns no mercado de que, se o Banco Central agisse com firmeza, a curva de juros ficaria menos inclinada, e no fim iria colher condições financeiras mais favoráveis para a economia.

“Se a curva de juros está positivamente inclinada, é porque o Banco Central está estimulando a economia”, afirma ele. “Quando a curva de juros está menos inclinada, o Banco Central está estimulando menos.” Foi o que aconteceu nas últimas semanas, à medida que o mercado passou a precificar o aperto monetário pelo BC, e ganhou um reforço com a alta mais forte que a esperada dos juros feita pelo Banco Central.

O estímulo monetário ocorre quando o Banco Central coloca a Selic abaixo da taxa neutra. Hoje, essa taxa neutra é estimada em 3% ao ano reais pelo Banco Central, o que em termos nominais dá 6,25%, considerando uma meta de inflação de 3,25% para 2023. Nessas circunstâncias, a curva de juros fica positivamente inclinada porque, no longo prazo, todos esperam que a Selic vá flutuar ao redor da taxa neutra. As taxas longas incorporam ainda prêmios para cobrir riscos.

Um jeito de medir o grau de inclinação da curva de juros é pela diferença entre a taxa de contratos DI de dois anos e de dez anos. No começo do ano, a diferença estava em cerca de 3 pontos percentuais, agora está em cerca de 2 pontos. Quem acredita na tese de que a inclinação da curva é importante, acha que houve um alívio financeiro. Mas a curva de dez anos subiu de pouco mais 7% para 9,12%, devido sobretudo à piora do risco fiscal, deixando mais caro o custo de empresas que captam recursos no mercado. Já a taxa de dois anos subiu mais, de 4% ao ano para 6,82% ao ano, afetando custos do crédito, já que bancos tipicamente captam recursos com prazo de dois anos para emprestar.

De fato, pondera Coutinho, existem algumas circunstâncias muito especiais em que uma alta mais forte de juros pode trazer ganhos. Isso ocorre quando o BC tem

pouca credibilidade e, agindo com vigor, tira prêmio de risco inflacionário da curva de juros. “Hoje não falta credibilidade ao Banco Central”, argumenta. “As expectativas de inflação de longo prazo estão ancoradas.”

Coutinho faz um exercício muito simples de olhar a parte mais longa da curva de juros - fora do alcance das decisões mais imediatas do BC - para conferir os seus determinantes. Em tese, explica, essa parte longa da curva deve refletir a taxa neutra de juros (algo como 6,25% ao ano) mais o prêmio de risco. Ele extrai o prêmio de risco do pedaço da curva do CDS que fica entre os cinco anos e os dez anos, que representa o risco fiscal e o chamado “term premium”. Na sexta, esse risco estava em 3,8 pontos percentuais. Somando juro neutro com o risco, dá 10%.

É um percentual muito parecido com o juro a termo equivalente, considerando o pedaço da curva de juros negociada no mercado doméstico entre cinco e dez anos, que estava em 9,7%. A conclusão é que a parte longa da curva de juros reflete basicamente o juro neutro mais o prêmio de risco. Quem pode ajudar a baixá-la é a política fiscal e a política em geral, reduzindo os prêmios de risco da economia.

A dose de 1,5 ponto percentual na taxa de juros não alterou a tendência do câmbio. Imediatamente antes da decisão do Copom, a moeda americana era negociada a R\$ 5,59. Depois de alguns dias de tranquilidade, fechou em R\$ 5,75 na sexta. De forma semelhante aos juros longos, há estudos que confirmam que o risco fiscal é um dos principais determinantes do câmbio.

No Relatório de Inflação, divulgado na semana passada, o Banco Central publicou um estudo que mostra que a taxa Selic não explica a volatilidade cambial. Outros fatores têm peso mais importante, como a volatilidade de preços de ativos em geral durante a pandemia, em particular a volatilidade das moedas dos demais emergentes, a situação fiscal brasileira e a maior disseminação dos minicontratos de câmbio.

A entrevista de apresentação do Relatório de Inflação despertou algumas dúvidas entre os especialistas sobre qual o impacto da alta de juros na atividade. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que não terá impacto no crescimento. “Explicitamos na comunicação oficial que esse movimento [na taxa de juros] que estamos fazendo não entendemos que prejudica o crescimento em 2022.

Nós entendemos que isso está de acordo com o nosso cenário básico.” Já o diretor de Política Econômica do BC, Fábio Kanczuk, disse que o aperto mais forte que o esperado nos juros deverá fazer com que leve mais tempo para a economia preencher a sua capacidade ociosa, o que está previsto para acontecer ao longo de 2022.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como ficar à frente de sua concorrência em 2021

IT EXPERIENCE HUB

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: Brasil chega a 300 mil mortes na contramão do ritmo global e ministro da Saúde promete

Planalto estuda projeto para “corrigir” Orçamento

Ideia é reaver gastos obrigatórios cortados e cancelar parte das emendas parlamentares

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

29/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas





Márcio Bittar teria furado acordo com governo, diz membro da equipe econômica — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O presidente Jair Bolsonaro deve encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei de crédito suplementar para recompor as dotações de despesas obrigatórias que foram cortadas pelo relator-geral da proposta orçamentária, senador Márcio Bittar (MDB-AC), informaram fontes ouvidas pelo **Valor**. Isto deve acontecer logo depois da sanção do Orçamento deste ano. No mesmo projeto, o presidente vai propor o cancelamento de algumas despesas, principalmente aquelas que foram acrescentadas por emendas de Bittar.

O fim de semana foi de críticas ao Orçamento aprovado da parte de parlamentares e técnicos. Na sexta-feira, um grupo de parlamentares de dez partidos enviou carta ao presidente Jair Bolsonaro cobrando explicações sobre o cumprimento do teto de gastos.

Uma alternativa avaliada pelo Ministério da Economia foi sugerir ao presidente que vetasse as emendas feitas pelo relator-geral e, em seguida, encaminhasse o projeto de lei de crédito suplementar, recompondo no espaço aberto pelo veto as despesas obrigatórias. Duas objeções a essa alternativas terminaram por rejeitá-la.

A primeira foi que Bittar acrescentou recursos a programações já existentes. O presidente teria que vetar integralmente a programação alterada, pois não é possível fazê-lo apenas parcialmente. Assim, o veto criaria novos problemas, reduzindo dotações das áreas. A segunda objeção é que um veto a emendas do relator-geral poderá representar um grande desgaste ao presidente da República, dificultando ainda mais o andamento das propostas do governo no Congresso.

A conclusão da área técnica do governo é que o Orçamento aprovado pelo Congresso na semana passada ficou inexecutável, dado o nível muito baixo das despesas obrigatórias deixado pelo relator-geral. Na segunda-feira da semana passada, o Ministério da Economia informou que a proposta que estava sendo

votada tinha despesas obrigatórias subestimadas em R\$ 17,57 bilhões. Bittar cortou mais R\$ 26,46 bilhões para colocar suas emendas.

Segundo avaliação da área técnica do Ministério da Economia, seria necessário fazer um contingenciamento das dotações orçamentárias de cerca de R\$ 43 bilhões, reduzindo as despesas discricionárias (investimento e custeio da máquina) para algo próximo a R\$ 49,5 bilhões. Os técnicos dizem que, com esse nível de investimento e de custeio, a máquina pública estaria em “shutdown”, ou seja, vários serviços públicos prestados à população seriam paralisados.

Algum contingenciamento terá que ser realizado, segundo as mesmas fontes, logo após a sanção da lei. Ainda não é possível saber o tamanho do corte. Mas, o que as fontes explicaram é que, no atual Orçamento, o problema não será resolvido apenas com o contingenciamento. Será necessário também, observaram, fazer cancelamento de dotações para abrir espaço no teto de gastos para a recomposição das despesas obrigatórias que o relator-geral cortou, além de ter subestimado em seu parecer.

O governo vai enfrentar um problema político sério porque, no projeto de lei de crédito adicional, terá que dizer quais as despesas que serão canceladas. Como serão, basicamente, as emendas parlamentares e, particularmente, as do relator-geral, enfrentará grande resistência.

Nos bastidores do Ministério da Economia há um sentimento de perplexidade em relação ao que o senador Bittar fez. Segundo as fontes consultadas, havia um acordo dele com o governo para que as emendas parlamentares fossem aumentadas. “Mas ele extrapolou em muito”, disse um técnico do governo. “Ele descumpriu o acordo”.

Nas negociações com o relator-geral, o governo disse realmente que preparava uma medida provisória antifraude nos benefícios previdenciários e desejava que o pagamento do auxílio-doença passasse a ser feito pelas empresas, em vez do INSS. “Mas o ganho que o governo vai ter com essas medidas não é tudo aquilo que ele colocou no Orçamento”, explicou um técnico. A proposta orçamentária elaborada em agosto do ano passado previa R\$ 16,3 bilhões para as emendas parlamentares.

No Orçamento aprovado na semana passada, elas foram aumentadas para R\$ 51,6 bilhões, sendo R\$ 29 bilhões do relator-geral.

Entenda como o Congresso montou um Orçamento fictício: url.gratis/6mjAm

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como ficar à frente de sua concorrência em 2021

IT EXPERIENCE HUB

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Novo Peugeot 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

Chegou a hora de você se inscrever no processo seletivo 2021.1!

FAM

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Reta final: Termina esta semana inscrições para Braskem Labs, programa de aceleração da petroquímica

VALOR INVESTE

Mercado de gestão vive onda de troca de cadeiras e aquisições

Para economistas, texto terá de ser modificado

Analistas consideram que do jeito que está peça orçamentária pode levar a crime de responsabilidade e coloca em risco até a permanência da equipe econômica

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

29/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

A aprovação pelo Congresso de um Orçamento com emendas parlamentares infladas, cortes de despesas obrigatórias de difícil execução e sem respaldo técnico é preocupante e vergonhosa. Se as manobras prosperarem, podem levar a baixas na equipe econômica atual. A avaliação é de Carlos Kawall, diretor do ASA Investments. O governo precisa encontrar um meio de reformular o texto, diz.

“O que foi feito no Orçamento é vergonhoso. É algo que não tem nenhum objetivo de aumentar gastos ligados à pandemia, e sim ao ciclo político”, diz Kawall. Além de as despesas obrigatórias estarem subestimadas em R\$ 17,57 bilhões, como apontou a própria equipe econômica, o relator-geral, senador Márcio Bittar (MDB-AC), reduziu ainda mais os recursos para estes gastos em R\$ 26,46 bilhões, com o objetivo de abrir mais espaço para emendas parlamentares.

Ex-secretário do Tesouro, Kawall afirma que o ocorrido é grave e deixou especialistas em contas públicas “em choque”, porque deu a entender que nem governo nem Congresso estão de fato comprometidos com o avanço das reformas e o fortalecimento do arcabouço fiscal. Ele critica a demora com que a peça orçamentária foi aprovada. “Deveria ter sido aprovada há muito tempo. Daqui três meses vai começar a discussão sobre 2022.”

Agora há três caminhos possíveis para que a tentativa de inflar as emendas parlamentares não tenha êxito e um Orçamento mais realista seja aprovado, diz. O

governo pode enviar outro projeto de lei corrigindo o atual, o Congresso pode voltar atrás, ou os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) - que estaria “silencioso até agora” - pode questionar a legalidade do Orçamento nos parâmetros atuais.

Questionado sobre se o episódio pode resultar na saída de membros da equipe econômica do governo, Kawall afirma que tudo depende de como a questão evoluir. “Pode ser ele ou pode ser que mais secretários dele saiam. Depende do grau para o qual a coisa evoluir. Mas a minha esperança é que fique claro que isso vai acabar envolvendo crime de responsabilidade, com violação da legislação orçamentária, e sabemos que isso levou ao impeachment [da ex-presidente Dilma Rousseff].”

Para Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, se o Orçamento for executado de modo a cumprir o teto de gastos sem mudança no texto atual, o corte de despesas discricionárias para manter as emendas parlamentares será muito forte e vai comprometer o funcionamento de serviços básicos da máquina pública. “O risco de haver uma interrupção no funcionamento de serviços essenciais da máquina pública aumentou barbaramente”, avalia Megale.

Segundo ele, será muito difícil cumprir o Orçamento atual respeitando o teto, mas ele não é “inexequível”, como classifica a equipe econômica. Ele estima que as despesas discricionárias, após o contingenciamento, devem ficar em cerca de R\$ 60 bilhões este ano, ante os R\$ 92,05 bilhões fixados.

Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da RPS Capital, considera que a forma mais correta de corrigir o Orçamento seria via PLN, alterando o que o Congresso fez de errado fez e respeitando o teto. “É possível fazer isso, especialmente através da exclusão das novas emendas de relator, de quase R\$ 30 bilhões.” Barros lembra que o Congresso já tem mais de R\$ 15 bilhões em emendas (individuais e coletivas) de execução obrigatória.

Receita acelera processo para MPEs terem “refis”

Medida deve aliviar caixa juntamente com o adiamento de impostos do Simples Nacional

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

29/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Receita Federal acelerou o envio de débitos de microempresas para inscrição na Dívida Ativa da União, com o objetivo de permitir seu parcelamento. “É em benefício do contribuinte”, disse ao **Valor** o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos, ex-presidente do Sebrae. “Podemos matar o juro e a multa, e trabalhar em cima do principal.”

Estar na Dívida Ativa da União é um dos critérios de enquadramento de uma dívida no Programa de Retomada Fiscal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nele, é oferecida a transação tributária, acordos em litígios entre o Fisco e o contribuinte. Dívidas podem ser parceladas e receber descontos.

Microempresas têm um grande volume de dívidas tributárias que não são objeto de litígio, disse o gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Silas Santiago. Para esse público, a dívida decorre de tributos declarados e pendentes de pagamento na Receita Federal.

Assim, ao migrar esses valores declarados mais rapidamente para a Dívida Ativa, o Ministério da Economia está criando condições para elas parcelarem o pagamento por meio da transação. Segundo Santiago, a expectativa é que, até o final de agosto, estejam inscritos os débitos registrados até março.

O parcelamento das dívidas tributárias se soma ao diferimento do Simples Nacional, anunciado na semana passada, num pacote do Ministério da Economia para apoiar os pequenos negócios. Os pagamentos tributários de abril, maio e junho foram transferidos para o segundo semestre do ano, em até seis parcelas. Com isso, R\$ 27,8 bilhões permanecerão nos caixas das empresas.

A pasta também pretende alongar por 180 dias o prazo de certidões negativas. Apenas avalia a forma como fará essa mudança: se por Medida Provisória (MP) ou de “carona” em algum projeto de lei que esteja em processo avançado para votação no Congresso.

Além disso, a aprovação do Orçamento de 2021 abre caminho para que sejam feitos novos aportes no Fundo Garantidor de Operações (FGO). Esse fundo é o que dá suporte aos empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

O plano é fazer um reforço de R\$ 4,8 bilhões. Com isso, será possível emprestar R\$ 16 bilhões, se a cobertura de perdas dos bancos cair de 85% da carteira para 30%. Essa redução é objeto de um projeto de lei em análise no Congresso Nacional. A mesma proposta transforma o Pronampe numa linha permanente de crédito, e não mais uma medida emergencial temporária.

Com a transação tributária, cai a pressão para a edição de um novo Refis, avaliou Santiago. O Congresso Nacional discute essa medida. A Receita Federal é contra, pois entende que as sucessivas edições do programa acabam incentivando a inadimplência.

Afif frisou que a transação foi estendida a todo o Simples, o que significa que podem ser parcelados os pagamentos de tributos federais, estaduais e municipais.

Para empresas que comprovadamente foram prejudicadas pela pandemia, existe uma transação excepcional que dá desconto de até 100% sobre acréscimos legais e prazo de até 133 meses para parcelamento da dívida de pessoas físicas, microempresas, empresas de pequeno porte, instituições de ensino, Santas Casas de Misericórdia, sociedades cooperativas e demais organizações da sociedade civil. É preciso dar entrada de 4%, que pode ser dividida em 12 vezes.

Para as pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte que têm dívidas de até 60 salários mínimos, inscritos em dívida ativa há mais de um ano, a transação permite descontos de 30%, 40% ou 50% do valor do débito, dependendo do prazo para pagamento do saldo. Em todos os casos, a entrada é de 5% da dívida, dividida em cinco vezes.

As transações podem ser solicitadas em www.regularize.pgfn.gov.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

Novo Peugeot 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Chegou a hora de você se inscrever no processo seletivo 2021.1!

FAM

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Veja como ficam os investimentos em fundos imobiliários com o aumento da Selic

VALOR INVESTE

Toyota e Honda suspendem produção

Com a decisão das duas empresas japonesas, chega a nove o número de montadoras que suspendem a produção no momento mais crítico da pandemia

Por Ana Paula Machado — De São Paulo

29/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

As montadoras japonesas Honda e Toyota comunicaram na sexta-feira a suspensão da produção no Brasil por conta da piora da pandemia de covid-19 e ajustes na cadeia de fornecedores.

Com a decisão das duas empresas, chega a nove o número de fabricantes de carros que decidiram parar a produção neste momento mais crítico da pandemia. Volkswagen, Renault, Nissan, Volvo, Scania, Volkswagen Caminhões e Mercedes Benz já haviam anunciado a suspensão.

A Honda informou a paralisação temporária das operações nas unidades de Sumaré e Itirapina, no interior de São Paulo, de amanhã até 9 de abril. A retomada está prevista para 12 de abril. O formato de compensação das horas não trabalhadas no período está em negociação com o sindicato, segundo a montadora.

Na Toyota a suspensão começa hoje e vai até 7 de abril. Todas as fábricas da companhia no país serão impactadas: São Bernardo do Campo, Indaiatuba, Sorocaba e Porto Feliz. “A medida tem como objetivo contribuir com a redução da circulação de pessoas no momento mais crítico da pandemia no país, além de atender a antecipação de feriados por parte de autoridades em algumas dessas regiões”, informou a montadora em nota. A previsão da Toyota é retomar as atividades no dia 6 de abril em Indaiatuba e no dia 5 nas demais cidades.